



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0500/12	DATA: 08/05/2012
INÍCIO: 14h53min	TÉRMINO: 19h17min	DURAÇÃO: 04h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h24min	PÁGINAS: 94	QUARTOS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SALETE MACCALÓZ – Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região.
CAPITÃO TADEU – Deputado Estadual (Bahia)
SARGENTO ARAGÃO – Deputado Estadual (Tocantins)
JANIRA ROCHA - Deputada Estadual (Rio de Janeiro)
CABO JULIANO RABELO - ex-Deputado Federal
CORONEL RABELO – Polícia Militar do Rio de Janeiro
JEOÁS NASCIMENTO – Cabo, Coordenador de Direitos Humanos da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.
MARCOS PRISCO CALDAS MACHADO - ex-integrante da Polícia Militar do Estado da Bahia.
ADRIANA BORG, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos de Policiais do Estado de São Paulo – AFAPESP.
BENEVENUTO DACIOLO – Cabo do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.
JORGE VIEIRA DA CRUZ – Sargento, presidente da Associação dos Militares do Estado de Sergipe (AMESE)
EDGARD MENEZES SILVA FILHO – Sargento, gestor da Associação Beneficente dos Servidores Militares de Sergipe
FLÁVIO SABINO - presidente da Associação de Cabos e Soldados no Ceará
FERNANDO BANDEIRA – Presidente do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – SINPOL.
CAPITÃO WAGNER – Deputado Estadual (Ceará)
MAJOR FÁBIO – ex-Deputado Federal

SUMÁRIO: Debate sobre a atual situação dos policiais e bombeiros militares e as políticas públicas de valorização dos profissionais de segurança.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Boa tarde.

Declaro aberta a décima reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos o tema *a atual situação dos policiais e bombeiros militares e as políticas públicas de valorização dos profissionais de segurança*.

A reunião foi convocada atendendo ao Requerimento nº 135, de 2012, de autoria do Deputado Mendonça Prado, do Democratas de Sergipe.

Informo a todos que em virtude da quantidade de membros para compor a Mesa de autoridades, ela terá de ser dividida em duas, a fim de melhor podermos acomodar os convidados.

Convido, dessa forma, para compor a primeira Mesa a Sra. Desembargadora Salete Macalóz. (*Palmas.*) Seja bem vinda, Desembargadora. Convidamos, igualmente, para compor a primeira Mesa, a Sra. Deputada Janira Rocha, Deputada Estadual do Estado do Rio de Janeiro (*Palmas.*); o Sr. Deputado Capitão Tadeu, Deputado Estadual do Estado da Bahia (*Palmas.*); o Sr. Deputado Sargento Aragão, Deputado Estadual de Tocantins (*Palmas.*); o Sr. Coronel Rabelo, do Rio de Janeiro (*Palmas.*). E, com muita alegria, também, para abrilhantar esta Mesa, tenho a satisfação de receber de volta a esta Comissão ele, que durante algum tempo teve o prazer de compartilhar conosco toda a sua experiência, o Deputado Federal Sr. Cabo Juliano Rabelo, do Mato Grosso. (*Palmas.*)

Esclareço que, para ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios. E quero tomar essa decisão com as senhoras e os senhores. Os convidados, pelo Regimento, dispõem de 10 minutos para as exposições, não podendo ser aparteados. Nós temos 12 convidados para falar. Se mantivermos o tempo de 10 minutos, ficará, realmente, uma tarde bem longa. Portanto, a sugestão de Mesa vai ser adotar o tempo de 5 minutos, mas, logicamente, ficando a tolerância para os senhores poderem utilizar o tempo regimental, se assim entenderem que devem fazer. Como sugestão da Mesa, se pudermos fazer falas um pouco mais concisas, teremos a oportunidade de ouvir a todos.

Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria, para fazê-lo no tempo regimental.



Dessa forma, com muito orgulho em sucedê-lo, concedo a palavra, na condição de autor do requerimento, para usá-la em primeiro plano, ao Deputado Federal Mendonça Prado, ex-Presidente desta Comissão, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Exmo. Sr. Deputado Efraim Filho, demais Parlamentares que integram a Comissão de Segurança Pública, servidores da Câmara, senhoras e senhores convidados, quero, em primeiro lugar, dizer da nossa alegria e da nossa satisfação de integrar a Comissão de Segurança mais uma vez, sendo nesta oportunidade este órgão do Legislativo presidido pelo Deputado Efraim Filho, que vem realizando um extraordinário trabalho à frente desta Comissão e dado continuidade a todas aquelas ações iniciadas pelo grupo que constituiu a Comissão no ano passado, quando tivemos a oportunidade de acompanhar uma série de acontecimentos em todo o Brasil. Durante aquele período, a Comissão se destacou no Parlamento brasileiro por essa relação que manteve com os trabalhadores de segurança.

E hoje, graças a Deus, o Deputado Efraim Filho, nosso Presidente, está desempenhando esse papel com muita competência. E esta reunião na tarde de hoje se realiza graças a esse compromisso que o Deputado Efraim Filho tem demonstrado com os trabalhadores de segurança do nosso País.

Estivemos ao lado dos senhores nos momentos alegres, mais fáceis, nos momentos de conquista, quando discutíamos a PEC nº 300 no processo legislativo ainda em primeiro turno. E conquistamos a vitória na votação da PEC no primeiro turno quando, por unanimidade, ela foi aprovada. De lá para cá, tivemos uma série de óbices e de más notícias.

Muitos de nós, Parlamentares, ganhamos as eleições com o apoio dos policiais, porque passamos para a sociedade o nosso compromisso e a convicção de que os policiais militares e bombeiros militares tinham, naquele período da campanha eleitoral... que o Congresso tinha, na sua totalidade, um compromisso com os trabalhadores de segurança.

De lá para cá, uma série de fatos e acontecimentos demonstram que está havendo algo errado, ou seja, aquele Parlamento que queria aprovar um piso



nacional, que queria instituir um fundo nacional, hoje, lamentavelmente, se distancia a cada dia dos trabalhadores de segurança.

E aí vem V.Exa., como Presidente, e faz esse resgate desse nosso trabalho, desse nosso papel de estar próximo e evitar que o Congresso seja bom para os policiais apenas no período de campanha eleitoral, enganando os trabalhadores com a PEC nº 300, que foi votada em primeiro turno e que, depois da eleição, foi engavetada pela Câmara dos Deputados, lastimavelmente.

E o mais grave: depois desses fatos os militares saem de suas casas e passam de forma democrática a reivindicar aquilo que foi prometido por nós, políticos, e sofrem as graves consequências de ações reprováveis dos nossos governantes que prometeram e não cumpriram.

E quando os trabalhadores de segurança foram às ruas para exigir direitos e garantias, aí o que nós constatamos é o que estamos vendo aqui, na tarde de hoje. Muitos que faziam parte dos quadros da polícia hoje estão aqui como ex-integrantes, porque foram perseguidos, humilhados, excluídos. (*Palmas.*) E tudo começou aqui, na Câmara dos Deputados, com a Proposta de Emenda à Constituição.

Então, esta é a razão maior do nosso reencontro, não é encontro: para chamar o feito à ordem, porque esta Casa está errando e causando essa série de problemas para a sociedade e para os trabalhadores de segurança pública.

E aqui nós temos uma desembargadora, temos Deputados Estaduais que estão conosco para debater, discutir e mostrar que há algo de errado, mas que existe a possibilidade de corrigirmos esses erros que estão acontecendo em nosso País, porque os trabalhadores de segurança têm deveres, mas também têm direitos previstos na nossa Carta Magna. E alguns excessos, alguns erros cometidos precisam ser observados como atos que podem ser corrigidos porque o dia a dia da política tem mostrado que, muitas vezes, Governadores de Estado erram mais que policiais que se mobilizam e saem às ruas para exigir melhores condições de trabalho. E nem sempre os governantes são os destinatários das punições e até das prisões, como estão sendo os militares do nosso Brasil.

Então, é em busca da verdade e de soluções para esses problemas que nós estamos retomando esse debate e essas discussões para voltar ao Legislativo aquilo que é fundamental: as propostas que resolvam as questões cruciais para



policiais militares e bombeiros militares no Brasil. No meu modo de ver, é necessária a instituição de um fundo para alimentar os orçamentos estaduais. O Constituinte originário fez isso de forma muito correta para a educação e para a saúde, mas não procedeu da mesma maneira para a segurança pública.

A União, que arrecada 64% de tudo que os cidadãos brasileiros pagam, contribui muito pouco para a área de segurança. A União é eficiente para acionar seus aparelhos de escuta telefônica, para colocar o Exército nas ruas ou usar a própria Polícia Federal em uma tentativa de colocar forças de segurança umas contra as outras, para reprimir trabalhadores que buscam melhores condições de vida para si e para suas famílias. O soldado e o policial têm filhos, esposas, educam suas crianças, precisam dos serviços de saúde pública. Então, essa ação do Estado, no meu modo de ver, está equivocada.

E para não fazermos um discurso apenas jogando palavras ao vento, acho que é fundamental discutirmos da forma como vamos discutir na tarde de hoje, ouvindo dos senhores quais são os problemas e buscando as soluções para que o Congresso cumpra seu papel neste momento, que considero ser um dos mais difíceis para o setor de segurança pública, para não estarmos apenas nos aproveitando, na condição de políticos, dos senhores e das suas famílias, enganando com propostas que depois são engavetadas e não se concretizam.

O Congresso tem grande responsabilidade. Por isso, Sr. Presidente, nós acreditamos no trabalho que V.Exa. está desenvolvendo. Tenho certeza de que, a partir de hoje, nós vamos retomar nossas ações nesta Casa, nesta Comissão de Segurança Pública. Vamos encontrar o melhor caminho, não para punir, não para discriminar, não para perseguir, mas para solucionar os graves problemas da segurança pública em nosso País.

Muito obrigado. Parabéns, Presidente. Agradeço a todos que estão aqui presentes. Tenho certeza de que estamos retomando um debate que será fundamental para alcançarmos soluções para a segurança pública do Brasil.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela.



O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Não é uma questão de ordem. Quero a palavra pela Liderança do partido, 2 minutos apenas, porque estou em uma reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É regimental. Pela Liderança do partido, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Obrigado.

Quero parabenizá-lo. Que bom rever nesta Casa alguns amigos e amigas de luta em relação a segurança pública, PEC nº 300 e outras coisas mais.

Quero deixar aquela palavra que tenho deixado no plenário desta Casa. Não estou fazendo terrorismo. O Brasil está em 143º lugar, aproximadamente — não tenho o dado correto —, em relação ao índice de corrupção. Ou seja, há 143 países mais corruptos que o Brasil. E nós, justamente, de maneira séria e coerente, temos movimentos nas redes sociais, nesta Casa e em todo o Brasil para que a corrupção seja combatida, e deve ser combatida. Porém, na segurança pública, na violência, o Brasil é o quinto país mais violento do mundo.

Isso é extravagante. Isso é um absurdo. Um milhão e cem mil pessoas assassinadas, fora os desaparecidos nos últimos 30 anos, mais de 137 pessoas assassinadas por dia, fora os desaparecidos no Brasil. Mais de 200 mil jovens de 14 a 24 anos assassinados. Estamos em clima de guerra civil, crime organizado, crime desorganizado e a violência está banalizada.

Hoje fala-se de violência: sete foram degolados ali em Goiás. Ah, é? Que coisa! Nós estamos assim no Brasil hoje, banalizamos a violência. E quando nós não damos a devida atenção à segurança pública no Brasil, banalizamos ainda mais a violência. E nós precisamos mudar esse quadro.

Parabéns, Presidente. Parabéns a todos vocês. Lamento não poder continuar aqui, porque preciso muito estar no Colégio de Líderes como Líder do partido, porque temos a votação do trabalho escravo que precisamos pautar para amanhã aqui nesta Casa.

Mas parabéns a todos vocês. É importante que continuemos nesse debate, trabalhando dessa maneira para que tenhamos a segurança pública no lugar em que ela precisa estar. E parabéns a vocês que trabalham com a segurança pública porque acabam exercendo, sim, um sacerdócio neste Brasil.



Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO DR. CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente Efraim?

Por gentileza, também na condição de Líder do PMN, a exemplo do nosso Presidente do PR, também tenho de participar da reunião de Líderes e, portanto, vou ter de me ausentar para essa reunião que o Deputado Lincoln vai participar.

Eu quero reiterar aqui todos os compromissos que anteriormente assumi com o nosso Presidente Mendonça Prado nesta Comissão, de apoio aos integrantes da segurança pública.

Eu fui Vice-Presidente do Instituto de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro e conheço o trabalho desses homens e dessas mulheres valorosíssimos, os Bombeiros, homens e mulheres, a Polícia Militar, a Polícia Civil. Enfim, eu venho advogando, inclusive estamos para instalar aqui, na Comissão de Segurança Pública, a Frente Parlamentar em Defesa da Criação do Ministério da Segurança Pública.

Acho que há necessidade em nosso País, porque se tivéssemos um Ministério da Segurança Pública talvez não teríamos as dificuldades, teríamos orçamento próprio para atender a valorização desses profissionais, sobretudo os Bombeiros, sem prejuízo das demais forças militares, mas são homens que, a exemplo dos militares também, dos Policiais Civis, colocam sua vidas em risco todos os dias para defender a sociedade.

Então, quero hipotecar publicamente aqui os meus compromissos assumidos anteriormente no sentido de apoiar as causas dos Policiais Militares, Policiais Civis e dos Bombeiros Militares.

Muito obrigado, Presidente. Um abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Líder Dr. Carlos Alberto.

Vamos só fazer o registro das autoridades que comporão a segunda Mesa. Estarão presentes na Mesa subsequente o Sr. Marcos Prisco Caldas Machado, representando o Deputado Sargento Amauri Soares, de Santa Catarina. Também o Sargento Jorge Vieira da Cruz, o Sargento Edgard Menezes Silva Filho, o Cabo Benevenuto Daciolo, o Cabo Jeoás, o soldado Pedro Queiroz da Silva e a Sra. Adriana Borgo.



Também aproveitamos a oportunidade para registrar as presenças — esses não estarão na Mesa, mas faço questão de registrar — do Sargento Edison Maximiano, Coordenador do Movimento da PEC nº 300 em São Paulo; do Capitão Wagner Sousa, Presidente da APROSPEC; do Sr. Fernando Bandeira, Diretor de Relações Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Antes de passar a palavra aos senhores, quero agradecer, pelas menções honrosas que me foram feitas, aos Deputado Lincoln Portela, Dr. Carlos Alberto e, especialmente, ao ex-Presidente Mendonça Prado.

Quero dizer aos senhores que podem contar com esta Comissão como uma plataforma provocadora do Governo, do Ministério da Justiça e dos outros fóruns que forem necessários para que possamos retomar essa discussão.

Falo com a consciência tranquila porque por duas oportunidades já votei a favor da PEC nº 300, uma na Comissão de Constituição e Justiça, ainda na sessão legislativa passada, e também no primeiro turno na Câmara dos Deputados, quando todos imaginávamos que engrenasse de uma vez por todas.

Saúdo aqui o meu companheiro de bancada do meu Estado, Deputado Federal Major Fábio. (*Palmas.*) Por favor, tome assento à Mesa, Deputado pelo Democratas da Paraíba. Seja bem-vindo. Fará parte da Mesa subsequente. V.Exa. está de barba. Nos tempos das caminhadas pelo Brasil V.Exa. não tinha barba. Faço este registro somente como descontração.

Quero agradecer às menções honrosas, dizendo que esta Presidência funcionará, sim, como uma plataforma provocadora, onde as discussões ocorrerão, onde teremos, sim, espaço para o debate e, se for o caso, para o constrangimento, inclusive da Presidência da Casa, dos Ministérios, da Presidente da República, a fim de que as promessas de campanha virem ações de Governo, uma vez que os olhos de muitos servidores da Justiça e da Segurança Pública brilhavam quando viam as promessas que eram feitas e que pouco depois se desfizeram.

O que vimos foram pessoas acostumadas a bradar pela liberdade e contra a ditadura serem as primeiras a chamar o Exército para sufocar o movimento legítimo realizado por este Brasil afora. É com isso que não iremos compartilhar, é com isso que não iremos compactuar, mas é aqui que teremos o fórum para que essas



demandas possam ocorrer e aqui encontrem respaldo para que possamos ser uma voz que repercuta e ressoe tudo aquilo que vocês pensam.

Dessa forma, terá início formal a Mesa de Autoridades. Com a palavra, em primeiro lugar, claro, como deve ser, as mulheres primeiro — tenho certeza que todos os demais membros da Mesa entenderão —, a Sra. Desembargadora Salete Maccalóz. (*Palmas.*)

Informo, para conhecimento de todos, que, além do plenário repleto, também a *TV Câmara*, através do *link* na Internet, transmite ao vivo para todo o Brasil esta solenidade. Quem quiser comunicar aos seus Estados pode pedir que acessem o *site* da Câmara www.camara.gov.br para acompanhar esta audiência pública.

A SRA. SALETE MACCALÓZ - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa, todos os Deputados presentes nesta sessão, inclusive estendendo, na dignidade do exercício da função política, a todos os cidadãos que estão presentes neste local neste momento.

Como o tempo é pequeno, vou gastar um minuto explicando o que estou fazendo aqui. Eu sou uma desembargadora federal, atuo na Justiça Federal. E o que isso tem a ver, num determinado momento, com a segurança pública, e principalmente segurança pública de forças vinculadas ao poder público estadual?

Eu tenho muitos anos de magistério no Rio de Janeiro, principalmente nessa área de Direito do Trabalho, e me especializei no direito de greve e sua regulamentação. E é por esse aspecto que, recomendada exatamente por alguns Deputados desta Casa, os bombeiros do Rio de Janeiro me procuraram para fazer uma leitura, a mesma que farei aqui, neste estrito tempo, da legalidade dos atos e atitudes perpetrados pelas forças da Polícia Militar e dos Bombeiros nesses últimos tempos.

Basicamente há uma pergunta que todo cidadão faz, que é a seguinte: tem o bombeiro o direito de fazer greve? Pode o bombeiro ou o PM fazer greve? Então, aí, um pouco de história deste País. Não é simplesmente para que saibam.

O legislador Constituinte aqui nesta Casa, há quase 25 anos, quando redigia esta Constituição, colocou a administração pública no Capítulo VII da primeira parte



da Constituição e lá botou as Disposições Gerais e, logo em seguida, Dos Servidores Públicos Civis e Militares.

Então, faz 25 anos que a sociedade civil organizada deste País — a mentalidade jurídica, popular e política — já não queria divisão de civis e militares. Tanto não quis que escreveu naquele texto da Constituição. A mesma Constituição que os senhores esparramam pelos corredores desta Casa na sua versão original hoje já está diferente.

É bem verdade que, nas Disposições Gerais, o legislador constituinte vem e consagra como direito do servidor público civil sindicalizar-se e fazer greve, porque até então ele também estava proibido. Estou falando de uma marcha, de uma evolução legal, constitucional. Não existiu sempre assim, não foi assim. Greve já foi crime neste País, previsto na Constituição de 1937 até 1946. Milagrosamente, de um dia para outro, ou seja, do último dia de vigência da Constituição de 1937 para o primeiro dia de vigência da Constituição de 1946, algo que até a meia noite era crime, da meia noite em diante passou a ser direito. Ou seja, é a letra da Constituição que tem este poder.

E a letra da Constituição — já vamos fazer o primeiro rodapé sublinhado — ela depende de quem? Dos Parlamentares que atuam e trabalham nesta Casa, Deputados e Senadores.

Então, se o legislador constituinte escreveu que a sociedade brasileira não quer mais uma distinção jurídica funcional do ponto de vista remuneratório de direitos, obrigações e deveres entre civis e militares, por que no Governo do Ferrando Henrique uma das primeiras alterações que se promove na Constituição é exatamente tirar os militares do art. 37 em diante da Constituição, onde ficou apenas “Dos servidores públicos” — entendam-se apenas civis — e passaram o conteúdo dos servidores públicos militares para o art. 142 em diante?

Então, desfez, como muitas coisas que foram escritas na Constituição, determinadas pela emendas populares em 1986. Depois, no que já foi chamado de “reforma salame da Constituição”... Salame porque fatiada, cada dia um assuntinho. Fica mais fácil de demolir a fortaleza se você for tirando pedra por pedra, não tentar derrubá-la toda de uma vez.



Então, isso significa um retrocesso. Um retrocesso que precisa ser marcado como uma lição. Se um dia, no que diz respeito a esses direitos, militares e civis não tinham distinção, nada impede que isso volte a ser o determinante neste País.

O que veio substituir no art. 42 que regulamentava a situação dos militares? Entenda-se, neste momento, os militares, as Forças Armadas, o Exército, a Aeronáutica e a Marinha. Aí eles colocam na Seção III Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Esse art. 42 vem e diz: não temos mais dúvidas, as Polícias Militares e os Bombeiros são militares.

E o § 1º manda que se aplique a esses dois tipos de corporação... E esse nome nós já dissecamos: por que os bombeiros se chamam de corporação, por que a Polícia Militar se chama de corporação? Assim como o corpo humano, a mão, o dedo, a orelha não tem sentido fora do corpo. Então, a corporação significa que não existe cada soldado. O soldado só ele é quando estiver no corpo. Então, ele é um todo, por isso a atuação de política, principalmente política dessa instituição tem de ser nesse sentido, visando essa unidade.

Aí, o § 1º do art. 42 diz que se aplicam aos seus militares dos Estados — entenda-se Polícias Militares e Bombeiros — o art.14, § 8º, da Constituição, que significa o quê? O militar pode votar e ser votado. Isso se chama cidadania política. Então, ele é elegível a partir desse momento.

Manda que se aplica o art. 40, § 9º, que é uma contagem de tempo de serviço simultânea para a aposentadoria. E manda que se aplica o art. 142, §§ 2º e 3º. E, aí, o 142 é um parágrafo específico das Forças Armadas, que, neste momento, tem alguma coisa que eu apresentei da seguinte maneira. Há dois tipos de leitura do texto da lei. Num primeiro momento, o art. 42 diz assim:

“Art. 42-

*§ 1º Aplicam-se (...) do art. 142, §§ 2º e 3º —
depois vem uma vírgula —, (...) do art. 142, § 3º, inciso X,
(...).”*

O inciso X é do § 3º. Então, significa que na primeira referência não é para aplicar o § 3º inteiro. Se você fizer essa leitura, que chamam de *stricto sensu*, a proibição de sindicalizar e de fazer greve para os bombeiros não existe. (*Palmas.*)



Calma!

Mas, se entendermos a segunda referência — aplica-se “do art. 142, § 3º, inciso X” — apenas como um reforço dizendo que carreira, vencimentos, promoções, etc. têm que estar previstos numa lei específica, e como isso não poderia deixar de ser gizado, sublinhado, enfatizado — foi só por isso, mas aplica-se o § 3º como um todo —, então, nessa interpretação mais ampla, bombeiro militar não pode se sindicalizar, não pode fazer greve.

Entendam V.Sas. que esse tipo de interpretação *stricto sensu*...

Se me permitem uma *lato sensu*, o Supremo Tribunal Federal não é um tribunal essencialmente judicial. Ele é, por excelência, um tribunal político, e, dependendo das confluências, o relator do processo poderá fazer a interpretação que eu chamo aqui de *stricto sensu*, em que o bombeiro militar, repito, pode se sindicalizar e fazer greve, como ele, em razão de outra vontade política, como já foi manifesto na imprensa, isso foi público — o Ministro Celso de Mello, perguntado numa passagem exatamente a respeito da greve dos bombeiros, respondeu com a maior objetividade: “É crime porque está proibido por lei. Bombeiro não pode fazer greve” —, então, de público, sem ter o processo, sem estar escrevendo e assinando, esse Ministro do Supremo já manifestou a sua leitura.

Como falei para os bombeiros do Rio de Janeiro, porque nessa ocasião estavam apenas os bombeiros — não referir à Polícia Militar não significa que eles estão excluídos... Era o momento da comoção principal. Os bombeiros me convidaram para apresentar esse conteúdo. Eu apresentei uma outra situação.

Agora vou fazer o círculo da vontade do Legislador Constituinte em 1986, 1987 e 1988.

Nós temos três tipos de militares: das Forças Armadas, a Polícia Militar e os Bombeiros. Podemos até brincar um pouquinho com algumas coisas que, às vezes, os nobres Deputados esquecem. Eu vivo dizendo que o único governante que tem território e povo é o Prefeito. Os outros governantes são governantes abstratos. Imaginem, numa hora de perseguição, onde o Governador vai se acoitar. O território e o povo são daquele Prefeito. Ele é o quê?

Por isso, sabiamente — essa lição vem da Idade Média — os Presidentes da República reservavam um DF, um Distrito Federal para ter território e povo como um



prefeito qualquer. E o Constituinte, não sabendo disso, dessa lição elementar, fez desse DF a maior salada, absolutamente ininteligível. O que é o DF? Tem Deputado, tem Governador, mas é território e povo do Presidente da República, que sustenta as contas! Um juiz daqui é um juiz federal, ou seja, é de uma outra estrutura. O samba do crioulo doido é a constituição do DF no *status* de Estado, representação em que o dono do território e povo não designa mais o Governador como cargo de confiança; ele é eleito pelo povo.

Por isso que não enfeitam mais as ruas quando o Presidente toma posse. O Presidente vem tomar posse no seu território, com o seu povo, e o Governador, que é de outro partido, não coloca serpentinas e confetes pela rua. Coloca algumas tachinhas, que podem furar o pneu ou não.

Enfim, o que acontece então? Qual é a força que o Governador tem? O Governador se reserva uma segunda força, porque o Presidente da República, que é um governante abstrato num imenso território, diz: *“As Forças Armadas serão minhas. As Forças Armadas serão minhas.”* Então, ele é o Chefe Supremo das Forças Armadas. A abstratividade dele tem sustentação apenas nas Forças Armadas.

O Governador do Estado é um simulacro disso. Aí ele vai ter sustentação no quê? Na Polícia Militar. Então, *“eu não tenho território, não tenho povo, a minha casa, o meu Palácio do Governo fica dentro de uma cidade”*. E eu digo que não devia ter imunidade recíproca — o Governador tinha que pagar IPTU por aquele imenso palácio, porque, afinal de contas, o síndico... Ele faz mais sujeira que eu. Por que eu pago IPTU e ele não paga? E ele ocupa mais espaços. Então, nesse condomínio que é a cidade, ele não contribui de forma nenhuma.

E aí os Prefeitos, por sua vez — o César Maia começa isso no País, ouvindo essa palestra —, estão a criar a sua Polícia Municipal. Quer dizer, então, ele já tem o território e o povo.

Mas há uma outra polícia, à qual ninguém prestou atenção e que, aos olhos dos cidadãos, é, de todos os militares, a mais efetiva para ele. Não estou dizendo isso porque estou na frente dos senhores. Há 18 ou 20 anos, escrevi isso em sentença. O militar que o brasileiro sabe de verdade que está trabalhando chama-se bombeiro. É o bombeiro que chega à casa do cidadão, nem que seja para tirar o



gatinho lá da árvore; é ele que chega para tirar o acidentado de dentro do carro, onde houve uma batida, mas a porta não abre mais, e considerando outras situações. E esse militar, das três categorias — Forças Armadas, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros —, é o que tem a maior aceitação popular, mais aceitação popular do que muitos políticos por aí. Eu digo “muitos” para ser, digamos assim... Não, não é gentil. É uma linguagem harmônica, porque aí nós vamos provocar discussão por outros aspectos.

Nós temos, nesse momento, duas situações que o político, governante, autoridade suprema dos militares, seja no plano nacional, estadual ou municipal, tem que levar em conta. Ele não está se dando conta de que estamos num momento sensível, porque já foi vontade política da população brasileira, em 1986, que não houvesse diferença entre civis e militares, e ele não está sabendo considerar e tratar uma corporação que tenha maior aceitação popular.

Então, estamos diante do quê? Eu falei a princípio de uma legalidade estrita, ler a letra da lei. Mas uma coisa que, nesta Casa, não se pode fazer é ter esse hábito, digamos, estranho, de, quando lhe interessa, só ler a lei; de, quando não lhe interessa, fazer o discurso político. Nesta Casa, nenhum Parlamentar pode esquecer o que é do interesse popular e de apoio popular.

Aí começa uma legitimidade da reivindicação que perpassa a letra da lei e a eficácia da lei, a legitimidade da reivindicação. O que a legitimidade da reivindicação faz? Vai tornando o rei nu. Ele vai ficando sem sustentáculo, sem apoio, sem possibilidades de fazer muitas coisas, porque, primeiro, não está tratando a categoria como deve; não está agindo com modernidade nem tecnicidade no que diz respeito a essa categoria profissional. E, por outro lado, o tratamento é daqueles ao contrário da letra da Constituição, porque a Constituição diz, em primeiro lugar... Olha, o governante poderia ser enforcado por isso.

Daciolo, se você só foi expulso, eu acho que quem não cumpre esse artigo da Constituição tem que ser executado em praça pública, aos moldes do tempo do Império, como Tiradentes, enforcado, esquartejado, coisas que um dia já existiram, mesmo que simbolicamente.

O Brasil é uma República fundada na valorização do trabalho, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Onde está a valorização do trabalho? Ou



seja, o trabalhador celetista, que entre numa fábrica, este é o trabalhador brasileiro? Aquele que veste o uniforme e faz um tipo de trabalho na área de segurança, de medicina, etc. e tal, ele não é trabalhador?

Então, há algum descumprimento da parte Dos Princípios Fundamentais, o que é muito mais grave. Não se está levando em conta uma série de aspectos.

Deputado, lá no Rio de Janeiro, com mais tempo, eu pude mostrar para as pessoas um dado que alguém que está fora da categoria apresentou. Eu disse o seguinte: o bombeiro não pode mais ser hoje um homem que carrega um balde d'água para apagar um "foguinho", como era a nossa imagem infantil de bombeiro. Foi uma atividade que se sofisticou ao máximo. Os equipamentos são completamente sofisticados e de altíssimo nível, em todas as áreas: de socorro, das enchentes, dos desabamentos e principalmente do incêndio. Não se pode mais colocar a manipulação de uma escada Magirus para um sujeito que tem apenas 3 ou 5 anos de escola e que passou por um treinamento de 2, 3 dias. A imagem é a seguinte. Se qualquer problema acontecer ali, que não seja problema solucionável, ele não tem condições, e o Brasil inteiro assistindo pela televisão a escada que sobe até a metade, as pessoas, vinte, trinta pedindo socorro. E se fosse um técnico, alguém equipado, rapidamente ele resolveria esse problema e tudo sairia a contento, os bombeiros seriam heróis. Nesse momento, em que a falha é simplesmente humana, vem a autoridade e diz: *"Não, foi falha do equipamento, nós não temos dinheiro"*, aquelas desculpas de sempre, quando as pessoas precisam ser mais técnicas.

Então, a solução, nesse caso, sem considerar que a vida humana é o valor maior de todos, tanto a Polícia Militar, como os bombeiros... Eu encerraria por aí, para transformar o dever institucional de não apenas discutir a questão da segurança no que diz respeito à valorização do trabalho. Eu, particularmente, por pertencer a outro Poder, onde temos independência — eu acho que sou a única que posso dizer isso aqui... Os Deputados têm que parar de falar muito e começar a apresentar projetos, chamar pessoas, técnicos, brasileiros ou estrangeiros, para profissionalizar essas corporações. O que eu quero dizer com profissionalizar? Profissionalizar significa exatamente contemplar o tempo de hoje: qual é a demanda, quais são os recursos, como é que tem que ser feito. Principalmente nas Forças



Armadas, porque se vai ter que diminuir o efetivo, tem que profissionalizar. Aí vai sobrar mais dinheiro para distribuir para os Estados.

Nas Forças Armadas acontece o seguinte — a lição vem da Inglaterra e tem 200 anos: a lei mais democrática que existiu na Inglaterra era uma lei que obrigava o rei, terminada a guerra, a desincorporar todo o exército que tinha sido aglutinado para a guerra. Por que isso? Por que isso é democrático? Porque o exército que se monta para apontar para o adversário externo, quando não tem adversário externo, aponta a arma para quem? Para dentro? Não tem sentido. Somos ambos patriotas, somos as mesmas pessoas, com os mesmos interesses.

Então, é preciso começar a conceber as Forças Armadas como uma coisa mais inteligente, menor, mais eficaz, com uma aplicação obviamente de recursos, de motivação, de todos esses aspectos em quadros e saídas. E começar a buscar uma emenda constitucional para ajustar isso. E aí, se isso tudo for para mudar a Constituição, eu tenho absoluta certeza, finalizando nessas últimas provocações que eu fiz, porque o tempo aqui já se esgotou e tem que ser repartido, e se for preciso, para modificar a letra da Constituição, novamente daquele apoio que aconteceu em 1986, das emendas populares, das pessoas na rua, sem sombra de dúvida o povo brasileiro está extremamente interessado. Os senhores sabem, as pesquisas demonstram que juntamente com saúde, antes mesmo da educação, as pessoas esperam por segurança. Então, não basta mais discurso de palanque. Não basta mais discurso de palanque. Agora precisamos de propostas que sejam voltadas para o nosso tempo, porque se o Brasil chegou ao estágio econômico de desenvolvimento a que chegou — e eu gostaria de corrigir a interpretação do Deputado que me antecedeu quando ele disse que há 143 países mais corruptos do que o nosso; não, são 143 países menos corruptos que o Brasil. Veja o grau de corrupção que nós temos. Temos uns 50 a mais do que nós, mas 143 menos. Então, se nós somos um País que avançamos em alguns aspectos, não faz sentido, exatamente naquilo que diz respeito à população, que é quem elege os seus representantes, não se avançar, como o tempo atual, a modernidade, a tecnicidade, o valor do ser humano e da cidadania exigem neste País. E aí, se for o caso de outras interpretações da lei que V.Exas. ou V.Sas. desejarem, eu estarei sempre à



disposição, Deputado Efraim Filho, para apresentar a única coisa que eu posso, dadas as limitações da minha função, que é, no meu caso, uma fala.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Desembargadora Salete Macalóz. Quero dizer que os aplausos e a fala de V.Exa. justificaram a tolerância da Presidência desta Comissão, porque realmente a senhora pode sintetizar o seu pensamento.

Mas quero solicitar dos demais membros que procurem manter a rigidez regimental para que tenhamos, inclusive, a próxima Mesa.

As sugestões e os encaminhamentos da senhora, Desembargadora, serão bem-vindos à Comissão de Segurança, que está extremamente aberta para receber essas sugestões de técnica legislativa, de transformações.

Seja bem-vindo, Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. que foi um grande baluarte dessa luta. Receba uma salva de palmas de todos. (*Palmas.*)

Permitam-me, antes de passar a palavra, fazer apenas uma ressalva. As ações legislativas têm sido feitas. Está aí a PEC 300, a PEC 308, Polícia Penal, Polícia Civil; tudo o que envolve essa parte de segurança pública está inserido nesse debate. Está aí a criação do Ministério da Segurança, do fundo para a segurança pública, assim como existe para educação e saúde.

A segurança pública, hoje, em qualquer canto deste País, está em primeiro lugar ou o segundo, por conta da saúde, entre os problemas apontados pela população; mas quando se une segurança pública e drogas, ela chega a ultrapassar, inclusive, a saúde.

Então, esse problema existe, e a Comissão de Segurança Pública, como eu falei desde o início, está aberta para ser essa plataforma provocadora, seja do Ministro, seja da Presidenta, seja de quem vier pela frente.

Seguindo aqui uma sugestão da Deputada Estadual Janira Rocha, que não se opõe a que intercalemos e a que demos um pouco de voz ao sexo frágil, vou conceder a palavra ao Deputado Capitão Tadeu, representando os homens na Mesa.



Portanto, Deputado Capitão Tadeu, V.Exa., como um homem da lei, um legislador, sabe que o Regimento urge, e queremos pedir a V.Exa. que faça uso da palavra.

O SR. CAPITÃO TADEU - Boa tarde a todos os presentes. Eu quero agradecer o convite feito por esta Comissão e cumprimentar todos os componentes da Mesa, na pessoa dos Deputados Efraim Filho e Mendonça Prado, além de cumprimentar a plateia, nas pessoas de Adriana — a grande guerreira Adriana —, Daciolo, Prisco, Jéoás e todos os bombeiros do Rio de Janeiro que estão presentes, todos os meus companheiros policiais militares, civis e bombeiros do Brasil.

Doutora, eu quero dizer que fico feliz com tanto elogio aos bombeiros, porque além de PM também sou bombeiro. Na Bahia, o bombeiro ainda pertence à Polícia Militar. Assim como o Prisco, também bombeiro, eu servi na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. Então, no dia em que se separarem eu vou ficar tranquilo e dizer que eu sou PM e bombeiro com muito orgulho.

Eu tenho 32 anos de Polícia Militar e há 20 anos participo de movimentos grevistas lá na Bahia, o último puxado e liderado por Prisco, e que eu participei dando apoio à ASPRA e a Prisco e às demais lideranças.

O que a gente observa, como a senhora bem falou, é o descaso que os governos têm com os militares. Eles acreditam que por existir essa pseudo proibição constitucional poderão manter a tropa disciplinada na base apenas do regulamento.

Na greve de 2001 da PM da Bahia... Depois da greve, eu estive conversando com o Ministro da Justiça daquela época, José Gregori, e com algumas lideranças. Estava presente também o Chefe da Casa Militar de Fernando Henrique. E o Ministro da Justiça disse: *“Nós estamos preparando um anteprojeto de lei para endurecer as penas para os PMs que fizerem greve.”* E eu disse a ele: *“Ministro, o senhor não sabe o que está falando. O senhor deveria estudar um pouco a legislação antes de falar isso. Endurecer pena para militar que fizer greve! Ministro, o senhor não sabe que a pena para o militar hoje prevista para os crimes de revolta, para aqueles que liderarem, é de 25 anos de reclusão? O senhor quer endurecer isso? O senhor quer endurecer isso? Só se for para fuzilar, Ministro! Pena de fuzilamento. Não é, General?”* Eu perguntei ao General Alberto Cardoso. Ele disse: *“Realmente, a pena já é muito dura.”* Eu disse: *“Ministro, o senhor não tem que*



pensar em endurecer pena. Um militar que abre mão da sua família, do seu futuro profissional, da sua liberdade, da sua profissão ao fazer uma greve é porque perdeu a esperança em tudo. Ele perdeu a esperança pela vida, pela profissão. Então, o que o governo tem de fazer, o senhor, como Ministro da Justiça, era buscar a justiça para esses militares, e não querer usar a Constituição e o regulamento militar para querer inibir o que está acontecendo.”

Na Bahia, nós temos o Partido dos Trabalhadores no Governo. Eu fico muito à vontade para falar, porque sou do PSB, que, na Bahia, é coligado ao Partido dos Trabalhadores. Então, eu fico muito tranquilo para falar.

O Partido dos Trabalhadores, que chegou ao poder fazendo greves, defendendo os trabalhadores, o que fez agora, na greve da Polícia Militar? Colocou 1.500 homens do Exército para prender uma única pessoa, o Prisco, que está aqui presente. Uma estupidez sem tamanho: 1.500 homens para prender uma pessoa. Deixaram a cidade toda sem os militares do Exército, os homicídios pipocando e eles preocupados em prender uma pessoa.

Então, vejam o que o Partido dos Trabalhadores fez: colocou os militares grevistas na cadeia junto com bandidos comuns. Alguns foram colocados na cadeia usando cueca, como se fossem bandidos — aqueles que os direitos humanos sempre defendem. E isso foi feito pelo Partido dos Trabalhadores.

Agora, na Bahia, os professores estão em greve. O Partido dos Trabalhadores não negocia e corta o salário dos professores, que já ganham pouco. Mas não negocia.

Então, fica difícil...

(Falha na gravação.)

O Parlamento precisa evoluir muito, como a senhora bem colocou aqui, mas o Poder Judiciário também precisa se respeitar e não ser submisso ao Poder Executivo.

Na Bahia, o que a Justiça fez com os PMs presos foi uma vergonha. Aliás, no Rio de Janeiro também, ao não ter concedido a anulação da revogação da prisão dos companheiros Daciolo e outros.

O Poder Judiciário está completamente submisso ao Poder Executivo. Na Bahia, foi uma lástima a atuação do Poder Judiciário ao acatar o pedido de prisão



preventiva e mantê-lo, depois que todos os pré-requisitos previstos para uma prisão preventiva tinham acabado, tinham se esgotado. Ainda assim, insistiram em manter aquela prisão, acatando pedidos do Chefe do Poder Executivo.

A SRA. SALETE MACCALÓZ - A reforma constitucional também muda isso.

O SR. CAPITÃO TADEU - Então, precisamos repensar o Brasil como um todo.

A senhora foi muito feliz quando falou na questão do serviço público. O serviço público está se agigantando cada vez mais, inchando cada vez mais e não sobram recursos para os serviços básicos da população. É servidor público demais para pouco serviço, e nas áreas não prioritárias. Enquanto isso, a área prioritária fica completamente desabastecida de profissionais em quantidade, e em qualidade, porque falta treinamento, e falta estímulo.

Então, o serviço público precisa ser repensado, antes que a população se revolte e parta, naturalmente, a uma revolta contra o serviço público.

Sou favorável, sim, ao Ministério da Segurança Pública e a um fundo constitucional para suprir as necessidades da segurança pública no Brasil. O modelo que nós temos hoje de segurança pública está completamente esgotado — está completamente esgotado. Nós não vamos avançar mais para lugar nenhum com esse modelo.

Por mais que se melhorem as condições dos policiais civis e militares, bombeiros, da política técnica, por mais que se dê treinamento, equipamento, o modelo já está incompatível com a eficiência do serviço de segurança pública.

O Congresso não tem coragem de trabalhar esse assunto, o Governo Federal da nossa Presidenta Dilma, e do nosso ex-Presidente Lula, que quando era Oposição pregava a desmilitarização e um novo modelo de segurança pública, quando chegou ao poder esqueceu-se completamente de repensar o modelo de segurança pública.

E o que nós estamos vendo? Apenas o crescimento da violência. Os governos anunciam aumento de efetivo, compra de viatura, compra de arma, de munição, de colete balístico, de sistema de comunicação, reforma de penitenciária, construção de mais penitenciárias, e a violência só faz aumentar, porque está claro que o caminho não é só esse.



A Polícia é fundamental? É. Tem que se fazer todo esse investimento? Tem. Mas, paralelamente, tem que se investir no social, na educação, no estímulo aos policiais, e fazer o funcionamento de um serviço público em rede, porque hoje cada Ministério trabalha isoladamente, cada Secretaria Estadual ou Municipal trabalha isoladamente, e a falta de funcionamento em rede não cria a conectividade entre os diversos órgãos municipais e estaduais, o que tira a eficiência de todos.

Nós temos uma Guarda Municipal que não trabalha em conectividade com a Superintendência de Meio Ambiente. Estou falando isso no âmbito do Município, do território municipal.

Então, ou se repensa o serviço público ou não vamos para lugar nenhum.

A questão desse modelo tem que partir do Congresso. E acho que a Comissão aqui tem que abrir essa discussão, tem que ter coragem de enfrentar o corporativismo de coronéis, de delegados, porque a sociedade tem que estar acima dos interesses corporativistas.

Se não pensarmos nisso, nós não vamos evoluir.

A questão da anistia, Sr. Presidente. Quero sugerir a V.Exa. e aos demais Deputados que encampem essa questão da anistia. Embora a Bahia não tenha dado a anistia para Prisco e para outros companheiros, ela descumpra decisões judiciais. Ainda assim, quando o Poder Legislativo Federal cria a Lei da Anistia, dá subsídios para que no âmbito dos Estados nós tenhamos mais força para lutar por isso.

Para finalizar, a questão da inconstitucionalidade das greves dos policiais militares. Certa feita, na greve de 2011, eu fui entrevistado pela *Folha de S.Paulo*, quando me questionaram: *“Mas não é inconstitucional fazer greve?”* Eu disse: *“Da mesma forma que é inconstitucional a forma como o Governo trata o salário dos policiais. Está prevista na Constituição a forma do subsídio, e o Governo Federal não cumpre. Da mesma forma que os governos descumprem a Constituição e descumprem as leis infraconstitucionais que beneficiam os policiais e bombeiros, eles dão, sim, legitimidade para que os policiais também possam descumprir a Constituição.”*

Por isso que eu entendo que a greve dos militares estaduais — bombeiros e policiais — tem, sim, uma forte fundamentação constitucional na medida em que os direitos constitucionais que amparam os militares também não são respeitados. Ao



não serem respeitados, é dada legitimidade aos militares de exercerem o *jus esperniandi*.

Ao encerrar neste momento, quero parabenizar todos os policiais e bombeiros do Brasil pela coragem, em especial aqueles que sofreram com demissões, com prisões, caso do Daciolo e do Prisco, presentes aqui e demitidos até hoje, pela coragem, repito, de levantar a cabeça.

Vinte anos atrás, por fazer greve lá na Bahia, sofri perseguição do mais radical de todos os ditadores que nós já tivemos aqui no Brasil. Ele era sanguinário. Não citarei o nome em respeito ao seu falecimento. Há 20 anos, fui perseguido na Bahia por um Governador truculento, o mais truculento Governador da história do Brasil. Hoje, no entanto, eu estou aqui. E eu lutei, lutei muito, para derrubar aquele truculento ditador, para levar a democracia para a Bahia. E quando eu vejo hoje militares presos porque fizeram greve, professores sem salário porque fizeram greve, eu vejo também que essa luta ainda não acabou, que ela tem que continuar.

Parabéns a todos vocês. Continuem lutando porque a dignidade está acima de qualquer outra coisa. E nós merecemos dignidade, nós merecemos respeito, nós seremos militares até depois da morte, mas os Governadores passam. Depois que eles passam, deixam rastros de destruição, e cabe a nós recolher o lixo que eles deixaram por aí.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Capitão Tadeu, Deputado Estadual da Bahia.

Agora, conforme entendimentos com esta Mesa, em mais uma permuta, concedo a palavra ao Sargento Aragão, Deputado Estadual do Tocantins, pelo tempo regimental.

O SR. SARGENTO ARAGÃO - Agradeço a oportunidade e o convite.

Cumprimento o Presidente desta Mesa, o Deputado Efraim, e o meu amigo, ainda não colega federal, mas colega de luta da classe, principalmente dos menos abastados, dos praças, e V.Exa., Deputado Mendonça Prado, carrega isso no sangue e fez com que eu pudesse estar aqui hoje para discutir também, sem tirar o mérito da Presidência desta Comissão.



Quero, assim, cumprimentar toda a Mesa e os eminentes Deputados Federais.

Faço também um cumprimento especial ao meu companheiro do Estado do Tocantins, Marcos Dias, patrulheiro da Polícia Rodoviária Federal, Conselheiro do CONASP, que, mesmo sendo policial rodoviário federal, apoia os policiais militares e os bombeiros, inclusive a desmilitarização com que tanto sonhamos. *(Palmas.)*

Vim a esta Comissão para debater e estou muito satisfeito com o nível do debate. Falou-se muito aqui da valorização profissional do militar, e o militar a que me refiro é o estadual, policial militar e bombeiro. Evidentemente, essa valorização profissional... *(Pausa. O orador se emociona.)* Às vezes a emoção fala mais alto. Mas me permitam — a Presidência inclusive — cumprimentar três subcidadãos: Daciolo, Marco Prisco e Jeoás *(Palmas.)* E por que, senhoras e senhores, douta magistrada, subcidadãos? V.Exa. falou muito bem no início de sua exposição, e eu fiquei feliz, mas, ao mesmo tempo, reconheceu que os praças, policiais e bombeiros militares, mesmo chamando-se a Constituição de Cidadã, nela não fomos recepcionados. Por isso nós somos subcidadãos, sim. E não há um artigo, um inciso e nenhum parágrafo que mencione um direito do praça na Constituição chamada de Constituição Cidadã.

Falou-se muito aqui, não nesta audiência de hoje, mas em outras, do direito de voto, como se isso fosse algo muito estranho. O militar hoje tem direito de votar onde? Onde o praça tem direito de votar? Ele pode até ter uma perspectiva de direito, mas, quando chega o dia da eleição, ele é transferido do seu domicílio eleitoral, da mais sagrada missão. Quando se tem que garantir o direito daqueles que possam exercer a sua cidadania e o seu direito de voto, ele vai justamente fazer aquilo que ele não tem. Enquanto hoje nós podemos ver, em sábia decisão do Tribunal Superior Eleitoral, desde 2009, que o preso provisório pode justificar o seu voto, o praça ainda hoje não pode justificar o seu voto.

Eu quero lembrar, senhoras, a Constituição de 1934 e o sagrado direito do sexo frágil, a mulher, a linda mulher. Aproxima-se o Dia das Mães, e mesmo para aqueles que ainda não têm, acho que é o dia mais sublime para todos nós. A Constituição de 1934 garantiu o direito de voto à mulher, sem considerar que, no Rio Grande do Norte, em 1927, não me lembro da cidade, tivemos duas vereadoras



eleitas, evidentemente cassadas posteriormente. E a Deputada Carlota, que já era Deputada Federal, exerceu mandato ainda em 1934, mas foi eleita em 1932. Mas, senhores, está lá em letras garrafais, na Constituição de 1934, que garantiu o direito de voto à mulher, que são proibidos de votar — as vedações, como sempre há — os mendigos, as prostitutas e os praças. Se partirmos desse princípio, veremos que evoluímos muito, até porque hoje temos a perspectiva do direito de voto.

Quero colocar, na condição ainda de subcidadão, uma comparação — a matemática vai-nos permitir fazer aqui esta reflexão. Nós temos o trabalhador civil público e temos o trabalhador militar, que evidentemente pertence a algum Estado da Federação ou ao Distrito Federal. Àquele cidadão que ganhou o prêmio da Mega-sena, ou tinha a noção ou o pensamento de ganhá-lo, ofereceram: *“Soldado, você quer o prêmio da Mega-sena ou você quer uma escala de 24 por 48 durante 30 anos, sem você participar de nenhuma chamada geral, de nenhuma educação física, de nenhuma instrução e de nenhuma escala extra?”* *“Ah, eu prefiro essa escala de 24 por 48 durante 30 anos”*.

O trabalhador público civil — e eu não estou fazendo esta comparação em detrimento de alguém, estou fazendo uma comparação entre quem é cidadão e quem é subcidadão. O povo diz — isto está na boca do povo — que o policial militar que trabalha 24 por 48 só trabalha 10 dias por mês, enquanto o outro trabalha 20. Quando se olha grosso modo, se diz que de fato um trabalha 10 e o outro 20, que realmente um trabalha o dobro. Só que esse que trabalha 10 dias já trabalhou 240 horas/mês, e o que trabalha 20 dias trabalhou 160 horas/mês. Isso é matemática, não se tem como fugir dela. Aí se multiplicam 12 por 160 — está até decorado —: são mais ou menos 1.920 horas; 12 vezes 240 são 2.880 horas: uma diferença, em 1 ano, de quase mil horas. Mas aí vamos para a prática. *“Ah, mas ele aposenta com 30 anos e o outro com 35.”* Vamos então multiplicar 1.920 por 35 anos: o resultado vai para 67 mil horas. E vamos multiplicar 30 anos por 2.880: vai para quase 87 mil horas, quase 20 mil horas de diferença.

Vamos pegar esse subcidadão e transformá-lo em cidadão, colocando essas 87 mil horas numa jornada de trabalho de 40 horas semanais. Ele trabalha exatamente, senhores e senhores, 45 anos de serviço. Se isso não for ser subcidadão... Perdoem-me, mas a valorização profissional não permite nem sequer



discuti-la. Participar da luta nós vamos sempre (*palmas*) (*falha na gravação*) ... junto ao Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e no Conselho Nacional de Segurança Pública, CONASP, onde estamos pedindo, ainda em fase elementar, o fim da prisão administrativa. E é simples, é só revogar o art. 18 do famigerado Decreto nº 667, que ainda se submete aos anos de 1964 a 1969.

Apenas isso. E a esta Casa, nobre Presidente, pedimos com carinho que possamos fazer esse embate aqui. Só temos uma condição de mudar: é por meio daqui. Mas o decreto vigora até hoje e vale, porque, quando se vai ao CPM, no art. 157, ele diz que a vida do tenente vale mais do que a vida do soldado. Estou dizendo tenente, mas pode ser cabo e soldado, pode ser sargento e cabo. Estou dizendo que a vida do superior vale mais do que a do subordinado. Em caso de agressão, por exemplo, se o soldado agredir o tenente, sua pena é de 2 a 3 anos; mas se for o tenente que faça a mesma agressão ao soldado, sua pena é de 3 meses a 1 ano. Isso está tipificado no Código Penal Militar. Isso não é ser subcidadão? Aliás, eu acho que nem é sub, acho que está mais abaixo.

E, quando a gente fala do famigerado Decreto nº 667, nos encorajamos para continuar a luta mesmo. Agora, perguntar se fazer greve é crime... nós já sabemos que é. Até, se algum Comandante-Geral de algum Estado quiser, pode atuar aqui agora porque somos mais de dois ou três militares discutindo um assunto sobre que não estamos autorizados a falar. Eu ainda me escondo atrás de um mandato — estou nele. Não sei se permaneço. Aqueles que ainda não têm esse manto podem chegar aos seus Estados já na condição de presidiário, como foi o caso do Cabo Daciolo, preso dentro de uma aeronave antes da decretação da prisão. E quando se pediu a motivação da prisão, como subcidadão, disseram: "*Não existe motivação*". Então, tira de Bangu e traz para o quartel.

Mas aqui eu quero fazer a crítica, como fiz na Assembleia do meu Estado, de que o Ministro da Justiça, ao desembarcar no aeroporto, em Salvador, estava preocupado não com a Polícia Militar, mas, sim, em reservar todos os presídios federais para a prisão de todos os militares ou de todos os trabalhadores que ali estivessem. Essa era a preocupação. E aí eu me perguntei: "*Meu Deus, eu que sou um defensor da extinção desse regulamento hoje estou vendo que o RDE do Exército, segundo a Dilma e o Ministro da Justiça, é melhor, porque o RDE ainda*



coloca esse subcidadão dentro do quartel, não leva ele para a cadeia pública". E o que eles fizeram foi isso. (Palmas.)

Eu vou concluir, nobre Presidente, e agradeço já a V.Exa. Permitam que um subcidadão verbalize um pensamento. A cidade de Palmas é planejada — eu sou pernambucano de nascimento com muito orgulho, mas estou no Tocantins há mais de 20 anos —, é uma cidade cheia de rotatórias. O Comandante-Geral resolveu colocar viatura em cada rotatória daquelas, porém é aquela figura do policial sentinela. Ele não pode atender ocorrências a 10 metros do seu local. Então, se alguém chamar, ele não pode sair. E o Sargento Machado, um pensador, disse e assinou — isto correu no correio interno da corporação, na intranet — que, depois de altos estudos, a cúpula da Polícia Militar identificou que a criminalidade de Palmas estava na rotatória. Pasmem os senhores: 30 dias incomunicável, preso, apenas porque verbalizou um pensamento. Isso é ser subcidadão.

Muito obrigado, Presidente. E vamos contar com V.Exa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Deputado Aragão. É uma alegria poder compartilhar com V.Exa. esta Mesa.

Quero dizer que concordo: não podemos pensar hoje no servidor responsável pela segurança pública da sociedade, Deputado Mendonça Prado, se ele não tiver segurança dentro de casa, se ele não tiver condições de pagar o colégio dos filhos, de colocar o pão na mesa da sua família, de pagar a conta da farmácia no final do mês, se não tiver condições de ter casa própria e morar na periferia, cercado de uma marginalidade que sabe onde ele mora. Qual a segurança em perseguir um bandido, sabendo que deixa mulher e filho sozinhos em casa? Então, é um pouco daquela fantasia: faz de conta que você me paga, que eu faço de conta que a sociedade vai ter segurança.

Enquanto não tivermos o Fundo Constitucional, muitos dos gestores, pela mentalidade atrasada da qual o Deputado Tadeu falava, preferirão a obra de pedra e cal, de concreto e ferro, que se vê com os olhos, à prevenção que a segurança pública proporciona para a sociedade. É por isso que a cidadania precisa chegar a todos os brasileiros. Alguns deles, infelizmente, têm seguido à margem desse conceito.



É por isso que, com muita honra, eu transmito a palavra à Deputada Janira Rocha, do Estado do Rio de Janeiro, que dela fará uso — a Mesa solicita — no tempo regimental.

Antes de S.Exa. falar, peço ao Deputado Mendonça Prado que assuma a Presidência dos trabalhos neste momento. Seja bem-vindo, Deputado Mendonça Prado, à Presidência da Mesa. (*Palmas.*)

A SRA. JANIRA ROCHA - Eu cumprimento, então, o Deputado Mendonça Prado, o Deputado Efraim, todos os Parlamentares presentes, bem como a Dra. Salete Maccalóz, nossa Desembargadora dos Trabalhadores, sempre junto com a gente em vários anos de luta. Na figura da Desembargadora, cumprimento também as outras mulheres presentes.

Eu vim aqui hoje — fui convidada — com o firme propósito de discutir com a Comissão de Segurança Pública quais são as tarefas que estão colocadas, no atual momento, na conjuntura atual, para aqueles que se dizem representantes — políticos nesta Casa — dos trabalhadores do Corpo de Bombeiros e dos trabalhadores da Polícia Militar do Brasil. Eu acho que esse é o debate que está colocado aqui.

Como foi dito aqui na Mesa por várias pessoas, nós podemos passar várias horas em diversas reuniões da Comissão de Segurança Pública e de outras Comissões desta Casa, mas, neste momento, os trabalhadores da segurança pública estão precisando, no Brasil inteiro, é de alguém que realmente construa políticas efetivas voltadas para a sua defesa.

A defesa dos trabalhadores da segurança pública hoje não é a defesa apenas dos trabalhadores da segurança pública, é a defesa da população, porque o sentido dos trabalhadores da segurança pública é defender a população. Pelo menos deveria ser, porque o que vemos, a partir desses últimos episódios, é que nossos governantes, tanto na esfera federal, quanto na esfera estadual, estão mais preocupados em formar trabalhadores da segurança pública que possam, única e exclusivamente, defender a propriedade privada, e não a segurança efetiva da nossa população.

Então, o que está colocado hoje? Os trabalhadores da segurança pública, com essa movimentação que fizeram no Brasil inteiro... E quero dizer que fizeram



uma movimentação cuja responsabilidade política é desta Casa, é do Congresso Nacional. A responsabilidade política das lutas que aconteceram nos Estados, a responsabilidade política de, pela primeira vez, em alguns Estados, esses trabalhadores se darem o direito inclusive de fazer greves foi, primeiramente, do Governo passado, do Governo Lula, que autorizou a sua base, ampla maioria aqui nesta Casa a levar à votação, em primeiro turno, a PEC 300, dizendo para a tropa, em nível nacional, mandando o recado para a tropa, em nível nacional, de que a PEC 300, ou seja, o piso nacional e as melhorias para essa classe de trabalhadores estariam garantidos. Foi esta Casa! Foi a Presidência da República que autorizou a sua base, e esta Casa votou, no primeiro turno, a PEC 300, e disse para o Brasil inteiro: vai sair a PEC 300.

A primeira coisa que a Presidente da República fez, a nova Presidenta, quando ela tomou posse, foi cortar R\$ 50 bilhões do Orçamento, dando o endereço desses cortes. Dentre esses endereços, estava lá a Emenda 29, que é a emenda da saúde, tão cara para a população, e estava a PEC 300, com uma ordem direta: “Desmobilizem-se! Não haverá pagamento da PEC 300!”

E aí ela fez um diálogo direto com a tropa nos Estados. Com quem ela fez o diálogo? Ela fez o diálogo com aqueles trabalhadores que ganhavam R\$ 800,00, no Rio de Janeiro, para sustentar as suas famílias. Ela fez o diálogo com os trabalhadores da Bahia, do Recife; enfim, ela fez o diálogo com os trabalhadores que não têm, naquilo que ganham, o seu sustento garantido, o sustento das suas famílias. E, como acontece desde que o mundo existe, as pessoas fizeram o quê? Elas organizaram-se e mobilizaram-se para poder garantir o seu sustento.

Essa atitude desses trabalhadores abriu uma grande crise institucional. Abriu uma grande crise institucional. E como foi que a Presidência da República, junto com a sua base aliada, tratou essa crise institucional, que foi provocada por sua política, pelo seu erro político? Como eu já disse, e foi dito aqui também, foi com a Guarda Nacional, a ameaça dos presídios, enfim, com a compra da Rede Globo.

Foi comprada a Rede Globo para se fazer lá a mágica dos grampos, transformar coisas que foram ditas em um contexto em crimes, e todas as atrocidades que se sucederam. E fala-se em “defesa da lei”. Foi o que mais disseram a Presidente da República e os Governadores, particularmente Jaques



Wagner, na Bahia, e Sérgio Cabral — Sérgio Cabral é aquele da máfia dos guardanapos, é desse que estou falando.

O que eles fizeram? O que eles fizeram? Fraudes nas comunicações, prisão sem ordem, sequestro, presídio de segurança máxima, presos incomunicáveis, atropelo das leis com decretos, levantando a questão do processos de exceção, encurtando os prazos para que os militares fossem levados a Conselho, cerceamento do direito de defesa; no Rio de Janeiro os processos foram feitos em prazos mínimos durante o Carnaval, quando nem ao menos se conseguia contatar advogado! E houve intervenção nas entidades de classe dos trabalhadores da segurança, como foi o caso da ASPRA, lá na Bahia, uma entidade de classe dos profissionais na Bahia que sofreu uma intervenção, teve todos os seus computadores, teve todo o seu mobiliário, seus documentos sequestrados; a conta da entidade até hoje está fechada, e ainda vêm o Governo Federal e os Governos dos Estados falar em “respeito à lei”?!

Todas essas figuras que nós apontamos aqui são figuras de um período de exceção. Ou alguém aqui esqueceu o que foi o AI-5? E nós tivemos na Segurança Pública, neste último período, um AI-5 construído para esses trabalhadores! É com isso que nós convivemos. O caso do Rio de Janeiro foi mais grave ainda, porque nós tivemos a expulsão de 13 bombeiros, 13 pais de família, 19 policiais militares, pais e mães de família também.

Então, essa foi a recompensa que os trabalhadores que se mobilizaram por uma expectativa que foi levantada pela Presidência da República, pelos dois últimos Presidentes da República, essa foi a paga que esses trabalhadores conseguiram obter. Nós vimos o que foi o grande cenário que se montou, a partir dos grandes meios de comunicação: transformou-se a Bahia no grande centro do terrorismo brasileiro; importou-se, colocou-se para fora, para os outros Estados, a necessidade de derrotar o movimento nacional, para que aquele terrorismo não se espraiasse. Por isso foi preso Daciolo, por isso foram presos todos os outros dirigentes, Jeóas e todos os outros dirigentes.

Então, aqui, trata-se disso, sim. Como a Dra. Salete disse aqui, a lei está aí. Existem várias interpretações que podem ser dadas a essa lei. A interpretação que o Governo deu é a interpretação em que ele usa o movimento, monta um teatro, aqui



dentro desta Casa, ajudado por uma série de Parlamentares da sua base, não é? E depois ele transforma esse teatro numa grande prisão, trabalhando com as maiores arbitrariedades possíveis.

Então, esse cenário é que os trabalhadores querem discutir hoje com o Congresso Nacional. Existe uma dívida deste Congresso, existe uma dívida aqui. Há aqueles que se dizem realmente comprometidos. E nós sabemos que muitos dos senhores estão realmente comprometidos, porque no momento da crise, no momento, ali, de mais sufoco desses trabalhadores, nós vimos quais os Parlamentares que estavam ali, independentemente de que as luzes da grande imprensa tentassem também transformar esses Parlamentares naqueles que queriam mover politicamente a Segurança Pública para obter dividendos políticos. E houve um momento ali em que esses Parlamentares foram transformados em bandidos, e muitos Parlamentares, que antes apoiavam, naquele momento deixaram de apoiar, porque é fácil apoiar um movimento da Segurança ou qualquer movimento de trabalhadores quando eles são aclamados e estão sob as luzes da grande imprensa, mas são poucos os Parlamentares que no momento em que um movimento passa por um ataque tão profundo como foi aquele por que os trabalhadores passaram realmente mostram qual é o seu compromisso.

Eu acho que aqui, nesta Comissão de Segurança Pública, se não todos, a grande maioria demonstrou, principalmente na figura de Mendonça, demonstrou que realmente tinham um lado, durante aquele processo de crise, como foi o caso de Tadeu, na Bahia, como foi o caso de Aragão, enfim, de Soares, que não está aqui hoje.

Enfim, então, agora o que está posto aqui — e acho que eu, particularmente, vim aqui a esta audiência porque eu não quero mais ficar fazendo avaliação; não acho justo para esses trabalhadores, que de alguma forma nos respeitam e incentivam os nossos mandatos no Estado —, aqui o que está posto é que tem de haver anistia para os bombeiros e policiais militares do Rio de Janeiro. (*Palmas.*) Tem que haver anistia! (*Palmas.*) Esses trabalhadores não podem ficar demitidos, as suas famílias desamparadas, e ficar tudo por isso mesmo. Nós temos, os Parlamentares federais e os Parlamentares estaduais, que nos unir para brigarmos para que realmente exista essa anistia para esses trabalhadores.



Os bombeiros do Rio de Janeiro foram uma vanguarda num processo de luta, e foram responsáveis por uma anistia que foi votada nesta Casa, que anistiou vários policiais militares e bombeiros de outros Estados, que foram punidos em outros processos. Hoje os bombeiros que ajudaram a construir essa anistia estão expulsos; então, é uma tarefa também dos policiais militares e dos bombeiros dos outros Estados ajudarem agora nesta articulação, para que nós possamos reverter as punições que existem hoje sobre os policiais militares e os bombeiros do Rio de Janeiro.

Então, há várias punições acontecendo no Brasil inteiro; é o caso da intervenção da ASPRA, na Bahia. Aqui, olhem, há uma decisão judicial aqui, a quarta decisão. Fala-se em respeito à lei; é a quarta decisão judicial mandando reintegrar Prisco. É a quarta decisão judicial! Está aqui; há uma ordem da Justiça para que o Governo da Bahia faça a reintegração de Prisco. Por que é que não se faz? Já que a lei existe para prender em presídio de segurança máxima, por que é que a lei não existe para cumprir essa decisão judicial?

Então, esse é o questionamento que nós queremos fazer aqui, porque há tarefas que são, digamos assim, mais de longo prazo; são tarefas estratégicas para a Segurança Pública, não é? Foi apontada aqui a necessidade da batalha política nesta Casa para a criação do Fundo para a Segurança Pública, não é? É necessário criar o Fundo da Segurança Pública. Está aí a PEC 102, uma PEC que pode fazer isso avançar, no sentido do piso nacional e de uma série de outros direitos. Há aí um conjunto, como foi comentado aqui pelo Presidente anterior, um conjunto de iniciativas neste Congresso.

Agora, se essas iniciativas forem para a pauta de debate com os trabalhadores expulsos, demitidos, em Conselhos de Justificação, em inquéritos administrativos, como é o caso do Rio de Janeiro, onde mais de 400 policiais militares e bombeiros neste momento se encontram sob Conselho de Justificação e inquéritos administrativos — até agora são 19 pessoas expulsas da PM, e 13 bombeiros, mas não está garantido que acabou por aí, porque existem quase 400 processos que ainda estão em curso, que ainda poderão levar mais pessoas à demissão —, então não é verdade o que se diz. Não é verdade quando se diz que será possível avançar aqui neste Congresso, aprovando leis que favoreçam esses



trabalhadores, se esses trabalhadores estiverem derrotados nos seus Estados e nas suas regiões, porque esta aqui é uma Casa política; as coisas aqui dentro fazem-se a partir de correlação de forças, e neste momento aqueles que realmente estão comprometidos com esses trabalhadores e com a Segurança Pública têm de fazer de tudo para reverter esse processo de punições, têm de fazer de tudo para que nós possamos realmente deixar de ter subcidadãos e possamos ter cidadãos plenos de direito, para que realmente esta luta se encerre a contento.

Então, eu queria saudar esta iniciativa da Comissão, de Mendonça, que sempre é um articulador importante aqui, eu queria saudar aqui todos os Deputados, mas queria dizer que nós não podemos ficar numa audiência pública. Esta audiência pública aqui tem de servir para construir, para reconstruir uma articulação que busque pautar no Congresso Nacional a questão da Segurança, porque essa é uma pauta forte, essa é uma pauta poderosa, essa é uma pauta que acua o lado de lá, desde que existam iniciativas políticas realmente comprometidas com aquilo que é necessidade hoje da população, porque — eu queria reafirmar — aqui não se trata de uma defesa corporativa, não se trata de uma defesa de PMs e bombeiros; aqui se trata de discutir uma outra concepção de cidade, uma outra concepção de País que nós queremos.

Nós queremos continuar tendo uma Polícia que vai, por exemplo, como em Eldorados dos Carajás, matar sem-terra? Nós queremos uma Polícia que entre em favelas e saia atirando, independentemente de haver criança na rua ou não? Nós queremos uma Polícia e bombeiros que se vendam para o tráfico e para as milícias? Ou nós queremos dar dignidade aos trabalhadores da Segurança Pública, para que nós possamos ter uma Segurança Pública cidadã, que se importe com a população? (*Palmas.*) Então, este aqui não é só um debate de direitos trabalhistas, de direitos corporativos; este aqui é um debate da sociedade que nós queremos construir

Eu quero, antes de encerrar, falar de uma das coisas que mais me emocionaram neste movimento no Rio de Janeiro. Eu, assistindo a uma assembleia, uma dia, de bombeiros e policiais militares, ouvi um policial militar — porque é assim; os bombeiros lá no Rio são muito mobilizados, mais organizados, e a Polícia Militar tinha muito mais fragilidade na sua organização —, eu ouvi um policial que chegou à reunião (aliás, ele chegou e quando saiu foi preso, porque ele foi para a



reunião fardado; então, quando ele saiu da reunião a P2 já o levou, ele já foi para a cadeia) e fez um discurso, falando assim: “Eu estou cansado de ser policial, entendem? Eu estou cansado de ser policial para guardar o jogo do bicho, eu estou cansado de ser policial se tenho de tapar meus olhos para todas as irregularidades, para todas as desonestidades. Eu quero ser um policial do povo, entendem? Eu quero ser um policial do povo!”

E eu acho que é esse debate que nós Parlamentares, eu, pelo menos, acho que é muito importante fazer; ou seja: que Polícia nós queremos? Que Segurança Pública nós queremos? E a resposta a isso está vinculada a que sociedade nós queremos. Eu não quero ajudar os policiais, colocar meu mandato em favor da luta dos policiais e dos bombeiros para que, quando obtiverem aumento salarial, eles saiam pelas ruas espancando estudantes que se manifestam, espancando trabalhadores sem-terra, espancando sindicalistas, criminalizando as lutas do movimento social.

E acho que isso, com esta organização, com este debate que nós estamos construindo aqui, é possível ser alcançado, é possível realmente avizinhar-se. Então, eu queria somar-me no esforço a todos os Parlamentares desta Casa e dizer que eu vim aqui lutar pela anistia dos bombeiros e da Polícia Militar do Rio de Janeiro, porque eu acho que esse é o ponto de partida para que nós possamos realmente reorganizar este movimento em nível nacional, porque sem essa reorganização do movimento em nível nacional eu não acredito que esta Casa possa realmente aprovar coisas que sejam honestas para com as necessidades desse grande setor que são os trabalhadores da Segurança Pública no País. Então, era isso que eu queria dizer: quero somar-me nestas iniciativas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Quero registrar aqui a presença do Deputado William Dib, de São Paulo, e do Deputado Pastor Eurico, de Pernambuco. Registro também a presença do Deputado Capitão Wagner, Deputado Estadual pelo Estado do Ceará. (*Palmas.*)

E quero informar aos senhores e às senhoras que nós já temos tramitando na Casa alguns projetos que tratam de anistia para os militares dos diversos Estados brasileiros. Anistia relacionada aos Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do



Norte, da Bahia, de Sergipe, do Maranhão, do Ceará e outros Estados. É evidente que nesse processo, como nos outros, inclusive aquele processo de anistia que nós votamos anteriormente, nós só vamos lograr êxito se houver uma mobilização nacional de todos esses Estados, principalmente para que possamos instar os Srs. Parlamentares a votar essas matérias.

Eu quero aqui avisá-los porque em breve deve acontecer uma grande mobilização, pois só assim, nós vamos conseguir aprovar essas anistias. E se há, Deputada Janira Rocha, Parlamentares que não estão querendo se apresentar agora, com a presença em Brasília de 10 mil, 20 mil policiais, podem ter certeza que vão aparecer — nós temos 513 —, no mínimo, uns 800 Deputados para aprovarem essas matérias. *(Risos.)*

Com a palavra o Deputado Cabo Juliano Rabelo. *(Palmas.)*

O SR. CABO JULIANO RABELO - Sr. Presidente, em nome de V.Exa., cumprimento toda a Mesa e, em nome do nosso mais novo papai, o Cabo Jeoás, cumprimento a todos. Ele deu uma saidinha — há 3 dias que o filho dele nasceu. Tivemos o prazer de conhecê-lo. Infelizmente, quando ele estava preso no Rio Grande do Norte, o nosso requerimento, àquela época, foi aprovado aqui — fomos ao Presidente da Comissão que acompanhou o caso dos bombeiros. Tivemos o prazer, no Rio de Janeiro, de sermos apoiados pela Deputada Janira, com um trabalho junto a vocês muito bem elogiado, diga-se de passagem, Deputada, um trabalho que a senhora tem desenvolvido junto aos policiais. E é aquilo que a senhora mesmo falou, ou seja, nós precisamos de pessoas que realmente se interessem e lutem em prol dos nossos companheiros.

Eu, que venho do anseio militar de 24 anos, sei da nossa dificuldade. Nós estivemos juntos, depois que terminou aquela reunião, e falamos da anistia que precisamos urgentemente de todos. Por isso, já está tramitando nesta Casa de Leis — nosso mandato terminou há duas semanas, mas, se Deus quiser, já temos o compromisso de, no final de ano, retornar e somar novamente com o pessoal —, está tramitando no Senado a PEC 102, que é a PEC do Blairo Maggi, a PEC da Polícia Cidadã, que trata da unificação da polícia.

Nós estaremos, amanhã, inclusive com os nossos colegas Parlamentares. Eu tenho uma nova lista aqui e vou passar para aqueles que não assinaram. E V.Exa.



faz parte desse requerimento. É a mesma PEC 102, só que aqui na Câmara ela vai ser uma outra PEC, mas é o mesmo sentido. Ela altera os dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação da polícia única, e dá outras providências. É a mesma PEC 102. O nosso objetivo é influenciar na Câmara dos Deputados para que ela seja aprovada no Senado e aqui na Câmara. E, quando as duas se unirem, ela seja apensada e depois tenha sua aprovação em segundo turno.

É esse tipo de polícia que nós queremos, porque a polícia arcaica, como o próprio Capitão Tadeu disse, é uma polícia antiga, uma polícia inconstitucional praticamente, porque ela foi criada antes da Constituição Federal. Esse RDPM é arcaico, e desde 1988 se fala em uma nova mudança de polícia. Por quê? Quando a Polícia Militar foi colocada como uma força auxiliar do Exército, àquela época, não foi criada uma polícia. O modelo principal era para ser um militarismo para apoiar o Exército. Mas, com o nosso avanço, acabou. Hoje o que o Exército faz? Ele vai para uma guerra identificar e eliminar o inimigo. A Polícia Militar não faz isso. O que ela faz? Ela vai para a sociedade, ela é uma polícia cidadã que tem que trabalhar junto com a sociedade.

Como vamos falar de uma polícia cidadã, de uma polícia que vai trabalhar com a sociedade, de uma polícia comunitária? E eu sou também o promotor de polícia comunitária, sou um "proerdiano". Nós tivemos aqui uma audiência pública falando do PROERD. Nós temos que trabalhar junto com a sociedade e falar com uma polícia que tem ainda um regulamento baseado no militarismo, no qual o militar não tem sequer o direito de expressão e, dependendo do que falar, ele vai preso. Como disse o próprio Deputado Aragão, só de expressar algum pensamento, ele muitas vezes é preso. Lá no Rio de Janeiro, nós nos deparamos, Deputada Janira, com a situação de uma soldada que estava presa, porque postou no Facebook. Ela estava presa e, ainda, gestante, com gravidez de alto risco. É o cúmulo! Isso aí é uma ditadura militar que hoje os Governadores estão colocando.

Quando eu cheguei para conversar com o Coronel do Corpo de Bombeiros, perguntei a ele sobre as prisões. Já começou que a nossa conversa foi bem irritante, porque, na hora em que eu disse que eu era o Presidente da Comissão que estava acompanhando o caso dos meninos, ele veio dizer para mim: "*Deputado, o senhor*



chama aquilo de menino?" Eu falei: "Coronel, a sua interpretação, o jeito que o senhor interpreta não me interessa. Eu não vim aqui que falar da forma como nós vamos chamar. Eu vim aqui falar da forma como foram presos." Então, eu já dei uma cortada logo nele para mostrar que eu não tinha ido lá para conversar. Aí, eu perguntei a ele: "O senhor aceitaria ser preso da forma como o Daciolo foi preso na aeronave?" Ele disse: "Depende." "Depende de quê?" "Depende do crime que eu tiver cometido." Eu falei: "E se não tiver cometido crime nenhum?" "Ah, aí eu não aceitaria ser preso." "E por que prenderam ele? E, além de prender, ainda o colocaram dentro de uma unidade prisional de Bangu?"

Então, a tolerância, a forma como nós, militares, somos tratados é arbitrária demais.

Hoje, na condição de Deputado Federal, tenho a livre expressão de poder chegar e falar. Eu chego dentro do quartel e cobro de coronel, cobro de todo mundo, mas porque a posição que eu exerço hoje me permite fazer isso. Mas isso não é o que acontece. Nós sabemos realmente o que acontece dentro do militarismo.

E é por isso que essa PEC vai ser um dos maiores avanços. Essa PEC, que é a mesma 102, que está tramitando, amanhã nós apresentaremos ao Deputado Marco Maia. Já temos 326 assinaturas. Falta o restante das assinaturas. Quero ver se a apresentamos com, no mínimo, 380 assinaturas, embora seja preciso apenas 126 assinaturas. Isso, para que ela realmente ganhe uma força e um peso enorme dentro deste Parlamento, para mudar. Nós queremos mudanças. A forma como temos sido tratados é inadmissível. E essa PEC fala de salário, fala da desmilitarização, fala do poder de unificação, fala do poder de manifestação. Então, é uma PEC que é o maior anseio dos profissionais da área.

E outra: quem vai ganhar com essa PEC não são só os policiais, é a sociedade. Porque hoje nós temos duas polícias, cada uma fazendo metade do serviço. Se acontecer algum delito no estabelecimento comercial ou na residência de um cidadão, ou se já tiver acontecido, não é mais a Polícia Militar que vai; tem que ser a Polícia Civil. E quando a Polícia Civil chega lá, não tem mecanismo, falta efetivo, falta tudo. Imaginem se unirmos as duas: se em uma delegacia ou em um quartel temos praticamente 50 homens, se unirmos, vamos passar a ter 90, 100 homens. Então esse é o poder. Se o cidadão registrar um boletim de ocorrência, o



policial vai pegar essa ocorrência e dar continuidade, como uma das diretrizes, naquele circuito de segurança pública, que é um ciclo completo. Então, teremos esse poder de fazer o ciclo completo de polícia. Seremos uma polícia única, uma polícia forte. E, com essa polícia forte, a sociedade acaba ganhando.

Portanto, nosso pensamento vai além da questão da segurança pública. Pensamos no principal, na sociedade, pois, a partir do momento em que tivermos a sociedade andando junto conosco, com certeza iremos crescer. E do jeito que está hoje, lamentavelmente não vamos crescer, não vamos chegar a lugar algum. Da forma como a polícia está hoje, é o coronel que manda. É muito cômodo para um Governo falar para um comandante-geral, para um coronel: "Eu quero a tropa assim, eu quero que faça isso, eu quero que faça aquilo", e ele impor goela abaixo dos nossos praças. Enquanto isso estiver acontecendo, nunca vamos chegar a lugar nenhum.

Já aconteceu daquela outra vez. O pessoal foi anistiado. Agora novamente, precisamos anistiar urgentemente o pessoal, porque eles estão desempregados. Mas isso não vai parar! Daqui a mais ou menos 2 meses, 3 meses, vamos fazer novas reivindicações e vai voltar a acontecer de novo. Eles vão voltar a empurrar goela abaixo, voltar a mandar. É só isso. Nós só vamos prorrogando esse tipo de manifestação nossa. Quantas vezes nós já viemos aqui? Antes mesmo de me tornar Deputado Federal, estive nesta Casa mais de dez vezes. Então, isso não vai parar por aqui.

O que nós temos que mudar é esse formato de polícia, o que nós temos que pensar é num modelo novo de polícia. Nós temos que pensar no modelo em que vamos reivindicar nossos direitos, e nada vai acontecer.

Hoje de manhã estive falando sobre trabalho escravo. Ótimo. Vamos apoiar e interceder com pessoal para apoiar a PEC do trabalho escravo, para poder aprová-la. E dentro da Polícia Militar? Como é que a gente fala do trabalho escravo aí fora, mas esquece da maior escravidão que existe hoje, que é dentro do militarismo? Dentro do militarismo hoje é onde acontece a maior escravidão, a escravidão branca, escravidão em que o pessoal trabalha e o único direito que tem é o direito de não ter direito. Esse é o direito que a Polícia Militar tem. Esse é o direito que eu tinha.



Para se ter uma ideia, Deputado, fui promovido a cabo no Estado do Mato Grosso, promoção em que é preciso servir 12 anos, mas fui promovido com 20 anos. E desde quando completei os meus 12 anos estava com um comportamento excepcional para ser promovido. Mas como eu sempre fui de cobrar as coisas, de reivindicar, já fui preso injustamente, como vários senhores já foram, então eu sei o que é isso. Eu sinto essa angústia na pele. Hoje, nós temos esse poder, hoje nós temos como interferir com os nossos companheiros Parlamentares para mostrar essa realidade. É o que vamos fazer, é o que estamos fazendo.

É por isso, pessoal, que estamos aqui para somar, como naquela época eu estive no Rio de Janeiro, em Salvador, junto com o Prisco. Fui visitar o Jeoás, vendo as dificuldades, vendo a situação de trabalho. Estamos aqui prontos para somar, para intervir junto com os outros Parlamentares desta Casa, com quem temos um bom relacionamento, para poder ajudar os senhores a retornarem urgentemente à corporação, porque ficar sem salário, ficar desempregado, tendo a família, passam mil e uma besteiras na cabeça de qualquer um. Isso nós não queremos. Nós queremos a reintegração de vocês urgentemente. Portanto, contem conosco. Com certeza estaremos buscando junto com o pessoal essa anistia.

E só para frisar. Quando o Deputado falou da questão do nosso voto, nós fizemos um projeto de lei pedindo esse voto em trânsito e, para nossa surpresa, no art. 145 já constava o direito de o policial militar votar. Eu liguei para o desembargador do Tribunal Regional Eleitoral e ele me disse que a única coisa que precisava era ter um projeto obrigando todas as sessões a terem uma urna eletrônica. Então, assim fizemos. Já foi passado e vai estar em tramitação para atender esse anseio do nosso pessoal. Está bom, pessoal? Contem conosco.

O Deputado Mendonça Prado, toda vez está disposto a ajudar, não só ele, mas nosso Presidente Deputado Efraim Filho; todos os Parlamentares desta Comissão de Segurança estão dispostos a ajudar os senhores a retornarem o mais urgentemente às fileiras da corporação. E vamos brigar. Vamos lutar. Não adianta aqui apenas falar da PEC 300. A PEC 300 é um pequeno passo que temos que dar. O nosso objetivo primordial é retornar e mudar esse modelo de polícia. E esse modelo de polícia nós só vamos mudar quando realmente nos unirmos, quando colocarmos aqui, como o Deputado disse, 5.000, 10.000, 15.000, 20.000 policiais



para realmente influenciar. Contem conosco. Estamos à disposição para o que precisarem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Antes de passar a palavra ao último orador desta Mesa desta primeira parte, vou conceder a palavra ao ilustre Deputado Pastor Eurico, que deseja se manifestar.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Nobre Deputado Mendonça Prado, agradeço a deferência de V.Exa., haja vista que temos uma reunião com a Ministra agora, e eu não poderia deixar de passar aqui. Quero fazer um registro importante: a Comissão de Segurança Pública sem a sua presença fica faltando um pedaço. Então, estamos felizes de V.Exa. continuar conosco nesta Comissão.

Aproveito para parabenizar todos que aqui estão, o Deputado Cabo Juliano Rabelo, que é uma pessoa que marcou a sua presença conosco aqui e que, nos eventos que temos participado, realmente tem mostrado sua competência e sua grande força, a garra na luta por essa causa.

Quero também ser solidário com os nobres policiais bombeiros que aqui estão. Na audiência que tivemos com as esposas, quando eles estavam sendo martirizados daquela forma como foram aprisionados, mexeu com o Brasil. Acho que marcou e, quer queira, quer não, já faz parte da história de luta desse grande segmento da sociedade, que só tem a fazer o bem, a prestar relevantes serviços à comunidade, à sociedade como um todo.

Gostaria de deixar bem claro que estamos na luta, continuamos nessa luta. Entendemos que haverá muitos movimentos ainda, será ainda necessário. Mas eu gostaria de chamar a atenção dos companheiros para a importantíssima colocação que fez o nobre Deputado Mendonça Prado. Se houver uma grande mobilização, estaremos chamando, atraindo os demais Deputados. Falei no meu Estado, há poucos dias, sobre a decepção com os companheiros Deputados do meu Estado. Eu falei para os policiais militares: eu me sinto decepcionado, porque, na campanha eleitoral, falava-se muito nos policiais. Quando se fala em segurança, temos que tratar bem, temos que lutar por melhorias para os policiais militares e bombeiros, mas, depois que aqui chegam, desaparecem. Eu tenho contado os que chegam aqui. Pude registrar que só um apareceu algumas vezes nas reuniões. Eles têm



medo de Governadores. Eu não estou aqui por causa de Governador. Sou amigo do Governador e do mesmo partido dele, mas estou aqui porque o povo me colocou. Boa parte dos militares de Pernambuco votou na minha pessoa. Eu cheguei aqui com 185 mil votos; não foi Governador nem partido que me deram votos, foi o povo. Então, temos de defender e lutar por esse povo.

Aproveito para chamar a atenção dos demais companheiros presentes e dizer-lhes que estamos em ano eleitoral. E se vai repetir a façanha novamente: muitos Deputados Federais hoje serão candidatos a Prefeitos. Eles não aparecem nas nossas lutas aqui, mas, na hora de pedir voto, vão tentar fazer uso de suas causas para tentar angariar votos. Acho que este é o momento também de a categoria mostrar que não é mais objeto de manipulação. Essa categoria, a dos policiais militares e os bombeiros, precisa ser respeitada, e não ser objeto de exploração. Fazem campanhas e mais campanhas, sempre se luta, mas, na hora que precisamos deles aqui, não aparecem.

Deputado Mendonça Prado, falei lá no seu Estado da sua competência e da sua luta. V.Exa. tem dado a cara a tapa. Como Presidente desta Comissão, na gestão passada, V.Exa. se expôs. Eu sei o que passamos juntos. Por vezes, nas madrugadas, V.Exa. esteve junto com esse povo, demonstrando-lhe respeito e consideração.

Nós fomos bater na porta de quantos companheiros? Não, eles não querem dar a cara. *“Nós não vamos nos expor”*. Ora, que história é essa de se expor? Nós precisamos lutar.

Quero dizer aos senhores que existem Deputados aqui abraçados com esta causa. Não é para fazer *lobby*, não, até porque, se eu perguntar se há algum Deputado de Pernambuco aqui, não há — se houver, eu não vi.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Pronto, obrigado. Chegou um aqui.

Aqui dependemos do voto dos senhores. Vejam só, não é só a questão dos votos, mas uma questão social, emergencial. Os senhores têm sido tratados como marginais. E arriscam sua própria vida para quê? Em prol da sociedade, e são marginalizados.



Na última ação do Rio de Janeiro, houve uma banalização do profissional da área de segurança. Isso não existe! (*Palmas.*) Os Deputados lá também foram marginalizados. Isso é um absurdo! Afinal de contas, onde está o respeito? E a Constituição, onde é que fica?

Senhoras e senhores, eu preciso me retirar, mas quero deixar bem claro aqui que podem contar conosco. O Deputado Pastor Eurico será visto em todos os momentos em que for preciso. Para lutar por esta causa, juntou-se a este grupo. Eu estarei presente custe o que custar. Pode vir ameaça de partido, de governo, de liderança ou de quem quiser, mas estamos nessa causa. Os senhores são dignos de que representantes desta Casa estejam do lado de vocês. Observem, pois vem aí pleito eleitoral. Vejam quem são os aproveitadores. A eles, devem dar as costas, como deram aos senhores nesta luta nesses últimos dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Coronel Rabelo, do Rio de Janeiro.

Antes, registro a presença do Deputado Nazareno Fonteles, do Estado do Piauí. (*Palmas.*)

O SR. RABELO - Cumprimento, em primeiro lugar, a Dra. Salete, Desembargadora Federal, e meu amigo particular da Polícia Militar e dos Bombeiros, Exmo. Deputado Federal Mendonça Prado. Cumprimento também todos os que fazem parte da Mesa — não vou citar nomes para não me esquecer de ninguém e não ficarem com ciúmes. Dirijo-me a cada um dos senhores, desejando-lhes uma boa tarde e uma boa noite neste dia de hoje.

A segurança pública é algo abstrato, mas de uma profundidade sem tamanho. Precisamos refletir a respeito a todo o momento.

Início a minha fala dirigindo-me à Presidência da República, com todo o respeito à Exma. Sra. Presidente da República. No final de 2010, em São Paulo, em campanha eleitoral, nós, da PEC 300, de todo o Brasil, estávamos com o Dr. Marcelo Sato, coordenador de campanha da candidata Dilma, no Clube de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Não sei se ainda é, mas na época ele era genro do ex-Presidente Lula. Ele ligou para o Presidente, na nossa frente, ao vivo, e perguntou a S.Exa.: “Posso fechar com o



peçoal da segurança pública para nós apoiarmos o segundo turno da PEC 300? Eles nos darão apoio na votação, em massa, para Presidente”. E o Presidente deu o aval a ele e fechou — só se alguém estava falando por ele. Está aqui a Adriana, que é testemunha, assim como o meu amigo Sabino, do Ceará, e várias outros. Ouvimos o Presidente Lula fechando, no telefone, ao vivo, na nossa frente, um compromisso mútuo para que nós, da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, apoiássemos a eleição da candidata Dilma e ela, em troca, apoiasse a votação da PEC 300, em segundo turno. Dito e feito, fizemos isto no Brasil todo: pedimos voto para ela a toda segurança pública. Naquela época, ela estava empatada com outro candidato, e nós demos o nosso sim. Ela subiu 6% nas pesquisas, no segundo dia, de forma rápida, e ganhou com uma diferença de votos muito grande, como todos sabem.

Então, a cobrança, a reflexão que peço à Presidente da República é que reveja esse compromisso conosco, na figura do Dr. Marcelo Sato, genro, à época, do Presidente Lula. Nós estamos esperando o cumprimento dessa promessa que nos fizeram.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RABELO - O Presidente Lula, mas está...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RABELO - Sim, ela falou isso. Inclusive, naquele mesmo dia, nós tivemos contato com ela. Dirigi-me à candidata Dilma na época e falei que havia fechado o contato com o Dr. Marcelo Sato. Eu disse a ela que havia fechado com a PEC 300, e ela balançou a cabeça positivamente para mim. Vocês estavam junto comigo.

Então, é essa a cobrança que fazemos inicialmente.

A segurança pública, como muita gente está aqui dando seu parecer, não é fácil. Em 2004, como Diretor de Ensino Eventual da Polícia Militar do Rio de Janeiro, num congresso de segurança pública em Porto Alegre, defendi a extinção de duas escolas: a Escola de Cadetes e a Escola de Soldados. Por quê? Já entram com um abismo. Quando eu estava no 3º ano de cadete, eu presenciei um cadete, também do 3º ano, ao encerrar do expediente de sexta-feira, ir cumprimentar seu primo, que era cabo, e ficar preso, não pôde sair. Ele pegou LS 3 e ficou detido sexta-feira,



sábado e domingo na academia, porque se dirigiu a um praça. É um abismo que se cria propositadamente. Por isso, sugeri isso.

Eu digo aqui às autoridades e aos Deputados Federais da Câmara dos Deputados — claro que tem de ser passo a passo — para pensarem e refletirem sobre isso. O Primeiro Mundo todo é assim. Na Alemanha, por exemplo, onde fizemos um curso de segurança pública, não existem duas entradas. É uma entrada só, porque aqueles que nascem da mesma barriga tendem a ser amigos, porque são irmãos. Agora, se já nascem separados, com um abismo no meio, fica muito difícil de se unir. Por isso que há essa exagerada autoridade dos oficiais. Eu posso falar isso porque cheguei a coronel. Posso falar muito bem, porque tive um pai que me educou — olha a educação aí. Tive um rumo totalmente diferente desse ditatorial. Eu procurei tratar o praça como se praça eu fosse.

Então, eu creio que o caminho agora, de imediato, seja criar uma escola só de entrada. Se for unificar, ótimo! Eu não quero discutir se é militarismo ou não, porque os delegados também têm essa superautoridade com os inspetores. Está aí o Bandeira, que luta desesperadamente no Rio de Janeiro contra essas arbitrariedades. Então, talvez não seja só o militarismo, que eu não estou aqui para defender, nem o contrário. Mas eu quero fazer uma reflexão: uma escola só para todos, polícia e bombeiro.

Sobre a formação, como eu havia discutido aqui no início com a Dra. Salete, não dá mais para fazer um policial ou um bombeiro militar em 6 meses. No mínimo, tem que ser um ano de formação. No mínimo. Mas o ideal seria que a formação fosse de 2 anos.

E nós estamos entrando, em âmbito nacional, na contramão. Estamos investindo nas corregedorias e deixando de investir na base, que é o ensino, na educação. Disse Pitágoras lá atrás, há 500 anos antes de Cristo, a seguinte frase: *"Eduquemos a criança e não será preciso castigar o homem"*. Isso é atual até hoje. E não é só para criança não. É para nós também. A educação é permanente e precisamos perseverar para conseguirmos colocar o Brasil na altura que ele merece.

Queremos os jogos olímpicos, queremos a Copa do Mundo. São eventos de que mundo? Eventos de Primeiro Mundo. Se a Copa do Mundo e as Olimpíadas



estão vindo para cá, eventos tratados só por países desenvolvidos, como nós vamos administrar jogos desse quilate com policiais e bombeiros desmotivados?

Então eu pergunto às autoridades nacionais e estaduais: por que tanta insensibilidade? Será que bombeiros e policiais que lutam em todo o Brasil por qualificação, por dignidade social, por dignidade salarial, será que esses que lutam com tanta abnegação, será que esses são os errados? Ou aqueles que não querem nada, que entram naquele jogo de corpo mole, aqueles que entram na corrupção, será que são esses que vão ter valor? Será que não dá para ter um pouco mais de sensibilidade e verificar que esses são os homens e mulheres de que as polícias e bombeiros precisam? Aqueles que sabem o que querem para a polícia? Aqueles que querem qualificar os seus serviços, aqueles que querem dar dignidade realmente ao serviço? Então eu clamo também às autoridades essa sensibilidade.

Falando de sensibilidade, clamo à Câmara dos Deputados, às autoridades do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará, do Brasil todo que não façam vista grossa para a anistia. Vamos aprovar anistia em todo o Brasil, criminal aqui e administrativa nos Estados. Esses homens e mulheres da segurança pública que lutam nos Estados são aqueles que merecem respeito do povo brasileiro. Precisamos atentar para isso.

Eu fiz uma cirurgia recentemente, não posso andar direito, mas, pelo convite que me foi feito com tanto carinho pelo Deputado Efraim, eu me senti na responsabilidade de estar aqui. *“Eu vou, mesmo que seja com as mãos, mas eu vou até lá. Tenho que ir para, pelo menos, me fazer presente e dizer a todos que nós precisamos ficar unidos, que nós não podemos deixar essa união desaparecer.”* Do Rio Grande do Sul ao Oiapoque, precisamos estar unidos agora e sempre.

Pedimos ao Deputado Mendonça Prado que enfatize mais a PEC 300 a todos os Parlamentares. Se em toda sessão os senhores puderem falar na PEC 300, e nós articularmos com os Deputados, aqui e nos Estados, fizermos pressão, a PEC 300 será aprovada.

O Governo que hoje, os nossos semelhantes que hoje estão aqui em Brasília, governando o País, conquistaram isso com muita luta, com muita pressão e articulação. Por que agora nos proíbem dessa mesma articulação, e um pouquinho de pressão só que nós fazemos? Se eles chegaram, venceram, com tanta pressão? E eu fui testemunha disso, porque, na época, eu era tenente e verifiquei o



movimento de metalúrgicos crescendo. Eles, com muita dignidade, conquistaram. E não querem deixar que nós façamos o mesmo caminho de luta, mas com ordem. O nosso movimento foi com ordem, pacífico. Todo mundo desarmado, todos sem ingerir bebida alcoólica, sem usar palavrões. E, aí, fomos censurados. Por que isso?

Então, agora, no dia 20 de maio, vai haver um movimento no Rio de Janeiro, pacífico, ordeiro, em busca da anistia para os bombeiros e para os policiais. É para o povo comparecer, para toda a categoria comparecer, porque é preciso que PMs e bombeiros saibam que nós existimos para o povo, e que o povo saiba que polícia e bombeiro é um direito dele. Então, precisamos estar ali de braços dados, como cidadãos, como todos somos, firmes, sabendo o que estamos fazendo ali, enchendo-nos de convencimento do que queremos, do que podemos, do que devemos, do que buscamos. Eu acho que o caminho que nós precisamos é procurar, de forma perseverante, essa conquista de melhoramento para a segurança.

Não podemos nos acanhar, não podemos nos intimidar. Precisamos estar firmes, porque Bangu 1, que é um presídio de segurança máxima... Eu, que fui do Batalhão de Choque por mais de 13 anos e que muitos presos escoltei até lá, não sabia o que era Bangu 1, porque entregávamos os presos à carceragem e não adentrávamos o recinto. E sofremos na pele a tortura que é Bangu 1.

Então, é um apelo que eu faço, também, às autoridades de direitos humanos: aquela prisão não pode existir nem para presos de alta periculosidade, porque lá dentro não se respira em plenitude. A capacidade de respirar dentro daquele presídio, de Bangu 1, é diminuída pelo menos 50%. É desumano, é desumano aquilo. Então, eu clamo às autoridades, eu imploro: não podemos mais deixar existir um presídio desses, onde nem respirar nós podemos. A insalubridade é enorme, é enorme. Aquilo não é para um ser humano. Então, é um apelo que faço aqui, também, em relação a isso.

E quero dizer que nós estamos aqui nos dirigindo aos Deputados Federais, às autoridades brasileiras, para pedir que olhem com muita reflexão para a segurança pública. Se nós quisermos um Brasil com o qual todos sonham, um Brasil sustentável, um Brasil desenvolvido, não pode ser com policiais que não têm, na sua retaguarda, uma garantia. Dessa forma, com certeza, será um caos.



Então, eu agradeço o convite e tenho a confiança de que este encontro nosso aqui hoje, no início do ano de 2012, é um encontro de vitória, de conscientização, porque tenho convicção de que o Governo Federal e os Estaduais vão refletir sobre esse aspecto e sobre a promessa que nos fizeram em 2010. Vamos ter uma resposta positiva. Nisso eu confio.

Meus amigos, muito obrigado. Vamos continuar firmes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Antes de desfazer essa primeira Mesa, eu vou passar a palavra para a Dra. Salete Maccalóz, para que ela possa dirimir algumas dúvidas que foram aqui apresentadas. A Dra. Salete Maccalóz é uma espécie de luz que ilumina as nossas mentes, para que possamos interpretar melhor as normas legais. Então, será com as palavras da Dra. Salete que vamos concluir esta primeira parte. Em seguida, nós vamos convidar os integrantes da segunda Mesa.

Com a palavra a Dra. Salete.

A SRA. SALETE MACCALÓZ - Obrigada, Presidente, não só pela palavra, mas, já me despedindo, também agradeço o convite, que muito me honrou.

Falarei a respeito de uma expressão que foi usada aqui, que volta e meia também aparece na imprensa, dizendo que a greve de bombeiros é crime.

Em primeiro lugar, só vemos como crime no País aquela conduta que é definida em lei como tal, ou seja, que é, como se costuma dizer, tipificada. Não há crime sem prévia lei que assim o defina, assim como também não há pena sem que prévia lei a estabeleça.

Então, o que nós temos nesse caso? Se, naquela interpretação estrita, o bombeiro ou o policial militar for proibido de se sindicalizar e de fazer greve, ele, em fazendo greve, estará descumprindo uma proibição, o que, na melhor técnica jurídica de interpretação, é uma infração disciplinar. Está certo que, se depois houver episódios dentro dos espaços de quartel, como foi falado aqui do tenente que agride ou desrespeita o praça ou o soldado, a pena é menor. Isso é uma previsão no diploma específico daquela corporação. Mas, em termos da Constituição, digamos, da Lei Maior deste País, que rege todos os brasileiros, não há como transformar o descumprimento de uma proibição em crime. Não é dado a ninguém fazer esse tipo de enquadramento.



Então, neste momento, o máximo que pode ser... É óbvio que se espera que os tribunais tenham a lucidez de aplicar a técnica mais elementar neste momento, principalmente os tribunais que vão condicionar a conduta dos Governadores e dos comandantes que estão abusando do seu poder de comando e de autoridade, como foi mencionado aqui, em outros aspectos. Então, hoje, no máximo, é infração disciplinar.

Por outro lado, para finalizar mesmo, como já orientei no Rio de Janeiro, mesmo não se fazendo greve, como esse é um movimento político, ele tem milhares de possibilidades de outras ações que não especificamente a greve, de outras condutas, como paredismo, operação tartaruga, operação perfeição e coisas desse nível. E, diante da regulamentação que existe hoje, e que é a mais própria, se o movimento, a associação, enfim, não deixar de atender a população nas suas necessidades essenciais, ele não vai ter a menor possibilidade de ser enquadrado, lá adiante, como crime. Vai ser sempre, no máximo, uma infração disciplinar, em que as penas são razoáveis. Aí, pergunta-se: pode-se perder o cargo por uma infração disciplinar? Bom, naquelas tipificadas como tais, sim. Mas essa ainda está em um patamar muito mais de ética, moralidade, por aqueles aspectos iniciais que eu apresentei.

Muito obrigada. Boa sorte a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Com a palavra o Sr. Capitão Tadeu, agora para concluir.

O SR. CAPITÃO TADEU - Quero apenas fazer uma ressalva para todos os presentes. A luta da classe tem que estar associada necessariamente à luta política, porque dá o respaldo à classe, porque tem a voz, tem a imunidade para falar em nome da classe. Um dos empecilhos que os militares têm para o fortalecimento político é que a Constituição estabelece que o militar, quando se elege, vai automaticamente para a reserva, com os salários proporcionais. E, quando ele deixa de ser Parlamentar, ele fica na reserva com salário irrisório e, por causa disso, muitos passam fome. Isso significa que muitos militares deixam de se candidatar, com receio do futuro que lhes aguarda.



Eu gostaria de avisar a todos que nós conseguimos, na Bahia, em nosso estatuto, uma lei estadual que garante ao militar, ao término do serviço, retornar à ativa, contar o tempo de serviço no Parlamento e recuperar a antiguidade dele.

Se nós lutarmos, não só tentarmos uma emenda aqui, mas também em cada Estado; se os Deputados trabalharem por isso, será um grande fortalecimento político da classe.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CAPITÃO TADEU - Com certeza, porque, quando o militar se elege, ele é punido realmente.

(Não identificado) - Deputado, faça uma intervenção rápida. Com o policial civil, que também é o servidor da segurança, não acontece isso. Ele cumpre o seu mandato e, ao término, volta...

O SR. CAPITÃO TADEU - Todos os servidores públicos civis retornam, menos os militares. Mas na Bahia nós já conseguimos isso, porque se argumentou que seria inconstitucional, e nós mostramos que não. A Constituição diz que, quando ele se elege, ele vai para a reserva, mas não veda o retorno, e o Estado, por meio de lei, pode trazê-lo de volta à ativa. É o que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Darei 30 segundos para o Sargento Aragão encerrar.

Nós estamos tendo aqui o privilégio de ter os nossos trabalhos gravados pela *TV Câmara*, que posteriormente irá exibir a reunião. Então, peço aos próximos expositores que tenham um cuidado maior em relação ao tempo, para que todos possam falar e tratar dos diversos assuntos, porque muitos terão a oportunidade de assistir posteriormente, mas, se não tivermos disciplina, certamente nem todas as ideias serão divulgadas.

Conclua e vamos desfazer a Mesa neste momento.

O SR. SARGENTO ARAGÃO - Sr. Presidente, eu agradeço. A disciplina neste momento é muito oportuna.

Só lembrando o que o Capitão Tadeu disse sobre o Estado da Bahia, no Tocantins, também existe essa lei, porém, depende do Comandante-Geral, se praça do seu retorno, e de oficial do Governador. Ou seja, você tem o direito de voltar, mas só volta se um dos dois aceitar.



Vamos à prática. A criminalização dos policiais e bombeiros militares, segundo decisão do Supremo, ainda no ano de 2009, contradiz justamente o art. 14: militar com menos de 10 anos, se candidato for, é exonerado da corporação. Os demais servidores, na condição de estáveis, podem ser candidatos. Isso é fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Eu agradeço aos senhores expositores. A primeira Mesa já está desfeita e passo a convidar os integrantes da próxima Mesa.

Convido inicialmente o Sr. Sargento Jorge Vieira da Cruz, da Polícia Militar do Estado de Sergipe (*palmas*); o Sr. Cabo Jéoás, Policial Militar do Estado do Rio Grande do Norte; o Sr. Cabo Benevenuto Daciolo (*palmas*); o Sargento Edgar Menezes Silva (*palmas*); a Sra. Adriana Borgo, Presidenta da Associação dos Familiares e Amigos de Policiais do Estado de São Paulo (*palmas*); o Sr. Marcos Prisco Caldas Machado, ex-integrante da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Registro a presença do Deputado Federal Anthony Garotinho, do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*) Convido também o Soldado Rabino, representando o soldado Pedro Queiroz. (*Palmas.*) Só chamo de P. Queiroz. Quando falaram Pedro, eu fiz confusão.

Então, vamos dar início a esta segunda Mesa.

Com a palavra o Cabo Jéoás, da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

O SR. JEOÁS NASCIMENTO - Boa tarde a todos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Eu vou, dentro de mais instantes, convidar o Deputado Capitão Wagner para também fazer parte da Mesa. Jéoás, com a palavra.

O SR. JEOÁS NASCIMENTO - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, por intermédio do nosso Presidente, o Deputado Federal Mendonça Prado, pelo DEM de Sergipe, que tem um crédito enorme no Rio Grande do Norte, pela contribuição que já deu na luta em defesa dos policiais e bombeiros daquele Estado. E, cumprimentando-o, cumprimento toda a Mesa.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a Deus por mais uma oportunidade de estarmos lutando pelos nossos direitos, pela nossa dignidade. Agradeço em especial o Deputado Cabo Juliano e, em nome dele, eu faço um agradecimento a todos os



Deputados Federais que nos apoiaram nessa luta mais recente, nas retaliações que sofremos.

Agradeço também à Deputada Jandira Rocha, e, em nome dela, agradeço a todos os Deputados Estaduais que estiveram, em defesa da nossa corporação, nos diversos Estados.

Quero cumprimentar o meu pai, que está assistindo a esta audiência pública lá no Estado do Rio Grande do Norte; a minha esposa Geisa e minha filha, que tem hoje 3 dias de nascida; além de todos os integrantes — diretoria e associados — da Associação de Cabos e Soldados do Rio Grande do Norte, assim como todos os policiais militares.

O objetivo desta audiência pública é tratar da real situação da segurança pública do nosso País. No Estado do Rio Grande do Norte, nós apresentamos recentemente um relatório da estrutura e condições de trabalho, no qual nós intitulos os reais motivos das greves das polícias no Brasil.

E, nesse relatório, nós abordamos diversas situações, que acredito serem recorrentes em todos os Estados da Federação. Entre essas dificuldades que nós enfrentamos — nós elencamos aqui algumas delas que queríamos tratar com os senhores —, uma delas está a questão do efetivo da polícia e do bombeiro militar. Um efetivo que, em primeiro lugar, não atende as demandas da sociedade; um efetivo para o qual, hoje, atualmente, nós não temos um critério técnico que estabeleça uma razão entre o quantitativo de policiais militares para a população de cada localidade.

Alguns dizem que existiria uma razão desse quantitativo, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, que seria de 250 habitantes para cada policial militar. Por meio de um estudo, de pesquisa, nós descobrimos que isso é uma lenda, que isso é uma prática que foi sendo estabelecida e tornou-se verdade, mas a ONU não teria esse critério. E não encontramos, na literatura de segurança pública, nenhum critério técnico, objetivo, que estabeleça essa relação.

E isso é uma preocupação, porque nós deveríamos ter um critério que estabelecesse a distribuição e a necessidade de contratação de novos policiais. No Estado do Rio Grande do Norte, do qual nós temos um conhecimento maior, nós



temos atualmente um déficit enorme de efetivo para mais de 7 mil policiais, utilizando o critério abstrato que se diz existir da Organização das Nações Unidas.

E, com a crescente onda de violência, de criminalidade, nós temos hoje também no Estado do Rio Grande do Norte um concurso que ainda está na validade, tendo em vista que houve uma convocação para o exame físico, faltando apenas as etapas do exame médico e do curso de formação, e o Governo alega que perdeu a validade do concurso. Mas o nosso entendimento é o de que não perdeu, porque houve uma convocação. E nós não entendemos: havendo necessidade, havendo déficit, o Governo do Estado não faz a convocação do efetivo para as demais fases do concurso.

Outra questão que nós queríamos abordar aqui, fazendo esse passeio pela situação da segurança pública, é com relação à carga horária dos policiais militares e dos bombeiros, de que o Sargento Aragão tratou aqui com muita propriedade. Hoje nós temos uma carga horária efetiva. No Estado do Rio Grande do Norte — e eu tenho absoluta certeza de que não é diferente nos outros Estados —, 80% dos Municípios têm uma carga horária de 24 por 48 horas. Essa é uma carga horária extremamente excessiva, que causa, ao longo do tempo, situações de *stress* e problemas de saúde física e de saúde mental.

Outro ponto que nós queríamos abordar aqui sobre a real situação da segurança pública é com relação a armamento, munição e coletes. Infelizmente, essas ferramentas de trabalho, quando existem, são insuficientes e estão fora do prazo de validade. Infelizmente, em alguns casos, os coletes não existem ou estão fora do prazo de validade. Essa é uma preocupação. Nós, nesse relatório que fizemos no Estado do Rio Grande do Norte, detectamos 70% de insuficiência nos Municípios do Rio Grande do Norte com relação às munições e aos armamentos. E 65% de falta de validade e insuficiência dos coletes.

Estamos trazendo esses dados do Estado do Rio Grande do Norte para os senhores porque acreditamos que essa é uma realidade em âmbito nacional. E, se nós formos fazer esse relatório, essa pesquisa em cada Estado brasileiro, Major Fábio, vamos ver que é uma realidade recorrente, que os policiais e bombeiros militares superam essas dificuldades para prestar o seu serviço — de qualidade, vale salientar — para a sociedade. Eles superam essas dificuldades, mesmo sem



estrutura, mesmo sem condições de trabalho, mas estão defendendo a sociedade e garantindo a segurança dela.

Também estão incluídas no tema desta audiência pública — estamos, de forma bem rápida, tentando ser o mais objetivo possível devido ao tempo de 5 minutos, — as políticas públicas de valorização profissional. E nós queríamos apresentar aqui como sugestão para esta audiência pública, como política pública de valorização profissional, primeiro, o estabelecimento de uma carga horária de trabalho para os policiais militares. É inadmissível hoje nós não termos ainda uma carga horária definida para policiais e bombeiros, ficando a critério do gestor da segurança pública essa definição de carga horária.

Além disso, temos os planos de carreira. Em alguns Estados, poucos Estados da Federação, nós temos um plano de carreira definido. E, quando temos, esses planos de carreira não são cumpridos pelos Governos Estaduais. Além disso, uma modificação e uma reformulação das legislações referentes aos policiais e bombeiros militares. É preciso que esta Casa, é preciso que a Comissão de Segurança Pública se debruce sobre essas legislações para que haja uma modernização nessas legislações. E, além disso, uma orientação aos Governos Estaduais para a criação dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública, nos mesmos moldes do Conselho Nacional de Segurança Pública, com uma formação paritária, com trabalhadores, gestores e sociedade civil, para que discutamos, nos Estados, os problemas da segurança pública e encontremos, juntos, as soluções mais adequadas.

Quero finalizar minha fala dizendo que nossa bandeira maior, em primeiro lugar, é a anistia para todos os policiais e bombeiros que participaram de movimentos reivindicatórios nos diversos Estados deste País. Quero lembrar a finalização do discurso da Desembargadora, quando ela disse que a greve não é crime. De fato, a greve não é crime. E nós temos tido, lá no Estado do Rio Grande do Norte... O Sargento Miguel fez agora uma monografia de final de curso nesse sentido, defendendo que a greve não é tipificada, ela não tem pena nenhuma. Mas os gestores utilizam-se de crimes tipificados no Código Penal Militar para punir aqueles policiais que participam de movimentos grevistas — crimes como a deserção, por exemplo.



Mas nós também enfrentamos essa tipificação, Desembargadora, do crime de deserção, tendo em vista que lá no Estado ganhamos judicialmente. Derrubamos essa acusação da deserção, pois não havia ânimos para desertar. Quando os policiais saem do quartel e fazem um movimento grevista, eles estão fazendo um movimento em busca de valorização profissional, em busca de melhoria da segurança pública. Eles não têm o objetivo de abandonar o serviço de segurança pública, mas, pelo contrário, de valorizar esse serviço de segurança pública.

Estabelecem também como o crime de motim e o de revolta, o que também não tem esse objetivo de paralisação das atividades. Pelo contrário, como eu já disse e repito, o objetivo é de valorização profissional, de dignidade, de melhoria da segurança pública.

Então, é preciso que esta Casa também possa estabelecer uma pauta para que discutamos essa forma como estão criminalizando os movimentos reivindicatórios dos policiais militares e bombeiros militares. E eu acredito... Alguém já disse aqui que tem certeza, então eu não acredito, mas tenho certeza de que um enfrentamento do debate sobre a desmilitarização das polícias e dos bombeiros é o caminho e o fórum mais adequados para enfrentarmos essas atrocidades que são cometidas contra essa categoria, porque é através dessa desmilitarização...

Não sei se vão achar o termo muito pesado, ou se ele vai afrontar as Forças Armadas ou alguém, mas eu diria, para ser mais pontual ainda, como disse a Desembargadora, que, fazendo uma reforma constitucional fatiada, que, pelo menos, encaminhássemos, a curto prazo, a necessidade de se mudar a legislação, para garantir a legalidade da sindicalização dos policiais e bombeiros, mesmo ainda militares. Eu não vejo nenhum problema, pelo contrário. Eu acredito, eu tenho certeza de que, através da sindicalização, nós teríamos uma experiência maior de negociação, nós teríamos uma mesa permanente de negociação, nós teríamos um canal apropriado de negociação, que possibilitaria que nós não tivéssemos situações, como vêm ocorrendo, dentro da ilegalidade. E os policiais militares e bombeiros militares têm a necessidade de se insurgir para garantir os seus direitos constitucionais. E aí eu diria e queria frisar isso: garantir os seus direitos constitucionais.



Enquanto não conseguimos avançar nesse debate da desmilitarização, que, pelo menos, nós possamos avançar na possibilidade da sindicalização dos policiais e bombeiros militares.

E assim eu finalizo a minha contribuição, agradecendo à Comissão de Segurança Pública o convite que me foi feito, um simples policial no Estado do Rio Grande do Norte. Agradeço o convite e sempre estarei à disposição, para que possamos debater e construir um Brasil melhor e uma sociedade melhor, passando pela transformação de um novo modelo para a nossa sociedade.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Muito obrigado, Jeoás.

Eu gostaria de alertá-los de que, além das questões que já mencionei relativas à transmissão dos nossos trabalhos, temos também um problema relacionado a horário de voo. Então, eu gostaria que os senhores ficassem bem atentos à questão do tempo, para que todos possam participar do nosso encontro.

Com a palavra agora o Soldado Prisco, do Estado da Bahia.

O SR. MARCOS PRISCO CALDAS MACHADO - Boa tarde a todos. Agradeço à Mesa, em nome do Deputado Mendonça Prado, em nome do meu irmão de luta, companheiro que sempre esteve comigo em todas as lutas, o Cabo Jeoás, e agradeço a Deus por mais uma vez estar aqui presente, por ter-me dado esta oportunidade de falar com todos, porque sem o Senhor na minha vida, eu nada seria.

Vou falar um pouco sobre a nossa luta, sobre o movimento na Bahia, até porque foi uma coisa nacionalmente divulgada e criminalizada, principalmente pela Rede Globo.

A farsa na Bahia já caiu, descobrimos que a farsa caiu, até porque o processo apareceu. Eu fiquei preso por 43 dias e só fui denunciado após 31 dias. Até 31 dias, eu não sabia por que eu estava preso, nada tinha chegado até a mim. Só recebi o processo 41 dias depois. Após 41 dias, vi que em meu processo não tinha nada do que havia sido apresentado pela mídia. Não há uma vírgula, no meu processo, que relate aquilo que estava na mídia. E houve a farsa da Rede Globo em receber exclusivamente, em um processo sigiloso, do Governo do Estado da Bahia, uma gravação a que ninguém teria direito. Mas a Globo teve direito. Entramos, inclusive,



com um processo contra a Rede Globo. Entramos com uma ação cível e criminal, pedindo uma indenização de 2 milhões de reais, e também com uma ação criminal.

Por que e quem deu essa gravação à Rede Globo de um processo sigiloso? E uma gravação forjada e mentirosa, já que nos autos do processo consta a transcrição verdadeira da fala.

Mas este é o País, o Brasil maravilhoso, onde um Partido dos Trabalhadores diz que a democracia é plena. Uma democracia onde uma TV recebe uma gravação, criminaliza o movimento, coloca policiais militares e servidores civis, no meu caso — fui demitido da corporação em 2002, uma demissão aberrante, que já ganhamos quatro vezes na Justiça na Bahia... E este mesmo Governo, que utilizou de armas fraudulentas, não cumpre uma decisão do Pleno do Tribunal de Justiça da Bahia. Não é apenas a decisão de um desembargador, minha nobre desembargadora que está aqui, ele não cumpre uma decisão do Pleno Tribunal de Justiça, dos 37 desembargadores da Bahia.

E ontem, para minha surpresa, eu estava aqui em Brasília, o advogado nos ligou para dizer que saiu mais uma decisão, a quarta decisão do Pleno mandando, mais uma vez, que eles me reintegrem aos quadros da corporação.

O que aconteceu na Bahia, como aconteceu no Rio de Janeiro, foi simplesmente a volta do AI-5, a volta do DOPS, uma cena triste que jamais queríamos reviver neste País, mais uma vez; a “grampolândia” liberada, o Poder Judiciário... Parte do Poder Judiciário na Bahia, ficamos triste com isso, porque o que o Governo pedia no Plantão Judiciário, ele sedia. Há um monumento lá, que é o Elevador Lacerda, e um repórter nos falou que se o Governo do Estado pedisse para derrubar o elevador, o Plantão Judiciário concedia naquele momento. Isso porque era uma coisa aberrante.

Nós vimos, como o Capitão Tadeu falou muito bem aqui — ele nos apoiou na luta e viu aquela aberração —, que foram 5 mil e não só 1.500 que estavam ali; havia 5 mil cercando um bairro de Salvador, rasgando a Constituição, o direito de ir e vir do cidadão, fechando um poder independente, que é o Poder Judiciário naquele momento, para que o Exército cercasse tudo aquilo, enquanto a população, na rua, estava sendo massacrada, enquanto 193 homicídios aconteciam na Bahia — aquela conta que eles quiseram jogar na costas do movimento — em 12 dias. Sendo que,



em apenas um final de semana na Bahia, a média é de 30 a 35 homicídios. Se multiplicarmos isso por 12, são quase 400 ou 600. Então, é mais uma farsa do Governo naquele momento do movimento para tentar nos criminalizar.

Eu fiquei muito feliz, logo depois do nosso movimento e também no movimento de Sergipe, quando vi o sociólogo e cientista político Helder Teixeira — fui até consultar os companheiros ali —, que, perguntado pelo repórter da Rede Globo se ele era contra nosso movimento e as práticas do movimento. E ele disse que não e que sim, ao mesmo tempo. E o repórter indagou: *“O senhor vai ficar em cima do muro?”* E ele disse: *“Não. Eu sou contra simplesmente por uma razão: infelizmente, hoje, num governo democrático, num governo dos trabalhadores, os únicos trabalhadores que vemos fazer as lutas sociais, levantar e resgatar as lutas sociais neste Brasil são os militares. É incrível acreditar nisso!”* E disse também: *“Eu participei da ditadura, fui massacrado, exilado, e volto ao meu País, quando fui liberado, vejo um governo dos trabalhadores assumir e esperava uma transformação neste País. Mas simplesmente vejo alguém ou só um grupo que enfrentou este Governo e que fez a luta neste Governo, e são os militares”,* como os bombeiros no Rio de Janeiro, como os militares na Bahia, no Ceará, em Sergipe, em Tocantins, em Pernambuco, na Paraíba e nos demais Estados brasileiros. Só nós que fizemos luta.

E por que nós fizemos esta luta? Porque nós apostamos também neste Governo. O grito que ecoa no nosso coração é de liberdade, de justiça, como é o símbolo da nossa associação — justiça e liberdade. Acreditávamos e caímos na ilusão de que este Governo seria diferente, que a democracia iria acontecer.

Em todos os Estados onde fui participar de movimentos — já participei de nove movimentos paredistas no Brasil —, eu sempre dizia a todos os policiais que a nossa luta não é corporativista, a nossa luta é por transformação social. Se não conseguirmos transformar este País, não vai adiantar estarmos andando pelo País e fazendo esta luta, porque a nossa greve é por respirar, é por querer liberdade.

O AI-5 foi vivido neste País, e várias pessoas, vários estudantes, trabalhadores e políticos da época — e os corpos não foram encontrados até hoje — lutaram para que tivéssemos este direito aqui hoje, o direito de liberdade de falar, de expressar essa liberdade.



Mas nós, militares, como já foi destacado aqui, infelizmente, não alcançamos esse direito. Então, é uma falácia, uma mentira dizer que esta é uma Constituição cidadã, porque nós não alcançamos essa cidadania. A Constituição Federal simplesmente não nos reconhece, como o Aragão disse muito bem aqui. Nós ainda vivemos sob o crivo da ditadura. Conseqüentemente, a sociedade brasileira vai sofrer, porque aquele cidadão, entre aspas, que não é treinado dentro da ditadura, é para combater o quê? Uma sociedade civil? Como é que uma sociedade civil vai aceitar alguém que trabalha para ela sendo militar? Vão acontecer as aberrações que já acontecem, como os Eldorados dos Carajás, as Candelárias, as mortes nas favelas, o tratamento desigual.

Nós não somos tratados como cidadãos. Nos quartéis, nas casernas, somos tratados como cachorros. Essa é uma verdade. Foi provado, em mais um movimento nosso, que o Governo, pelo capitalismo, pelos carnavais da vida — nós não somos contra o carnaval, mas ele plantou isso —, por um capitalismo total, quis criminalizar o nosso movimento, enquanto nossa luta era justa.

Na Bahia, por exemplo — está aqui o Deputado, que sabe —, ele lutou 15 anos para aprovar uma lei estadual, a Lei nº 7.145, utilizada pelo Governo da Bahia na campanha eleitoral, o Governo do PT, dizendo que iria pagar os policiais e não pagou. Essa lei tem 15 anos, uma lei aprovada na Assembleia Legislativa e que o Governo do Estado não cumpre. Mas quando nós fomos cobrar o cumprimento dessa lei, no primeiro dia, o Judiciário considerou a nossa greve ilegal. Mas não era ilegalidade o Governo não cumprir a lei, não era ilegalidade o Governo não cumprir três ações do próprio Tribunal de Justiça pedindo a minha reintegração! Não era ilegal. Ilegal era a nossa greve, que estava pedindo o cumprimento daquela lei.

Nós ocupamos a área externa da Assembleia — não invadimos a Assembleia. Quem estava lá, como o Deputado Capitão Tadeu, sabe disso. Mas o nosso movimento foi criminalizado.

A verdade não foi posta para a população. Na Bahia, a população já sabe da verdade, e o Brasil ainda vai saber um pouco mais tarde, porque, infelizmente, neste País é assim. Como o Brasil, que não foi descoberto. Todo mundo sabe que o Brasil foi invadido, porque aqui viviam os índios, que eram os donos desta terra. Mas tudo aqui é apresentado de forma errada.



Então, mais uma vez, quero salientar que o nosso movimento na Bahia, como o movimento dos companheiros do Rio de Janeiro, foi um movimento por justiça, por dignidade, por liberdade. Pessoas que queriam simplesmente gritar, falar e transformar o Brasil em um país mais decente.

Mas não é por causa de prisão, por causa de Bangu 1, não é por ficar na cadeia pública, como fiquei, que nós vamos calar nossa voz. Outras lutas virão e nós teremos disposição de lutar. Não é AI-5, nem Forças Armadas, nem fuzil que vai nos impedir de lutar.

Aqui eu falo em nome de todos os policiais militares da Bahia, e creio que em nome de todos os policiais militares do Brasil. Este País vai ter que mudar, a democracia plena vai ter que chegar a este País.

Em 1964, muitas pessoas perderam as suas vidas. Para termos o direito à liberdade, a verdadeira democracia será colocada nesta Constituição Cidadã, como foi muito bem dito pela nobre desembargadora e por vários companheiros que aqui estiveram.

Nós queremos ser cidadãos e ser tratados como cidadãos. Não adianta a imprensa comprada, parte da mídia comprada neste País tentar nos criminalizar, como já é prática comum da Rede Globo, que, inclusive, já o fez com o Governo do PT em eleições presidenciais passadas.

Nós temos que transformar este País de forma tranquila, transparente, como foi o nosso movimento, pacífico e ordeiro, com as flores. E a prova de que foi com as flores foi a entrega do bolo ao general. Nós mostramos, entregando-lhe o bolo, que as flores venceriam as armas. E nós vencemos as armas quando entregamos o bolo a ele. Lá o Exército chegou, e após dois dias de contato conosco, um general nos disse: *“Falaram que aqui havia marginais e bandidos que estavam tocando fogo na Bahia, mas o que eu estou vendo aqui é que vocês estão lutando por um direito de vocês, uma lei que o Estado não paga”*. E ele disse claramente para nós: *“Eu, como major do Exército Brasileiro, há 20 anos no Exército Brasileiro, não me enquadro neste circo que este Governo montou aqui,”* — estas foram as palavras de um major — *“porque isto aqui é uma palhaçada. Vocês são cidadãos, trabalhadores, e não vimos em momento algum, até agora, vocês sacarem uma arma aqui ou*



combaterem a gente. Eu vi vocês entregarem um bolo ao general, que nos desarmou e abriu um diálogo, um canal de negociação.”

A população da Bahia sabe muito bem o que ocorreu lá. O Capitão Tadeu é testemunha disso, que o nosso movimento lá foi extremamente pacífico e ordeiro. Fomos nos colocar, foi dessa forma. Não pacífica foi a forma como o Exército chegou, dando tiro de bala de borracha na cara dos policiais, em famílias, em crianças — o Deputado é testemunha disso —, nos próprios Parlamentares, e ele também foi vítima disso lá. O cerco: quatro blindados que saíram de Alagoas para chegar lá; quatro helicópteros do Exército; prisões sem sequer policiais terem sido citados, prisões simplesmente porque eram diretores. Houve quatro prisões de policiais militares porque constavam no estatuto da nossa associação como fundadores da entidade, só porque eram diretores da ASPRA.

E ainda me vem um promotor dizer que a ASPRA — e assim foi pedido o fechamento de uma entidade de classe em pleno século XXI, na democracia deste País — é uma entidade criminosa. O nosso estatuto está lá, definindo muito bem que somos uma entidade de classe.

A nossa entidade foi aberta por um chaveiro, foi levado tudo de lá de dentro, tudo foi sequestrado — fichas, computadores, roupas. Tudo o que estava lá foi levado. A nossa sede foi lacrada, a nossa conta foi bloqueada e nosso direito livre de exercer a cidadania e o direito constitucional, que está no art. 8º da Constituição Federal deste Brasil, foi retirado. E até hoje a nossa conta se encontra bloqueada. A minha conta pessoal, a poupança, a minha conta pessoal de conta corrente, tudo foi bloqueado pelo Governo, sem nenhuma justificativa; a minha poupança, um perfil no Facebook, o meu *e-mail*, um perfil no Orkut e ainda duas linhas telefônicas.

Mas nós vivemos numa plena democracia. Vamos comemorar, porque o Brasil é um país maravilhoso. E viva o Carnaval.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Antes de conceder a palavra à Adriana Borgo, eu vou conceder a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles, que quer se manifestar sobre os assuntos que estão sendo aqui tratados.



O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Primeiramente quero parabenizar os que organizaram esta reunião bem como os que a estão coordenando, como o Deputado Mendonça Prado.

Eu faço parte, pela primeira vez, da Comissão de Segurança Pública este ano. Sou médico e professor, do ponto de vista profissional.

Essas greves me chamaram muito a atenção. Foi esse um dos motivos que nos levou a pedir ao partido para participarmos desta Comissão, até para discutirmos esta questão da segurança pública.

Defendemos a unificação das polícias, a desmilitarização. Sabemos que a cultura de paz, de segurança pública verdadeira vem disto: dos conselhos comunitários etc. Inclusive, na minha cidade, Teresina, já temos alguma experiência nesta linha. Sabemos que parte do próprio PRONASCI não evoluiu, que era para integrar e fazer os Municípios assumirem isso.

Lembro que, em 2008, quando nós debatemos, no período mesmo da campanha eleitoral, a importância de aquilo avançar. E sentimos que houve um esfriamento. Acho, inclusive, que esse esfriamento deve ter contribuído para as manifestações se tornarem... embora pontualmente, cada lugar ter a sua. Mas depois que fazemos uma leitura, a falta de aprofundamento da política pública do PRONASCI, além dos incentivos, da formação etc. etc. Deveria caminhar para esta questão da unificação, e aí o plano de carreira e, evidentemente, a questão do piso.

Eu pedi a palavra também por ver na questão que foi defendida — e a desembargadora falou — um debate que tenho enfrentado aqui, principalmente desde o ano passado, em relação a Legislativo *versus* Judiciário. O Judiciário, principalmente através do Supremo, tem desmoralizado o Congresso e a soberania popular, porque somos nós os únicos legítimos para legislar. Vejam bem, os senhores disseram agora que faltou o tipo penal.

O Supremo decidiu pelo aborto de anencéfalo. Não há lei que preveja esse tipo penal, nem há nada sobre isso na Constituição. Então, vejam a insegurança jurídica! Nós estamos falando de segurança pública, que está associada à segurança jurídica. Meia dúzia de juízes, nomeados por um único eleito, ditatorialmente rasgam a Constituição e sua cláusula pétrea, e esta Casa fica paralisada. E é contra isso que estou me insurgindo.



Do mesmo jeito que os senhores sentem essa coisa podada em relação à participação, à liberdade de expressão etc., que é importante... Eu sou do PT, mas reconheço no seu discurso toda a legitimidade. Quando é preciso, sou um crítico do meu próprio partido, imagine do meu governo! Então, não tenho esse preconceito e tenho abertura para compreender que precisamos evoluir cada vez mais na democracia.

Nós vivemos numa pseudodemocracia, a começar pelos meios de comunicação, que são oligarquias controladas pelos donos e editores de jornais. Por isso a versão que sai da Bahia e vai para a mente do povo nos outros Estados não é a sua. Então, veja a importância de democratizar os meios de comunicação, o que só este Congresso pode fazer e está acovardado. É preciso vir para cá o marco civil da democratização dos meios de comunicação, assim como o marco civil da Internet, que já estamos debatendo.

Tudo isso tem a ver com os direitos de todas as categorias e faz com que tenhamos uma visão ruim do policial, de que pratica violência, além das denúncias de corrupção. É a mesma coisa que nós sofremos. O bom é mostrar os defeitos do Congresso, as coisas boas não são mostradas. Por isso, a nossa credibilidade vai lá para baixo. Os senhores estão vivenciando, na pele, como há de fato este tipo, eu diria, de opressão através da mídia.

Por isso, queremos aqui mostrar a nossa solidariedade. É importante evoluir paralelamente a tudo isso que está sendo dito aqui. Não adianta apenas a luta pelo piso, porque ela caracteriza uma visão, às vezes, pequena de tudo o que os senhores estão dizendo aqui. É preciso, ao mesmo tempo, buscar unificação, diminuir esse processo hierárquico violento entre os coronéis e a base — tenho ouvido depoimentos de que as pessoas não podem falar. Como os senhores vão lidar com o cidadão na rua se são massacrados nos quartéis, do ponto de vista profissional? Recebem uma doutrina em que se o coronel disser que é para atirar, os senhores atiram, como se não fossem seres humanos que refletem e pensam, que são responsáveis pelas decisões de seus atos! Isso não pode. Isso não é segurança pública.

A meu ver, o debate é importante. E tudo o que está acontecendo nos faz aprender também. Como cidadão e Parlamentar, eu me enriqueço com os debates.



Eu sei que o senhor é da área, mas fiz questão de vir, embora não seja da área especializada, porque como cidadão me sinto à altura para debater tudo o que é relativo à segurança. Já passei por tudo: desde assalto a minha casa a ter filhas na rua com moto etc. Então, eu sei também o que é isso no cotidiano, mas sei das dificuldades. Sei que precisamos ter uma visão mais humana, que passa pela questão das carreiras, por esse debate mais unificado.

Tenho certeza de que, neste período em que estamos com mais maturidade, temos condições de avançar no Governo Dilma. Nós aprendemos com os conflitos. Nosso Governo é um governo múltiplo. É só verificar que no o Código Florestal o PT votou de um lado e o PMDB votou de outro. Então, é um governo híbrido. Dependendo da força, ganha um lado. O PT recebe a culpa de tudo o que é ruim, mas isso não é verdade. Somos quantos aqui? Aqui somos pouco mais de 80, mas na Casa são 513. Nós não decidimos aqui, nem que queiramos isso. Estávamos unidos no Código Florestal e fomos derrotados.

Então, é preciso ter também ter este companheirismo de saber que existem as lutas, as divergências, as contradições, assim como existem entre os senhores. Sabemos que existem pessoas truculentas, que não têm visão de direitos humanos, de respeito à sociedade coisa nenhuma, mas tenho certeza de que eles são minoria.

Gostei muito de ouvi-lo, de perceber sua sensibilidade. Enobrece a polícia ver um policial do nosso Nordeste com muita consciência e reconhecendo isso.

Acabei de assinar a PEC — nem sabia que circulava, para se ver como esse mundo é grande — da unificação das polícias, que é uma coisa que sempre defendemos. Espero dar a minha contribuição.

Deputado Mendonça, V.Exa. sabe que aqui temos várias coisas a fazer. Eu estava na Comissão de Orçamento, faltei à reunião de uma outra Comissão porque na que eu estava o debate estava bom, tive que passar por esta Comissão e ainda deveria comparecer à Comissão de Seguridade, mas não deu. Faltei a um evento na Universidade de Brasília. Inclusive, ajudei com uma emenda no processo de criação de um centro para os servidores da universidade — eu sou professor da Universidade Federal. Vim para prestigiar os senhores, mas não vou poder permanecer, pois já estou com quase 50 minutos de atraso para outro compromisso. Mas aprendi. Acho que ouvi o essencial. Temos participado do debate e queremos



contribuir, dentro do que for possível, dentro da nossa bancada também, porque vejo muita sensibilidade. Muita gente nossa se expõe a essa luta para contribuir para que, quem sabe, possamos avançar nesse aspecto.

Sr. Presidente, agradeço a condescendência de V.Exa. ao permitir que eu falasse logo e coloco-me à disposição para somar naquilo que estiver ao nosso alcance. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradeço ao Deputado Nazareno Fonteles a contribuição.

Vou passar a palavra à Sra. Adriana Borgo. Antes, porém, vou conceder 30 segundos — olha a disciplina!

O SR. VALDELEI DUARTE - Até por questão de justiça, Deputado e todos aqui presentes, todos receberam um jornal. Estamos falando aqui em anistia e a própria associação de classe do nosso Estado vem contra a nossa anistia. Leiam o editorial do presidente, que está nesse jornal. No final, ele ainda desdenha da gente, fala que somos irresponsáveis e que ainda estamos usando fraldas.

Nós somos profissionais de segurança sérios, respeitados. Inclusive, eu era sócio dessa entidade de classe. Eu não admito esse tipo de coisa. Isso é questão até de justiça e de direito de resposta.

Leiam com atenção esse editorial e vejam o que o presidente fala de nós. Como se não bastasse o Governo nos criminalizar e nos dividir, vem ainda uma entidade de classe fazer esse papel. Estamos brigando por anistia e ele vem distribuir o jornal aqui na Câmara. Todos os Deputados terão acesso e ficará mais difícil construir anistia. Assim fica complicado, Deputado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradeço a sua participação.

Tem a palavra a Sra. Adriana Borgo.

A SRA. ADRIANA BORGO - Boa tarde a todos. Apesar de mulher falar bastante, vou ser rápida.

Eu gostaria de fazer uma coisa diferente: eu gostaria que todos ficassem de pé agora, um pouquinho. Eu queria que ficassem de pé e abraçassem a pessoa que está ao seu lado; qualquer um dos lados, dos dois lados é melhor ainda. *(Pausa.)*



Sabem quem são essas pessoas que estão ao lado de vocês? É a minha família. E família nenhuma é excluída. Então, pode vir o Governador e falar que está excluído, que está fora, mas somos fortes, porque somos um só. E se mexer com a minha família, mexeu com o Brasil inteiro.

Eu só quero dizer a vocês que hoje vim aqui para falar tantas coisas da PEC 300, para falar dos direitos humanos dos profissionais de segurança, mas acho que todos aqui já falaram e todos já sabem quais são as nossas dificuldades, os nossos anseios, os nossos apelos, o nosso clamor.

Eu só queria dizer que se queremos mudar alguma coisa, temos que começar ajudando esses meninos a voltar para o lugar que é de direito deles e de onde nunca deveriam ter saído.

No dia 20, o Rio de Janeiro tem que ser vermelho, de ponta a ponta de Copacabana. *(Palmas.)* No dia 20!

São Paulo não está presente aqui hoje porque não temos recursos, então, preferimos adiar. Em vez de vir aqui, vão estar no Rio de Janeiro junto com os bombeiros e os policiais do Rio de Janeiro.

Não podemos falar de justiça e brigar por outras coisas se não fizermos a nossa parte. Assim não vamos ter moral. Toda a polícia do Brasil, todos os bombeiros do Brasil, todos os familiares dos policiais do Brasil têm que estar lá no dia 20. Somos 930 mil policiais. Se cada um de nós levar 5, seremos 4 milhões e 360 mil pessoas em Copacabana. *(Palmas.)*

Ou este Governo muda, ou mudamos o governo! E isso vai ser na Bahia, vai ser em São Paulo, vai ser onde houver arbitrariedade!

Então, venho aqui agradecer esta oportunidade. Não vou falar mais nada, porque vocês já falaram tudo. Eu só quero dizer que amo muito vocês e que vocês fazem parte da minha vida. Eu não vou desistir. A PEC 300 é real. A PEC 102 vai vir complementar ou substituir, não sei, mas a dignidade, a valorização da polícia do Brasil é verdadeira. Eu acredito e sei que vocês também.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Dando continuidade a nossa reunião, concedo a palavra ao Cabo Benevenuto Daciolo.

O SR. BENEVENUTO DACIOLO - Boa noite a todos.



Primeiro, eu gostaria de agradecer a Deus por este momento e de dizer que Ele se faz presente em nossas vidas e está em nosso meio. E com Jesus à frente desta luta, podem ter certeza absoluta de que virá a vitória.

Quero agradecer à Mesa, ao Deputado Mendonça Prado, pelo apoio que sempre vem nos dando, e fazer um convite à Comissão de Segurança Pública para que, no dia 20, estejam conosco lá.

Nós sempre buscamos, no nosso movimento, a legalidade. Agimos sempre de forma mansa, pacífica e ordeira. E é de extrema importância que todos os representantes dos seus Estados, que aqui estão, estejam lá também e que levem a sua tropa para lá.

O poder tentou criminalizar o movimento tanto do Rio de Janeiro quanto da Bahia. Excluíram, expulsaram 30 homens chefes de famílias: 16 da PM, 14 do Corpo de Bombeiros. Esses homens que aqui estão, este mês, não tiveram salário. Nenhum desses homens aqui tiveram salário este mês. E nós estamos em busca da nossa anistia.

Desembargadora, agradeço sempre a presença de V.Exa. junto conosco. V.Exa. vem nos acompanhando e sabe como nós buscamos a legalidade — sempre! Obrigado pela existência de V.Exa. e por se fazer presente junto conosco. É maravilhoso saber que existem pessoas como V.Exa. Faz com que nós venhamos lutar de cabeça erguida e saibamos que vale à pena esta luta.

Quero dizer que nós estamos atrás da nossa anistia desde o momento em que houve a nossa expulsão. Existem Parlamentares, no Estado do Rio de Janeiro, que assinaram um documento — hoje, no Rio de Janeiro, existem 64 assinaturas de Parlamentares — a favor da nossa anistia.

Nós perguntamos a eles por que não colocam a anistia em pauta na Casa? Hoje nós estamos vivendo um momento muito nobre no Estado do Rio de Janeiro, onde existe a união da polícia civil, representada aqui pelo nosso amigo Bandeira, que deveria estar aqui conosco — Bandeira, sintase aqui sentado junto conosco —, da PM e do Corpo de Bombeiros.

O poder vem tentando tirar essa harmonia com mentiras.



Nós tivemos o apoio de diversos Parlamentares no Estado do Rio de Janeiro. Posso citar aqui os Deputados Bolsonaro, Wagner Montes, Luiz Paulo, Freixo, Janira, Clarissa Garotinho e o Paulo Ramos.

Porém, há 3, 4 dias, ocorreu no Estado, dentro do Parlamento, dentro da ALERJ, um fato que nós sentimos muito. Há um Deputado que nós sempre admiramos muito, que sempre esteve na causa conosco, lutando conosco, o Deputado Paulo Ramos. Nós sempre acreditamos muito nele, que levantou uma bandeira, estes dias, que nós estranhamos e não entendemos o porquê. Ele falou, em pleno Plenário, que nós não queremos anistia, que especificamente o Cabo Daciolo não quer anistia. Foi dito desta forma, que eu não quero anistia.

Aí eu pergunto — é bom ter o senhor aqui, Deputado. Este dia de hoje, este dia 8, este exato momento não foi construído por um acaso! Nós não estamos aqui por um acaso. Este momento foi construído há mais de 20 dias. Eu lembro onde eu estava há mais de 20 dias. Eu estava na sala do senhor, no gabinete do senhor, pleiteando e brigando para que este dia viesse acontecer, porque era em busca da nossa anistia. O senhor pode confirmar isso, Deputado, se isso é verdade?

(Não identificado) - É verdade.

O SR. BENEVENUTO DACIOLO - É verdade. Eu pergunto: por que estão citando isso lá no Rio? Por que estão falando isso? Por que estão tentando, de todas as formas, denegrir a nossa imagem perante a população? Por que não nos dão o direito de resposta a tudo o que está acontecendo no nosso Estado? Por que ficam tentando criminalizar o nosso movimento? O que está acontecendo?

Nós saímos do nosso Estado, em solidariedade ao povo da Bahia, aos militares da Bahia, preocupados com tudo o que estava acontecendo. Buscamos sempre a legalidade, buscamos os juízes federais. O nome e a pessoa é o Sr. Juiz José Barroso Filho. Estivemos com ele na Bahia.

Nós fomos recepcionados por alguns assessores do Deputado Capitão Tadeu, que aqui se encontra. Fomos até a residência do Deputado Capitão Tadeu com esse juiz. Há foto do local, Deputado. Há foto desse dia. Na casa do Deputado Capitão Tadeu, ele recebeu a ligação do Vice-Governador. Levamos esse juiz — desculpe-me, mas eu gostaria de ficar de pé — até onde se encontrava o Vice-Governador Otto Alencar. Lá, estava o General Gonçalves Dias.



Houve uma reunião local. Fomos buscar o Deputado Mendonça Prado no aeroporto e fomos à Assembleia Legislativa. Falamos de Jesus, entramos, tivemos um diálogo. Conseguimos entrar. O general nos chamou para a parte interna para tentar apaziguar e levar a paz para aquele movimento, para tudo o que estava acontecendo.

Lá, falamos com diversos Parlamentares, inclusive com Senadores. Tive oportunidade de conversar com o Senador Lindbergh, por telefone, e dizer: *“Senador, a questão aqui não é de guerra. Tem que tirar o Exército daqui e trazer os Parlamentares para cá, porque eles estão falando de melhora salarial, estão falando de uma promessa que parece que existe desde 2001, eles estão falando de transferir uma gratificação que estava prevista para novembro para o mês de março. Eles estão apenas querendo dialogar!”* E aí eu perguntei: *“Existe algum Parlamentar que o senhor possa me orientar, que possa vir aqui para trazer a paz, que seja do PT, porque o Governador é do PT?”* E ele me falou: *“Aguarde alguns momentos, Daciolo”*.

Eu aguardei alguns momentos e o meu telefone tocou. Era o Senador Walter Pinheiro. Eu pude expor ao Senador Walter Pinheiro tudo o que eu acabei de dizer aqui, que precisava de paz e eles só queriam uma melhora salarial. Ele disse: *“Daciolo, eu estou indo para aí”*.

Eu quero dizer aqui, Deputado, que eu falei com diversos Parlamentares, buscando a paz.

Quando eu saí do Estado da Bahia, peguei o avião, cheguei ao Estado do Rio de Janeiro, e fui sequestrado de uma aeronave, sem mandado de prisão. A minha família, minha esposa e meus filhos estavam no aeroporto. Levaram-me para Bangu 1. Eu permaneci por 9 dias em Bangu 1. Simplesmente rasgaram a Constituição.

Eu falo com o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Quando a *Globo* exibiu uma imagem em que o Prisco fala com alguém, que eu não sei como eles colocaram, como eles forjaram, logo depois, eles colocam a fala do Daciolo com o Relator da PEC 300, Deputado Arnaldo Faria de Sá, nos falando sobre a possibilidade de entrar em pauta a PEC 300, para trazer a paz para toda a Nação.

Nós estamos, de forma mansa, pacífica e ordeira, buscando dignidade, uma melhora salarial. Estamos pedindo um piso nacional, que não seja de 5 mil reais,



que não seja de 3 mil e 500 reais, mas que seja um piso que possa trazer em toda a nossa Nação o mínimo de dignidade para esses militares que estão em busca de dignidade.

Em nosso Estado, estamos há mais de 1 ano tentando falar com o Governador do Estado do Rio de Janeiro e não conseguimos. Queria deixar bem claro que estamos vivendo em nosso Estado uma verdadeira ditadura. Nossos militares estão dentro dos quartéis assustados, porque são ameaçados todos os dias de serem presos, expulsos e de serem mandados para Bangu 1. Ficam dessa forma!

Pergunto: o que nossas autoridades, os Parlamentares que aqui se encontram, estão fazendo para parar esta ditadura que está acontecendo em nosso País e, posso dizer com convicção, no Estado do Rio de Janeiro? Posso dizer com convicção, no Estado do Rio de Janeiro!

Os militares hoje estão sendo amedrontados, estão com medo de vir, e com razão, porque qualquer um que fala é transferido. Mais de 50 militares do BOPE foram transferidos porque não foram atacar os militares que estavam, em plena Cinelândia, falando de dignidade de forma mansa, pacífica e ordeira.

Então, Deputado, olhe tudo o que está acontecendo ao nosso redor. Eu pergunto: será que não é o momento de levar isso para a esfera internacional? Será que não é o momento de levarmos isso para a ONU? Será que não é momento de levarmos isso para a OIT? Será que não é momento? (*Palmas.*) É de extrema importância! É de extrema importância!

Eu venho aqui hoje para falar da nossa anistia. Para militares que estão recebendo já é difícil vir aqui, para os que não estão recebendo... Tivemos um custo de mais de 3 mil reais para estar aqui hoje. Eu pergunto: nós vamos sair daqui sem nenhum respaldo, sem saber se a anistia vai acontecer ou não? Se vamos ser anistiados ou não por um crime que nós não cometemos?

Eu posso dizer aqui que todos os 14 homens que foram expulsos da corporação têm mais de 10 anos de serviço, comportamento excepcional e nunca cometeram nenhuma infração dentro de sua instituição! Não sei até que momento... Eu acredito nesse Deus maravilhoso, e sei que nenhum fio de cabelo cai da minha cabeça sem autorização dele.



Mas estamos no Estado do Rio de Janeiro correndo risco de vida, correndo risco de ser preso sem motivo. Estão tentando denegrir nossa imagem no Estado. Eles jogam qualquer coisa, e aí? Como é que nós vamos ficar com isso?

Eu gostaria de agradecer e de citar o nome de algumas autoridades. Quando falamos dessas autoridades que nos apoiam, eu queria dizer que foi mencionado aqui que está próximo o momento eleitoral, que está muito próximo o pleito eleitoral para o Município. E venho alertar todos os militares no Estado do Rio de Janeiro e que estão nos ouvindo neste exato momento: nós tivemos o apoio de alguns Parlamentares, e alguns deles são candidatos às eleições majoritárias, à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro. E eu posso citar o caso da Janira Rocha, que vem sendo representada pelo Freixo, e o caso do Garotinho, cuja filha, Clarissa Garotinho, que sempre nos apoiou, será candidata também. Essas pessoas sempre nos apoiaram e são candidatas.

Agora eu pergunto: e o candidato do Governo, que vem nos massacrando? O que vamos fazer? Nós estamos sendo massacrados hoje pelo PMDB no Estado do Rio de Janeiro. E eu peço às autoridades do PMDB que estão aqui no Congresso, em Brasília, que tomem alguma providência, porque o PMDB no Estado do Rio de Janeiro é uma verdadeira ditadura! E o que está acontecendo? Na saúde, muitos estão morrendo em nosso Estado; na educação, querem nossos jovens burros e ignorantes, para que não saibam dos seus direitos; o salário dos professores é uma grande miséria; o salário na segurança pública é uma grande miséria. E nós temos um Governador que, antes de entrar no poder, falou que iria valorizar o servidor na área da saúde, da educação e da segurança, e que o candidato que dissesse que não tinha dinheiro para pagar bem o funcionário público estaria falando uma grande mentira, porque o Estado naquele ano de 2007 arrecadava 33 bilhões de reais e gastava apenas 13 bilhões de reais com a folha de pagamento.

Aí, eu pergunto: nós estamos, de alguma forma, perseguindo alguém? Eu não tenho nada contra nenhuma autoridade. Eu só quero a dignidade da nossa classe, eu só quero ser tratado com dignidade, porque mais de 90% dos militares do Estado do Rio de Janeiro moram dentro de comunidades e não têm dinheiro para pagar aluguel, para ter plano de saúde, para sustentar sua casa. E hoje estão todos assustados e amedrontados.



Venho perguntar: qual é a solução, senhores? Eu quero dizer a todos que se não voltarmos... Agradeço primeiro à população, porque sempre nos apoiou, nós nunca fomos omissos com a população da forma como o Governo do Estado tem sido omissos conosco no Rio de Janeiro. Agradeço à população o apoio que está nos dando e quero dizer que é necessário e de extrema importância...

Venho aqui pedir socorro a todos os outros Estados, para que estejam conosco no dia 20. Peço a todas as autoridades e Parlamentares que estejam lá, para que não tentem criminalizar o nosso movimento, para que não tentem novamente criminalizar o nosso movimento. *(Palmas.)* É de extrema importância, Deputado. É de extrema importância a Comissão de Segurança estar lá no dia 20, porque no dia 20, às 10 horas da manhã, em frente ao Copacabana Palace, nós vamos ter... E eu creio, eu creio, eu creio, porque nós, bombeiros, sempre demos nossa vida pelo próximo. Eu posso dizer com convicção que, se acontecer alguma coisa aqui, tenho certeza de que os militares que aqui estão vão fazer de tudo para salvar todos os presentes. Eles estão prontos para dar sua vida pelo próximo. Todos que aqui se encontram estão prontos para isso — graças a Deus, Deputado. *(Palmas.)*

Estamos percorrendo todas as faculdades do Estado do Rio de Janeiro pedindo socorro. Estamos pedindo socorro aos jovens, aos professores, aos profissionais da saúde, aos sindicatos, para que no dia 20 estejam em Copacabana a partir das 10 horas da manhã, em socorro aos bombeiros e policiais, pela nossa anistia. Contamos com a presença de todos.

Eu gostaria de agradecer e, para encerrar esta fala, Deputado, de dizer que, por incrível que pareça, após ter falado com diversos Parlamentares, após ter ido para a Bahia com um juiz federal, ser recepcionado na casa de um Parlamentar, ter ido em busca do Vice-Governador Otto Alencar e ter tido a autorização do General Gonçalves Dias para levar a paz para aquele local, eu estou sendo agora enquadrado em crime de quadrilha. Eu estou respondendo ao crime de formação de quadrilha na Bahia! Aí, eu pergunto: agora vão me prender? Agora eu vou ficar preso também? Vão me matar, vão me prender? O que os Parlamentares e as autoridades estão esperando?



Eu peço, por gentileza, Deputado, que, se possível, a Comissão de Segurança Pública possa ir até lá para averiguar esse caso. O senhor, graças a Deus, estava lá conosco, Deputado. Nós estávamos lá juntos. O senhor presenciou e viu tudo o que aconteceu lá.

Infelizmente, agora, nós estamos aqui pedindo socorro e acreditando nesse Deus do impossível, porque eu tenho certeza absoluta de que a nossa vitória está muito próxima. Basta todos nós estarmos juntos, unidos, porque a vitória está próxima, em nome do Senhor Jesus. Dia 20, 10 horas da manhã, Copacabana Palace.

Obrigado. *(Palmas.)*

Anistia já!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Quanto à questão do Prisco, nós vamos posteriormente apresentar um documento, que será uma nota de repúdio contra a forma como estão tratando a Associação de Praças do Estado da Bahia, que está fechada, com toda a movimentação suspensa e a conta bloqueada. E, lastimavelmente, não há nenhuma perspectiva de que essa associação volte à normalidade.

Então, posteriormente, nós vamos apresentar uma nota, porque agora não temos o número de Parlamentares suficientes. Mas V.Sa. pode ficar tranquilo, porque vamos adotar as providências para publicar a nota de repúdio do Parlamento brasileiro em relação a essa atitude do Governo do Estado da Bahia.

Dando prosseguimento, concedo a palavra ao Sargento Vieira, do Estado de Sergipe.

O SR. MARCOS PRISCO CALDAS MACHADO - Deputado, só para informar que vou ter que me ausentar porque o meu voo é agora, às 19h30min. Agradeço a todos. A nossa luta continua, porque há um Deus regendo tudo. *(Palmas.)*

O SR. JEOÁS NASCIMENTO - Deputado, também queria a sua permissão para agradecer o convite da Comissão e dizer que também estamos nos ausentando devido ao horário do voo. Eu fiz um voto ao Senhor Jesus Cristo quando estava ainda preso, aos 40 dias. Também como o Daciolo, fomos à Bahia e ficamos presos 40 dias. Não há uma vírgula no processo que nos incrimine. Também estamos lá denunciados por formação de quadrilha e incitação ao crime sem cometer nenhum



crime. Estávamos ali representando uma associação nacional e tentando colaborar com a negociação.

Mas eu fiz um voto ao Senhor durante aqueles 40 dias no sentido de que, onde eu chegasse, eu agradeceria a Deus, porque Ele está no controle de todas as coisas. E, naqueles 40 dias, Ele trouxe paz ao meu coração. Em nenhum momento daqueles 40 dias eu fiquei desesperado. Eu agradeço ao meu Deus e à oração de todos os santos deste País e deste mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Convido para fazer parte da Mesa o ilustríssimo Sr. Bandeira, representando os policiais civis do Estado do Rio de Janeiro. Por gentileza, fique à vontade.

Concedo a palavra ao Sargento Vieira.

O SR. JORGE VIEIRA DA CRUZ - Exmo. Sr. Deputado Federal Mendonça Prado, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, querido conterrâneo, em relação à fala do Jeoás, quando disse que o Deputado Mendonça Prado tinha um crédito no Estado do Rio Grande do Norte, quero discordar um pouco, porque o crédito do Deputado Mendonça Prado é em todo o Brasil. Esse homem realmente abraçou a família militar e merece uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Eu, como conterrâneo, tenho orgulho de ter como representante de Sergipe um Deputado como esse que, além de nos defender no âmbito do Brasil, lá em nosso Estado também não se omite.

O nosso Estado de Sergipe é o menor do Brasil. E ele foi muito propalado com relação à remuneração dos servidores militares: "*Sergipe é o menor Estado e a remuneração dos militares de lá melhorou bastante*".

Mas melhorou, senhores e senhoras, em cima de muito sofrimento, em cima de muita luta, em cima de muita humilhação. Muitos dos senhores que não tinham conhecimento, por conta da distância, achavam que foi uma coisa dada, uma coisa tocada pelos Governantes. Ledo engano. Foi sofrido, suado.

Observava alguns aspectos da fala dos companheiros, como o sofrimento. Só sabe realmente do sofrimento quem passa por ele, quem é tocado, quem tem a sua família prejudicada, e prejudicada muitas vezes até com a falta do pão por conta



daqueles que deveriam cumprir o que prometeram, na hora da campanha eleitoral, mas que usam isso somente para simplesmente se eleger. Depois viram as costas e ainda oprimem os trabalhadores.

Lembro que durante todo esse processo de IPM, de sindicância, na luta, nas caminhadas, nós não aquartelamos, mas mesmo assim nós fomos denunciados, tanto eu, como o Edgard e alguns companheiros pelo crime de motim. O Ministério Público fez a representação, e o juiz acatou. Durante esse processo, fomos julgados por um juiz singular e 4 oficiais da Polícia Militar.

Vou citar um exemplo simples: um capitão da Polícia Militar recebia em torno de 4 mil reais, hoje, recebe mais de 10 mil reais; um major, que recebia 5 mil reais, hoje ganha em torno de 13 mil reais. Naquele processo todo, tínhamos a esperança de ter um julgamento baseado nos fatos. Na verdade, não existiam fatos, mas um direcionamento para nos prejudicar por intermédio do Executivo, que manipulou a Justiça e a induziu a erro.

Quando nos sentamos no banco do tribunal, estavam presentes o Deputado Federal Mendonça Prado e o Senador Amorim, que, depois de eleitos, compareceram ao nosso julgamento para nos apoiar. Registro isso como forma de gratidão, porque o pior é a ingratidão, e não podemos cultivar isso. Então, mais uma vez agradeço ao senhor por tudo.

Nesse julgamento havia um oficial sobre o qual tínhamos dúvida. Era justamente o oficial que estava na condição de juiz, irmão do oficial que era Chefe do Gabinete Militar. Foi ele quem começou os movimentos no Estado, movimentos que não tiveram ganho, mas tiveram importância, porque foi a partir deles que conseguimos encabeçar outros. Na verdade, a atuação dele era justamente para ocupar o cargo. Quando conseguiu, virou as costas para a categoria.

Discordo da opinião dele, mas falo com muito respeito. A divergência seria quanto a retirar o irmão desse oficial, pedir a suspensão, para que ele saísse do nosso julgamento. Mas o Capitão Samuel, hoje Deputado Estadual, nos convenceu de que não precisava retirá-lo, acreditando na possibilidade de ele nos julgar de forma imparcial e reconhecer o que foi feito por todos, inclusive pela família dele.

O juiz, na hora do julgamento, praticamente mostrava que éramos todos homens de bem, mas que havia a legislação. Ao final, ele deu o seu voto pela nossa



condenação. A pena é geralmente de 4 anos, podendo se agravar de 4 a 8 anos. Como somos líderes, poderíamos pegar até 12 anos de prisão e perderíamos nossos empregos. Por isso digo que nossa remuneração foi à custa de muito sofrimento.

O voto do juiz era esperado, devido à indução do processo para nos prejudicar e à legislação que é para nos afligir, para nos humilhar, para nos castrar. Mas, tudo bem.

Começou o julgamento por parte dos oficiais da Polícia Militar. Senhores, ouvir o voto do juiz dói. E doeu realmente. Mas tínhamos aquele sinal de que seria dessa forma. No entanto, confesso que, quando veio o voto do primeiro oficial pela condenação e pedindo o agravamento, a lágrima desceu, porque doeu receber um voto desse. Dos 5 votos, já tínhamos 2 pela nossa condenação. O terceiro, o quarto e o último votos, porém, foram favoráveis à nossa absolvição. Ganhamos por 3 votos a 2. Mas esse voto deu embasamento para o Ministério Público recorrer.

Mais uma vez, o sofrimento, a angústia da família, porque quem sofre realmente é a família. E simplesmente veio novamente a ação do Deputado Federal Mendonça Prado, que apresentou a anistia.

Tenho de registrar, porque isso significou a liberdade da nossa família, o ar que respiram. Minha mãe deixou de chorar, assim como a mãe do Edgar e as mães de outros companheiros. Para os senhores terem ideia, todos choraram, até o segurança do juiz, que era policial militar. Foi uma coisa marcante na nossa vida.

Por que estou falando isso? Porque não fosse a anistia, a tendência seria de mais sofrimento, até hoje estaríamos sendo julgados. Iríamos recorrer em Brasília, e ninguém sabe qual seria o final.

Quero parabenizar os oficiais presentes. Eu me esqueci de registrar a presença do Presidente da Associação Nacional de Praças — ANASPRA, o P. Queiroz. Parabéns pela luta. Infelizmente, ou felizmente, tenho de dizer que a valorização dos policiais militares e dos bombeiros militares no Brasil começou e está sendo mantida pelos praças e também graças a poucos oficiais da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil que têm consciência. Muita coisa está acontecendo, porque, infelizmente, aqueles que deveriam cuidar do policial militar não fazem o seu papel. Os Comandantes-Gerais, muitas vezes, ou na maioria das



vezes, esquecem os seus filhos por conta de uma cadeira, de um CC. Aí, o sofrimento é grande, o flagelo...

Passado isso, senhores, em Sergipe, ficaram algumas demandas de carga horária. Porque não adianta ganhar bem se é para ser tratado como escravo. Um cavalo na Polícia Militar de Sergipe, pela normatização, só pode trabalhar 6 horas, enquanto o homem da Polícia Militar, que monta o cavalo, é obrigado a trabalhar 36 horas. Que dignidade é essa? Que respeito é esse que vamos ter? (*Palmas.*) Como se pode pedir dignidade e cidadania do profissional para com a sociedade, se nós somos tratados com violência, com agressão, com humilhação?

Nós estamos hoje aqui sem autorização. Se tivéssemos pedido autorização, ela nos teria sido negada. Nós estamos esperando, ao voltar para Sergipe, receber voz de prisão, porque estamos aqui lutando por todos, inclusive por aqueles que deveriam cuidar dos policiais e não cuidam.

E quero dizer aqui que não somos inimigos dos oficiais. Não. Temos muitos oficiais em Sergipe comprometidos com a luta, mas é preciso mais comprometimento, no Brasil e em Sergipe, para que possamos construir uma Polícia cidadã.

Depois de tanto sofrimento, de tanta luta, nós continuamos sendo processados. Vou responder no próximo dia 5 de julho a mais um processo, porque falei em matéria feita por um meio de comunicação, e estou sendo julgado por publicação indevida — não por ser bandido, mas por ser trabalhador.

Muitas vezes, coloca-se o policial bombeiro na condição de herói. Eu acho que nós somos patriotas, porque o herói, quer queira, quer não, sabe que tem superpoderes e não vai morrer. Nós, não. Nós arriscamos a vida pela sociedade, e isso tem valor.

Lembro a todos os companheiros que nos ouvem neste momento pela Internet, que não adianta tapinha nas costas, sentimento, solidariedade, se, na verdade, o que está nos faltando são soldados para vencer a luta, porque crítica há muita. Por que há várias associações, mas poucas respondem? Quantas associações há em cada Estado? Diversas, mas poucas respondem. A coisa é parecida. Em Sergipe, tivemos computadores apreendidos. Novamente estamos numa situação complicada... Por exemplo, fui julgado recentemente sobre vários



crimes: cantar o Hino da Polícia na formatura — eu estava à parte, cantando de forma responsável, sem atrapalhar o evento —, por ter caminhado, com meus companheiros, novamente em busca da carga horária prometida... Simplesmente fui julgado no Conselho Disciplinar, e estão me colocando para a reserva remunerada, com a metade do meu salário. Isso amedronta o restante do pessoal.

Claramente percebemos aqui que há poucas pessoas. Na verdade, é a ditadura, é a aflição, é o momento de medo, porque o cidadão pensa: e minha família, como fica? Mas não podemos não acompanhar os companheiros que estão aqui.

O Sargento Edgar está praticamente no mesmo processo que eu. Para os senhores terem uma idéia, ressalto que o conselho do Edgar ainda nem começou. Foi aberto junto com o meu, mas nem começou, porque a grande maioria dos oficiais da Polícia Militar, graças a Deus, não quer integrar esse conselho. E, simplesmente, a situação agora é de terror, de opressão.

E nós também estamos sob a égide do Partido dos Trabalhadores. Um Governador que chegou ao mais alto cargo do Estado por meio das lutas dos trabalhadores, à frente de muitas greves, hoje permite que passemos por essa situação.

Hoje, muitas das vezes, não consigo lembrar o que fazer, se eu não anotar, daqui a pouco, não lembro mais. Já fui internado, fui preso. E o processo é esse.

Peço aos policiais militares do Brasil que, dentro de uma linha de respeito, de coerência, comecem a trabalhar a sociedade e participem das ocorrências com mais afinco, principalmente com um tratamento justo ao cidadão, que não tem culpa por tudo o que estamos passando. Nós temos o nosso produto. Nosso serviço é segurança pública. Então, temos de tratar o cidadão bem. Infelizmente, temos de repudiar o discurso dos políticos do Brasil que usam a segurança pública como pilar para ganhar a eleição, mas, depois, viram as costas.

No mais, quero agradecer. Eu sei do sofrimento dos companheiros do Rio de Janeiro. A minha situação está um pouco melhor, não sei se pode ser agravada ou não, porque isso compete ao Comandante-Geral que mandou apurar e pode avocar, ou para discordar do parecer, ou até para agravá-lo, mas espero em Deus que eu não passe o que vocês estão passando.



A luta é válida e honrosa. E vocês não têm de ter vergonha. Vocês são homens decentes e merecem retornar ao Corpo de Bombeiros, porque são pais de família e honram o seu Estado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Nós vamos ouvir agora o Sargento Edgar.

Antes, vou anunciar a ordem de inscritos para que não haja dúvidas sobre qual o próximo orador: depois do Sargento Edgar, falarão o Sabino e o Bandeira, representando a Polícia Civil do Rio de Janeiro; depois, o Deputado Wagner e, para fechar os trabalhos com chave de ouro, o nosso querido colega Deputado Major Fábio.

Registro a presença do Deputado Weverton Rocha, do PDT do Maranhão, que tem sido um Parlamentar sempre atento às causas da Polícia Militar e vem apoiando todas as lutas. Eu tive a oportunidade de, no Estado do Maranhão, acompanhar o trabalho que S.Exa. ali realiza em defesa da Polícia Militar.

Vou conceder a palavra ao Sargento Edgar, também conterrâneo do Estado de Sergipe. Após os pronunciamentos, vamos verificar se alguém deseja...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Quero dizer que é um prazer imenso tê-lo aqui. Certamente, por se tratar de uma Comissão democrática, nós vamos aqui permanecer para ouvi-lo atentamente, com a maior atenção, porque, a exemplo dos outros que têm a oportunidade de falar, V.Sa. também terá esse direito, e terá o mesmo carinho e atenção de todos nós.

Da minha parte, eu serei todo ouvidos. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Sargento Edgar.

O SR. EDGAR MENEZES DA SILVA FILHO - Boa noite, senhoras e senhores.

Deputado Mendonça Prado, é um prazer enorme estar aqui.

Serei sucinto, como gosto de ser, e prático. De tudo o que eu já ouvi durante esses movimentos, cheguei a uma conclusão: não vai ser PEC 300, não vai ser PEC 102, não vai ser PEC 800, porque nada, nada vai resolver o nosso problema, a nossa situação, enquanto não conquistarmos a nossa cidadania. Isso é fato.



E digo isso pelo seguinte: o Estado de Sergipe já ultrapassou a PEC 300 e, mesmo assim, o nosso conflito com nosso Governador é constante. Sabem por quê, senhores? Porque apesar de termos um pouco mais de condição econômica hoje, por causa de várias batalhas que travamos, não recebemos um tratamento respeitoso por parte do Governo.

Falou-se aqui em RDE, em RDPM, em várias coisas. Por exemplo, a RDE é de 64, se não me engano, e vou mostrar para os senhores. Nós trouxemos documentos — vamos entregar ao Deputado Mendonça Prado —, já protocolamos na Secretaria de Direitos Humanos Nacional, já levamos para lá alguns Senadores e outros Deputados, um documento atual. Vejam: a RDE é de 1964. Estou aqui com um documento de agora, de abril de 2012. Este aqui é um projeto de lei enviado pelo nosso Governador, que é do PT, do Partido dos Trabalhadores, em abril de 2012. É um Código de Ética que o Governador enviou para nossa Assembleia. E esse Código de Ética deixa o AI-5 no chinelo.

Vou mostrar para os senhores aqui o absurdo. Por isso, digo que não adianta só dinheiro, não. Dinheiro é importante, mas nós só vamos conseguir plenitude, dignidade, humanidade, quando conseguirmos ser tratados como cidadãos por este País.

Observem. São coisinhas bobas que eu coloquei aqui. A partir desse Código de Ética, será permitido o uso da força para compelir o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever. Isso quer dizer que o nosso Governador está nos colocando — nós lá da PM de Sergipe — para duelar entre nós. Porque se o Tenente quiser usar força contra mim, eu não vou ficar quieto. Tenho certeza. Primeiro, eu não vou fazer isso, mas tenho certeza de que, se algum companheiro meu, por ser mais graduado do que outro, for também usar força contra ele, o cidadão não vai ficar quieto.

Então, com isso aqui, o Governador está criando um clima de guerra intraquartel. Mas isso é besteira. Vejam: ele diz aqui que nós não mais poderemos — não mais poderemos — recorrer a outros órgãos, pessoas ou instituições para resolver assuntos de interesse pessoal. Nem ao Judiciário nós vamos poder mais recorrer.



Então, senhores, fica patente que não é só o dinheiro que resolve nosso problema, não. Nosso problema é conseguir ser tratados como cidadãos. Está faltando cidadania para o policial e para o bombeiro militar.

Nós estamos em luta, senhores, para que esse documento não seja aprovado, e até acho que há tanta inconstitucionalidade nele, que não vai chegar a ser aprovado. Mas o nosso Governador chegou ao deslante de condicionar o aumento de efetivo... Nós temos hoje 700 homens por dia para cuidar de 2 milhões de habitantes. Repito: 700 homens por dia para cuidar de 2 milhões de habitantes, e o Governador chegou a condicionar o aumento do efetivo. Disse à nossa Casa Legislativa que só mandará projeto aumentando o efetivo se aprovarem isso aqui.

Vejam a situação: Partido dos Trabalhadores. Isso é o que me deixa mais indignado, porque, de outros partidos, pode-se até esperar isso, mas do Partido dos Trabalhadores, que a vida toda pregou democracia?!

Então, senhores, eu falei aqui algumas vezes, antes do acontecimento no Rio de Janeiro e na Bahia, e vou repetir, porque sei que outras lutas virão. Não tenham dúvida, não. Talvez até algumas pessoas fiquem contrariadas comigo, mas vou repetir, porque lá deu certo: aquartelou, perdeu!

Sabem por que lá deu certo, senhores, esse último movimento nosso? Sabem o que nós fizemos? Lá, há uma lei que diz que o cabo e o soldado têm de receber do Estado três uniformes por ano para trabalhar. Nós fomos lá nos autos: *“Há quanto tempo o Estado não paga fardamento?” — “Três anos”. “Cabos e Soldados, todos tirem a farda”*. Pronto. Quem foi preso? Ninguém. É simples: aquartelou, perdeu. Todos os soldados e cabos tiraram a farda e acabou! Fomos, à paisana, para a rua. Foi um terror.

Aí, pensando mais adiante, fomos verificar se as viaturas da Polícia estão licenciadas, porque o Código de Trânsito não diferencia veículo comum de viatura policial, não. Todas têm de estar licenciadas. Nós verificamos. E o que ocorreu? As viaturas da Polícia, todas, estavam todas atrasadas. O que fizemos? Paramos as viaturas. Pronto. E dissemos: *“Comandante, vamos trabalhar, viu? Agora, sem carro”*. Quem ficou preso? Ninguém.

Eu e o Sargento Vieira estamos respondendo a processo e esperando ser reformados e tudo o mais, porque nós falamos. Não foi pelas atitudes, não. Porque



nós tomamos atitudes que tiveram como base o erro do Estado. Sabe qual vai ser a nossa ação agora? Na próxima Assembleia, no dia 26 de maio, nós vamos parar novamente a Polícia. Sabem como, senhores? Lá, todas as munições estão vencidas. Todas as munições da Polícia Militar estão vencidas! Elas têm uma validade de 6 meses depois que a caixa é aberta. Pronto. Ninguém vai para rua, não com munição vencida. E 90% dos coletes vencem agora, no dia 8 de maio. Vamos parar. Ninguém vai para a rua, porque não temos colete. E ninguém vai preso não, meu amigo. É a lei!

Então, eu já disse aqui, eu já disse no Nereu Ramos: aquartelou, perdeu. Senhores, é assim que fazemos. E nós, soldados da Polícia Militar de Sergipe... Eu vou repetir, não por outro motivo, não, mas para que todos os companheiros que estão nos ouvindo agora e que estão em condições financeiras ruins botem isto na cabeça: o soldado da Polícia Militar e o bombeiro militar de Sergipe entram ganhando R\$3.400,00, certo? *(Palmas.)*

E nós fizemos assim: estamos enrolados, estamos respondendo processo para sermos expulsos e tudo o mais, mas por falar. Só isto: por falar. Por isso, estamos tranquilos. Devemos ser presos quando chegarmos a Aracaju, porque estamos aqui sem autorização. Mas por isso aqui, por mais nada. Não é nenhum crime, não, não é motim, nem nada não. Nós usamos o erro do Estado contra ele mesmo. Nós descobrimos uma falha do Estado e vamos usá-la contra ele mesmo.

E está aí: um 1º Sargento do Estado de Sergipe ganha R\$6.000,00. Estou falando isso, entendam-me, por amor, para que vocês coloquem na cabeça o que pode ser feito, e a coisa pode dar certa usando erro do Estado contra ele mesmo. E já foram abertos vários inquéritos lá por causa do uniforme. Foram abertos vários inquéritos, porque o soldado e o cabo estavam sem uniforme. Quando chegam à Justiça, vem a defesa, é citada a lei, e os processos são arquivados. É assim, companheiros.

Sem mais, quero dizer que vou fazer o possível para estar no Rio de Janeiro no dia 20, porque apoio vocês, que são guerreiros. Lamentavelmente, a Polícia Militar do Rio de Janeiro não chega junto, é uma minoria. E, se chegasse junto, já tinha resolvido esse problema também. Essa é a verdade. O poder de barganha da Polícia Militar... A credibilidade do Corpo de Bombeiros perante a sociedade é muito



maior do que qualquer outra instituição; agora, o poder de barganha da Polícia Militar é maior para reivindicação. Se a Polícia Militar estivesse junto com vocês, já tinha resolvido. E, se vocês pensarem nisso que estou falando também, vão resolver, e ninguém vai ser expulso, ninguém vai ser preso, não vai acontecer nada com ninguém. O Estado é que vai ter de mostrar vocês, vai ter de pagar por constrangimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JORGE VIEIRA DA CRUZ - Sr. Presidente, porque está sendo transmitido ao vivo, eu quero apenas deixar uma coisa clara aqui para que não interpretem mal.

O que acontece? Na verdade, o policial não tirou a farda para ir ao movimento. Com o tempo, o coturno do policial ficou rasgado, como não tinha outro, porque o Estado não dava, ele ia de chinelo e tal. Não foi simplesmente hoje estar de farda e, amanhã, tirá-la, não. Digo isso porque, como o Edgar falou aqui, pode ficar a ideia de eles usaram isso para o mal.

Então, que fique registrado nesta Casa que ninguém tirou a farda hoje, trabalhou hoje, e, no dia seguinte, foi sem farda, não. O coturno rasgou, infelizmente. E, por requerimento, o Estado tem de dar outro coturno. Vamos deixar isso claro, porque senão eles usam para o mal. Tudo que nós falamos, eles só pegam para o mal.

Isto é para ficar registrado nesta Comissão: o policial de Sergipe não tirou a farda no dia seguinte, não. Ele tem compromisso de responsabilidade. Isso foi aos poucos, porque não tinha farda.

Então, vamos deixar claro para que não usem para o mal. Porque, podem ter certeza, podem até não prender quem está falando aqui, mas a vontade deles é nos prender quando chegarmos ao nosso Estado. Nós já pedimos autorização para ir ao Rio de Janeiro, para acompanhar os companheiros, e simplesmente outra associação, que não faz o papel que fazemos, teve a autorização devida, e nós não tivemos autorização. Precisamos buscar um salvo-conduto para não sermos presos em Aracaju. Com certeza, alguma coisa vai acontecer.

E, para o Edgar, como eu falei, estão com a rede pronta, esperando apenas o conselho dele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Sabino, do Ceará.

Vou repetir mais uma vez a ordem de inscrição: em seguida, o Bandeira, o Deputado Wagner, o Deputado Major Fábio e, por fim, o Edson Maximiliano.

O Deputado vai participar dos debates conosco.

O SR. FLÁVIO SABINO - Muito boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Mendonça Prado, também autor do requerimento que originou esta reunião e por intermédio de quem nós cumprimentamos todos os Parlamentares que estão neste local.

Quero cumprimentar o nobre amigo e Presidente da Associação Nacional de Praças — ANASPRA, meu amigo Pedro Queiroz da Silva, policial militar do Estado do Ceará, em nome de quem nós cumprimentamos todos os demais policiais, amigos e ouvintes aqui nesta noite.

Quero dizer que no meu Estado, o Estado do Ceará, mais de 1.200 policiais e bombeiros militares foram indiciados e, desses mais de 1.200 policiais e bombeiros, muitos já tiveram denúncia oferecida pelo Ministério Público. Mas assim como no Estado do Ceará, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Maranhão, em Sergipe e em muitos outros Estados, esses policiais e bombeiros militares não foram denunciados porque mataram, nem porque roubaram, nem porque extorquiram, mas porque buscaram e militaram por dignidade humana.

E essa dignidade humana foi negada pelo Estado quando este lhes negou as devidas promoções, deixando esses homens por mais de 19 anos na mesma graduação, fazendo com que a população daquele Estado imaginasse que eles não eram promovidos porque eram incapazes, porque não tinham qualificação adequada ou, então, porque não queriam nada com a instituição. Assim, eles buscaram essa dignidade humana. Dignidade humana também negada pelo Estado quando este lhes oferecia uma jornada de trabalho de até 96 horas semanais no interior do Estado, não pagando nada mais para tanto. Dignidade humana negada pelo Estado quando este lhes negava alimentação, deixando-os homens à mercê dos Prefeitos das cidades e do comércio local, mendigando muitas das vezes uma alimentação. Dignidade humana negada pelo Estado quando este ofertava um salário baixo, que não permitia que esses profissionais sequer tivessem condições de custear o



sustento de sua família, de acordo com aquilo que é mister de uma sociedade, que é alimentação adequada e educação de qualidade para os seus filhos.

Senhoras e senhores, o que viemos aqui nesta tarde, já quase noite, buscar deste Parlamento é a união de todos os Deputados na busca de uma anistia para todos os policiais e bombeiros militares — anistia não para bandidos, não para criminosos, mas para trabalhadores. Trabalhadores que todos os dias derramam o sangue, para que a sociedade não derrame o seu. Trabalhadores que doam as suas vidas para que a sociedade não venha a morrer. Trabalhadores que cuidam e que zelam dos três maiores bens que uma pessoa pode ter: a segurança, a vida e a liberdade.

Por isso, nossos votos de que este Parlamento possa mais uma vez encampar a luta pela anistia aos policiais e bombeiros militares deste País e que crie mecanismos e políticas que possam permitir verdadeira dignidade humana para os profissionais de segurança pública. Se assim não for, teremos sempre os movimentos reivindicatórios criminalizados, teremos sempre o cerceamento de voz e de direito dessa categoria, que tanto milita pelo direito da sociedade e do povo desta Nação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Representando os policiais civis do Estado do Rio de Janeiro, tem a palavra o Sr. Bandeira.

O SR. FERNANDO BANDEIRA - Deputado Mendonça Prado, demais Deputados aqui presentes, companheiras e companheiros, vou ser bem breve, porque tenho um voo daqui a pouco.

Quero dizer que Sergipe realmente é um exemplo bom, porque não é só a PM e os bombeiros que estão bem lá, os policiais civis também têm um sindicato muito forte — o Antônio Moraes é o seu Presidente —, e, de fato, os salários da Polícia Civil de Sergipe são elevados em comparação com os da maioria dos Estados.

Quero ser bem breve e dizer que tudo que foi falado aqui está corretíssimo. Mas essa luta dos bombeiros, dos policiais militares no Rio de Janeiro é um exemplo para o Brasil todo. Eu nunca vi uma organização com tanta tranquilidade, sem violência, sem agressão, não só em relação à ocupação do quartel no ano passado, mas também com as passeatas em Copacabana, as manifestações em frente à



Assembleia Legislativa e, ao mesmo tempo, a paralisação realizada a partir do dia 10, depois daquela grande assembleia na Cinelândia, quando Daciolo e alguns outros companheiros já estavam preso.

Mesmo assim, foi feita uma assembleia com mais de 20 mil policiais militares e civis e bombeiros na Cinelândia. Boicotaram o caminhão de som. Mas, graças ao caminhão do Sindicato dos Policiais Civis, salvamos a manifestação. Havia três caminhões contratados. Nós, estrategicamente, estávamos desconfiados de que poderia haver boicote, escondemos o nosso e fomos bem antes da hora garantir o único caminhão de som que ficou na Cinelândia.

O exemplo dos companheiros deve ser copiado no Brasil todo. Eu estava dizendo para o Deputado meu conterrâneo, da Paraíba, que, quando cheguei ao Rio de Janeiro, com 17 anos, como marinheiro, ganhava um terço do salário mínimo. Particpei da rebelião dos marinheiros, fui preso, expulso e cassado da Marinha. hoje, sou anistiado. Mas ali foi uma ditadura implantada. Como o Governo democrático do Rio de Janeiro, de Sérgio Cabral, do PMDB, com apoio do PT e da maioria dos partidos, consegue fazer essa violência, essa irresponsabilidade de demitir, exonerar, colocar para fora heróis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros?

O sindicato esteve coeso, participou, enfrentou a luta. Foi ameaçado diversas vezes. Mas estamos e vamos ficar juntos até a vitória final. É o compromisso do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro. E tenho certeza absoluta de que vamos ser vitoriosos, com o apoio dos Parlamentares da Câmara Federal, e de que esse apoio de toda a sociedade brasileira vai fazer com que a anistia venha e que poderemos continuar na luta não usando violência, Deputado, nem agressividade, mas usando o que Daciolo disse: a harmonia, o respeito, a democracia e a liberdade que todos temos de ter.

Parabéns aos companheiros.

Vamos à luta! Podem contar com o apoio do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Deputado Estadual Capitão Wagner, do Ceará.



Aproveito para convidar o Deputado Weverton Rocha e o Sr. Pedro Queiroz da Silva, representando a ANASP, para fazer parte da Mesa.

O SR. CAPITÃO WAGNER - Boa noite a todos os presentes.

Sr. Presidente, Deputado Mendonça Prado, por intermédio de quem saúdo todo o restante da Mesa.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me ter concedido a felicidade de estar na presença de pessoas que considero ídolos dos militares brasileiros: o Cabo Daciolo, que infelizmente vai ter que sair, porque está para perder o voo; o Major Fábio; o Cabo Jéoás, que já teve de se ausentar; o Capitão Tadeu; o Prisco, o Sabino, o Pedro Queiroz e todas as lideranças que estamos vendo presentes a esta audiência pública.

Lembro que uma vez liguei para o Major Fábio, na Paraíba — acho que ele nem lembra, com tantas ligações —, então Deputado Federal, solicitando um favor. Ele mesmo atendeu ao celular e foi totalmente solícito. Isso é que faz com que estas novas lideranças tenham crescido tanto no meio dos militares.

O Cabo Daciolo perguntou há pouco, no seu discurso, por que um Deputado Estadual do Rio de Janeiro questiona se ele estava realmente querendo anistia ou não. Eu sei por quê. O Deputado provavelmente está com medo dessa nova liderança que está surgindo no Rio de Janeiro. Ele está morrendo de medo de perder seus votos para o Cabo Daciolo ou para qualquer outro bombeiro que, representando a categoria, está crescendo como novas lideranças no Estado.

Isso não ocorre só no Rio de Janeiro, ocorre no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Sergipe, como vimos aqui o exemplo dos meninos. Hoje, o militar está consciente politicamente. Por que será que o Deputado Mendonça Prado é uma referência entre os militares? Porque não só fala, não só pediu esta audiência pública, mas apresenta projeto de lei, briga, corre atrás para realmente trazer alguma coisa boa para a categoria. Por isso o Deputado é o representante da categoria.

Então, gostaria de dizer ao Daciolo que o motivo é só este: estão com medo da sua grande liderança. Você hoje é um ícone em todo o Brasil. Eu sou seu fã. Não só você, mas também o Major Fábio, o Jéoás, o Prisco e outros. Eu tenho vários ídolos presentes nesta audiência pública. E o motivo é exatamente esse.



Eu gostaria de parabenizar também a Deputada Estadual Janira Rocha, que já teve de se ausentar, porque ela tocou no “x” da questão. Quem iniciou esses movimentos reivindicatórios não foi o Daciolo, não foi o Capitão Wagner, o Major Fábio ou qualquer liderança aqui, não. Quem iniciou foi o Congresso Nacional, quando prometeu para os militares, por meio da PEC 300, um piso salarial, que eles teriam condição de pagar um plano de saúde e uma condição mínima de manter suas famílias. Então, quem fez isso foi a Câmara dos Deputados, foi o Senado Federal, quando fizeram essa promessa, e também, num ano eleitoral, 2010, o próprio PT.

Eu até vou entrar em contradição. Vou citar o PT, porque foi o PT que lançou essa ideia, a bandeira da PEC 300. Mas aqui eu não estou criticando o PT, não, mas as pessoas que fizeram isso, porque, contrariamente ao Capitão Tadeu e algumas outras pessoas que citaram aqui o PT, eu acho que não é o PT, não, mas as pessoas que estão na gestão, porque, em outros momentos, foram outros partidos que fizeram a mesma coisa, exatamente a mesma coisa. Eu acho que isto aqui não é questão partidária. É uma questão social, é uma questão de política pública, é uma questão de mudança de sistema político, porque a política hoje no Brasil se faz com conchavos. Ela se faz por conveniências, e não respeitando realmente os direitos do cidadão brasileiro previstos na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e também na legislação como um todo.

Dia desses, eu estava conversando com um Deputado de esquerda, pessoa na qual eu confio muito — não vou citar o nome dele aqui —, e ele me dizia: *“Capitão, se o meu partido tomar o poder, ele não vai fazer diferente de nenhum desses que estão aí, não. Eu critico partidos da Direita, mas eu sei que se o meu partido tomar o poder ele vai fazer mais ou menos a mesma coisa. Ele vai ter de fazer conchavos, vai ter de fazer acordos políticos para poder ter sustentabilidade política”*. Infelizmente, é o nosso sistema político atual que faz com que os gestores, que ora estão do lado da categoria, como esteve o PT na greve de 2000 na Bahia e agora está contra a categoria, porque agora está no poder e quer impor a sua vontade.

Então, eu gostaria de parabenizar aqui todas as pessoas que fizeram parte da Mesa pelos discursos e dizer que o Ceará não é diferente de nenhum outro Estado.



Como disse o Sabino, lá temos vários militares indiciados. Os militares do Brasil nos têm como referência. Quando cheguei ao aeroporto aqui, um policial militar me abordou e disse: “Capitão, mas lá no Ceará vocês não conseguiram tudo?”. Ledo engano. Estamos em processo de negociação. O prazo para cumprir o acordo seria até o dia 4 de maio. De 7 pautas que tínhamos no acordo, apenas 3 foram atendidas.

O acordo foi assinado. E o Ministério Público, a OAB, a Defensoria Pública, Deputados Federais, Igreja, todo mundo estava lá presente no dia que foi assinado o acordo. Mas sabem o que acontece hoje? O Ministério Público está pedindo a minha prisão. A qualquer momento, pode ser decretada a minha prisão, porque o Ministério Público pediu a minha prisão, porque eu convidei minha categoria para uma assembleia que vai acontecer no dia 26 de maio. Eu fiz um convite para informar à categoria o que estava acontecendo nas negociações.

Então, eu queria dizer que o Ceará não é diferente dos outros Estados. Estamos vivenciando a mesma situação. Mas, graças à conscientização da população cearense, temos tido um apoio muito grande. Durante o nosso movimento, foram 49 os sindicatos que nos apoiaram. Inclusive, ficamos tristes em dizer que algumas associações, como disseram os companheiros do Rio de Janeiro, estão contra os militares. Também no Ceará, tivemos o mesmo problema. Sabem o que aconteceu no Ceará? Essas associações estão esvaziando, e todo mundo está procurando as associações que têm credibilidade. Provavelmente, vai acontecer a mesma coisa no Rio de Janeiro.

Encerro a minha fala agradecendo a todos os presentes.

Boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradecemos ao Capitão Wagner as palavras aqui proferidas.

Concedo a palavra ao nosso querido colega e sempre Deputado Major Fábio, um dos mais atuantes Parlamentares que a Câmara dos Deputados conheceu ao longo da sua história.

Antes, porém, convido o Sr. Maximiliano para compor a Mesa.

Major Fábio, com a palavra.

O SR. MAJOR FÁBIO - Boa noite a todos.



É um prazer muito grande retornar a esta Casa, na condição de policial militar, hoje reformado, mas com o orgulho de ter passado por ela e ter procurado fazer a minha parte. Eu nunca confiei na minha força, não confio na nossa força, mas confio na força de Deus, que pode todas as coisas.

O que os bombeiros passaram no Rio, o que os policiais militares do Rio passaram, nós passamos com eles, mesmo distantes. Talvez muita gente diga: “Mas você não estava lá”. Nós vivemos cada instante que vocês viveram. Nós não sentimos a dor da forma como vocês sentiram, no corpo, mas nós sentimos a dor. Todas as noites, de madrugada, estávamos à frente da TV ou na Internet, sofrendo. Ficamos psicologicamente abalados também. Muita gente não conseguia entender, mas nós ficamos abalados psicologicamente com o que os bombeiros do Rio passaram.

Quero dizer que acredito em Deus e que as coisas serão resolvidas. No caso do Sergipe, eles já têm um salário razoavelmente bom, mas a maioria do Brasil está sofrendo. A luta dos bombeiros do Rio de Janeiro foi por um salário de mais de R\$1.000,00, porque eles ganhavam menos que isso. Parece até brincadeira.

Mas eu gostaria de dizer que acredito na aprovação de um piso nacional, na criação de um fundo nacional para subsidiar o salário dos policiais e bombeiros do Brasil. Acredito nisso e, foi por isso que levantei essa bandeira, juntamente com o Deputado Mendonça Prado, com o P. Queiroz e com todos os que estão aqui.

Gostaria que esta Casa estivesse cheia, que todo o mundo estivesse assistindo a esta reunião, porque a criação de um piso nacional não é coisa da nossa cabeça, não. Estou aqui com o programa de governo da então candidata à Presidência da República Dilma Rousseff.

O programa de governo é um documento assinado por ela, com reconhecimento de firma, e entregue à maior corte eleitoral deste País. No item nº 71, letra “g”, vamos encontrar:

“g) Criar o Fundo Constitucional de Segurança Pública, para progressivamente instituir e subsidiar o piso salarial nacional das Polícias Cíveis e Militares, até 2016, quando os Estados da Federação passarão a ser responsáveis integralmente pelo cumprimento do piso”.



Então, essa não é mais uma promessa do Deputado Mendonça Prado ou do Major Fábio, não é mais uma palavra do Major Fábio, policial militar da Paraíba. É a palavra da Presidente da República do Brasil, que prometeu criar um fundo nacional e pagar o piso nacional dos policiais. É promessa da Presidenta e vai ter de ser cumprida, porque a nossa Presidenta tem palavra. Eu acredito na palavra, Deputado Mendonça Prado, da Presidenta da República do Brasil. Eu acredito, porque nós estamos perdendo a guerra.

Vou dizer para quem está me ouvindo, e não é a primeira vez: aqui perto do Congresso Nacional, temos uma cracolândia! Não sei se o Deputado Mendonça Prado já passou por lá, mas perto da Rodoviária de Brasília há uma cracolândia. Perto do Comando Geral da Polícia Militar da Paraíba também tem uma Cracolândia. Acho que nos Estados de vocês, em todas as Capitais do Brasil, existem várias cracolândias. Nós estamos perdendo o controle do Brasil.

Os policiais têm trabalhado mais do que nunca, mas um policial ganha menos de R\$2.000,00! Menos de R\$2.000,00!

Até para sentar e começar a discutir e conversar, temos de estar com a barriga cheia. Se não estivermos com a bucho cheio, como dizemos no interior da Paraíba, não vamos ter condições de raciocinar nem de discutir a questão da segurança pública.

Quem sabe de segurança pública somos nós! Ou o Governo Federal decide atacar a situação financeira dos policiais militares, dos policiais civis e dos bombeiros, ou nós não vamos dar nenhum passo na segurança pública deste Brasil. Não é que nós não queremos. Nós queremos e estamos fazendo. A polícia da Paraíba nunca trabalhou tanto, mas, infelizmente, nós precisamos dar esse passo pela segurança dos nossos heróis.

Meus amigos, quero só reforçar. Sei que a imprensa está aqui ainda — pelo menos, os jornalistas da Câmara estão aqui. Eu quero dizer que está aqui no programa de Governo da Presidenta Dilma, assinado por ela, reconhecida a sua firma e entregue ao Tribunal Superior Eleitoral. É um documento. E nós vamos esperar. Já deu tempo para ter sido cumprido. Nós estamos em 2012. O Major Fábio já está voltando para casa para passar 4 meses. No mês que vem, estarei trazendo o meu primeiro discurso.



Novamente, trarei esse programa de Governo ao conhecimento da mídia mais aberta e dos brasileiros. Não é loucura de Mendonça Prado nem do Major Fábio. Não é loucura não. Está aqui no programa de Governo da Presidente. Se Deus quiser, nós vamos voltar para esta Casa como efetivo. O Deputado Romero Rodrigues vai ganhar lá em Campina Grande para Prefeito, se Deus quiser. Nós vamos voltar efetivos, porque nós não compramos nenhum voto. Não estou dizendo que qualquer Deputado, para ganhar, compra voto, mas eu não comprei nenhum voto e obtive 68 mil e 147 votos. Eu fui o único candidato a Deputado Federal, no Estado da Paraíba, e talvez em muitos Estados da Federação, a ter votos em todos os Municípios do Estado, porque em todos eles morava um policial, morava um bombeiro. Fui votado nos 223 Municípios. Ainda que as urnas não tenham sido tão justas, o Nosso Senhor é justo. Nós vamos voltar para esta Casa. A PEC 300 será aprovada aqui nesta Casa. *(Palmas.)* Estou dizendo isso não confiado na nossa força, Deputado Mendonça Prado, mas naquele que nos levantou. Quem levantou Daciolo, quem levantou o Capitão Wagner e todos nós foi Deus. Ele não nos fará passar vergonha. A PEC 300 vai ser votada na Câmara dos Deputados, vai ser aprovada. Nós vamos ter um piso nacional e vamos ter um fundo nacional para pagar esse piso. Se Deus quiser, pois é Nele em quem confio. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Sim.

(Não identificado) - O Sargento Aquino, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, guerreiro, que luta pela aprovação da PEC 300, está nos assistindo agora e manda um abraço a todos. Disse que não pôde vir aqui por vários motivos. Foi preso também em Bangu I. Ele também corrobora com o que o Major Fábio acabou de dizer, que tem confiança em Deus e em nós que a PEC 300 será aprovada. Sargento Aquino, parabéns, pois, no mês passado, ele efetuou a prisão de uma quadrilha de oito bandidos, de oito facínoras. Foi elogiado pela Câmara de Araruama, onde reside. Ele é policial militar do interior do Estado do Rio de Janeiro. Também o parabenizo pela prisão dessa quadrilha e pela luta que vem estabelecendo no Rio de Janeiro e no Brasil. É um guerreiro. Algumas vezes, veio aqui com a sua família, o filho, a filha, a esposa. As crianças estavam fardadas. É um símbolo do praça da Polícia Militar do Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Vamos ouvir agora o nosso penúltimo orador, o Sr. Edson Maximiliano. Posteriormente, o Deputado Weverton Rocha, o último inscrito e que terá a missão de concluir os nossos trabalhos.

O SR. EDSON MAXIMILIANO - Bom, com o passar das horas, infelizmente, o pessoal perde a paciência. Lamentavelmente, uma audiência como esta, de tão grande importância, não deveria ter começado às 14 horas e terminar agora. Ela deveria ter começado de manhã e passarmos o dia todo aqui. Ela é muita rica e tínhamos muita coisa para falar.

A discussão principal hoje aqui seria a anistia dos bombeiros. Sou policial militar de São Paulo e sou bombeiro também. Nosso objetivo neste momento é a anistia, mas, seguindo a pauta, fala-se da atual situação dos policiais e bombeiros militares, que, em duas palavras, Coronel, é trágica e caótica, para ser otimista. Hoje, a situação da Segurança Pública no Brasil está na UTI respirando por aparelhos, e os aparelhos já não aguentam mantê-la viva. Esta é a atual situação da segurança no Brasil.

Temos de pensar uma coisa. Falamos da valorização dos profissionais de segurança, Coronel, e o senhor disse muito bem, temos de acabar com essas duas portas de entrada para ser policial. Creio que temos de elaborar um projeto em que, quando o camarada passa a ser polícia, entra por uma única porta. Já passamos da hora de criar uma universidade de formação de profissionais da área de segurança. Isto é imprescindível, porque, enquanto não formarmos um policial de alto nível, sempre vamos continuar ouvindo: "O senhor sabe com quem está falando?".

Já estamos de "saco cheio", desculpem-me a expressão, de ouvir isso. Ninguém vai dizer à Desembargadora se ela sabe com quem está falando. E sabem por quê? Porque sabem da formação dela, o grau e nível de sua formação, e simplesmente o máximo que farão será pegar um advogado para dar um jeito em relação à decisão dela.

Então, realmente temos de formar e preparar o policial, para, quando disserem: "Você sabe com quem está falando?", e ele responder: "Não sei com quem estou falando, mas estou aqui para garantir o seu direito de ir e vir, estou aqui para garantir sua integridade e, se necessário, levá-lo à Justiça para cumprir pelo



que está fazendo”. É isto que o policial no Brasil tem de fazer. Se não mudarmos a atitude de só ficar pensando em formar o policial em escolinha e de só o superior ter nível superior para ser policial, vamos sempre cair nessa mesmice de a sociedade em geral desconsiderar o policial.

Quando dizemos isso, Coronel, a Polícia corre. Em São Paulo, por exemplo, agora tem Curso Superior Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública. Coronel, ou é curso superior ou é curso técnico, porque o técnico não é superior! Se fosse tecnólogo, diria que é curso superior. É o mesmo que tapar o sol com a peneira, porque dizer que o policial se formou num curso superior de 2 anos de formação, Coronel, não dá. O homem que vai tratar com qualquer um da sociedade tem que ter nível superior realmente, tem que cursar uma universidade de polícia. Estamos precisando é de um projeto desses, e mais ainda...

Teríamos muito o que falar, como a desvalorização, o desmotivo, e o fato de a Polícia ainda continuar tendo o maior índice de suicídio. Sabe o que dizem os governantes? “Ah, o policial se mata porque tem arma por perto”. Mas esta é a ferramenta de trabalho dele! Se ele não tiver arma, não pode trabalhar! Agora, quem quer se matar não precisa de arma, é só pular de um prédio, tomar veneno, jogar-se debaixo de um carro... O que ocorre é que o policial está com uma carga estressante. Ele trabalha, tem horário para entrar e não tem horário para sair. O policial tem hoje o maior índice de separação, porque ele sai do serviço e vai para o bico. Lá, em São Paulo, agora oficializaram o bico. Uma parte da Polícia vai trabalhar no bico oficial, que a Prefeitura paga.

E sabe por que foi feito isso, Coronel? Porque o Prefeito de São Paulo loteou a Subprefeitura com os Tenentes-Coronéis, e, quando começaram a falar, disseram: “Então, precisa fazer alguma coisa para os praças”. Assim, levaram a Polícia Militar a fazer o papel da Guarda Civil Metropolitana, correr atrás de marreteiro. Este não é o papel da Polícia, mas lá em São Paulo se faz isso.

Então, os governos usaram sempre a Polícia não para estar ao lado do povo, mas, sim, para reprimir o povo. Precisamos acabar com isso. A Polícia não está aí para reprimir o povo, mas, sim, para estar ao lado do povo. Então, os nossos governantes, com o descaso, com a falta de respeito pelos policiais, que têm o RD para punir e são os únicos que não podem se manifestar; quando se manifestam,



são presos ou expulsos. É por conta disso que se mantém a Polícia de forma arbitrária contra a sociedade. O policial trabalha temeroso.

Com tudo isso, Coronel, fico muito triste porque, para chegarmos aonde queremos, pois teremos a Copa do Mundo e a Olimpíada, o mundo vai estar de olho em nós. Será que teremos uma Polícia compatível com o País, que pretende ser de Primeiro Mundo? Uma Polícia que é de Terceiro ou Quarto mundo? Não dá.

Então, para que atinjam tudo isso, Coronel, temos de subir uma escada, e o primeiro degrau dessa escada chama-se aprovação da Proposta da Emenda Constitucional 300.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradeço ao Sr. Edson Maximiliano à participação.

Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, representante do belíssimo e querido Estado do Maranhão.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Quero cumprimentar o Deputado Mendonça Prado e todos os membros desta importante audiência pública, que discute a segurança pública no País.

Quando cheguei ao plenário e fiquei sabendo da audiência, corri para cá, primeiro, para parabenizar de público o Deputado Mendonça Prado pelo empenho na tratativa dessa importante pauta do nosso País. Ano passado, a Polícia Militar do Maranhão e o Corpo de Bombeiros também realizaram seu movimento reivindicatório, e S.Exa., de pronto, atendeu ao chamamento dos colegas Deputados e dos grevistas, de todos os PMs e bombeiros. S.Exa. foi até o Estado e teve um pouco da sensação de como isso funciona lá.

Hoje, não viemos apontar com o dedo, Deputado. A única coisa concreta que gostaríamos de fazer é um apelo à Presidente Dilma e aos colegas Deputados Federais para realmente colocarmos na pauta a federalização das pautas emergentes do nosso País, como é o caso da educação, das políticas de saúde e de segurança pública. Precisamos federalizar, porque não dá para tratar essas três áreas primordiais como políticas apenas de Governo. A segurança pública tem de ser política de Estado, não pode ser a Polícia do Governo A nem do Governo B. O



que se vê hoje nos Estados é essa política; e aí, se não mudarmos as regras, fica do jeito que está.

As promoções ocorrem por meio de autoridades, nos Palácios, nas Casas Cívicas, e até dos Deputados. Todos fazem as indicações não por merecimento pelo currículo dos que estão na carreira; as efetivações são dos que, muitas vezes, bajulam melhor quem está no poder. Com isso, cria-se uma estrutura, de certa forma, covarde, que desestimula os que estão em pleno serviço, em plena atividade, realizando cursos e atividades. O prêmio que eles ganham geralmente é ver um que não tem a mesma dedicação que ele teve na corporação ser premiado com uma medalha de honra ao mérito e sempre com uma promoção dentro da sua corporação.

Quanto a essa questão da política de segurança, há pouco ouvi a comparação de Sergipe usando o exemplo do AI-5. Só para vocês terem ideia, no Maranhão, Sr. Presidente, nosso regime ainda é o único do Brasil: é o regime disciplinar do Exército. Ainda é o do Exército! Mas, depois do movimento grevista, o Governo criou uma Comissão para conversar e tratar com todos os setores envolvidos essa grande reivindicação do nosso Estado. O Código de Ética que eles querem é o de impor e discutir para aprovar junto à Assembleia, que é parecido com o AI-5, ou melhor, vai virar um AI-6, muito mais duro do que o atual regime disciplinar do Exército.

Só para que V.Exa. tenha ideia, Sr. Presidente, hoje a recomendação do efetivo é de cerca de 250 por homem. No Maranhão, é um PM para cada 6.500 homens. Como são 6,5 milhões de habitantes, temos cerca de um PM para cada mil homens.

Estamos aqui realmente para fazer esse apelo ao Governo e aos nossos colegas Deputados: vamos definitivamente colocar em votação e para aprovação os projetos de lei que tramitam na Casa. Eu tenho um projeto de lei, o de número 2.791, de 2011, elaborado com os colegas Deputados Federais Edivaldo Holanda Junior, Waldir Maranhão, Domingos Dutra e Ribamar Alves, que trata também da anistia dos policiais militares e bombeiros do Maranhão pelos crimes militares eventualmente cometidos no Estado.



Assim, deixo aqui não só a nossa solidariedade, mas também o nosso empenho, a nossa dedicação. Estou à disposição. Quero pedir também aos governos estaduais um pouco menos de arrogância e mais diálogo para negociar com esses profissionais que estão discutindo a segurança da nossa população. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mendonça Prado) - Obrigado, Deputado.

Para concluir os nossos trabalhos, agradecemos a todos a presença. Foi uma audiência pública importante, na qual tivemos a participação de representantes de diversos Estados.

Fizemos uma avaliação da relação dos presentes e vimos que, do Nordeste, por exemplo, todos os Estados se fizeram presentes: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Alguns Estados não tiveram a presença de expositores, não tiveram assento à Mesa, mas se fizeram representar por pessoas que participaram da reunião, como o Rio de Janeiro, São Paulo e o Rio Grande do Sul. Enfim, quase todos os Estados estiveram presentes.

Tivemos a oportunidade de ouvir as angústias, os problemas, e certamente os integrantes da Comissão haverão de se debruçar sobre os temas e apresentar propostas e soluções para os graves problemas que afligem os integrantes das forças de segurança do nosso Brasil.

Agradecemos aos servidores da Câmara dos Deputados, de modo especial, aos servidores da Comissão de Segurança Pública, que, sempre com eficiência, com competência, prestaram a devida assistência aos nossos trabalhos. Agradecemos aos integrantes da *TV Câmara* que fizeram a gravação e, por certo, posteriormente haverá a exibição desta reunião.

Agradecemos principalmente a Deus e aproveitamos esta oportunidade para elogiar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Deputado Efraim Filho, Presidente da Comissão de Segurança Pública, motivo de orgulho para todos nós. Pessoalmente, como integrante do partido que abriga também S.Exa., sinto-me muito honrado, feliz e satisfeito com a grande atuação parlamentar desse jovem competente e valoroso, com um futuro promissor, o Deputado Efraim Filho.

Agradeço a todos pela presença. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos da Comissão. *(Palmas.)*